

Faculdade Cásper Líbero
Mestrado em Comunicação

**A CONVERSAÇÃO CÍVICA SOBRE A QUESTÃO
DO ABORTO EM REDES SOCIAIS NA INTERNET**

Nara Tsujimoto Teixeira Alves

São Paulo, SP

2011

Nara Tsujimoto Teixeira Alves

**A conversação cívica sobre a questão
do aborto em redes sociais na internet**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu*, em Comunicação, na linha "Processos Midiáticos: Tecnologia e Mercado", da Faculdade Cásper Líbero, como requisito parcial à obtenção do título de mestre sob a orientação da Prof^a Dr^a Ângela Cristina Salgueiro Marques.

SÃO PAULO

2011

Alves, Nara Tsujimoto Teixeira

A conversação cívica sobre a questão do aborto nas redes sociais na internet / Nara Tsujimoto Teixeira Alves. --
São Paulo, 2011

.118 f. ; 30 cm.

Orientador: Professora Dra. Ângela Cristina Salgueiro Marques.
Dissertação (mestrado) – Faculdade Cásper Líbero, Programa de Mestrado em Comunicação

1. Comunicação. 2. Conversação. 3. Aborto. 4. Internet. 5. Redes sociais. Faculdade Cásper Líbero, Programa de Mestrado em Comunicação. III. **A conversação cívica sobre a questão do aborto nas redes sociais na internet.**

"(...) Ao literato cujo fazia-lhe nojo a forma coloquial.
Queria *captura* em vez de *pega* para não macular (sic) a língua nacional lá dele...
O literato cujo, se não engano, é hoje senador pelo Estado.
Se não é, merecia.
A vida tem suas descompensações.

Da velha draga
Abrigo de vagabundos e de bêbados, restaram as expressões:
estar na draga, viver na draga por *estar sem dinheiro, viver na miséria*

Que ora ofereço ao filólogo Aurélio Buarque de Holanda
Para que as registre em seus léxicos
Pois que o povo já as registrou"

Manoel de Barros, em *Poemas Concebidos Sem Pecado* (BARROS, 1999, p.44)

Agradeço ao Prof. Dr. Sérgio Amadeu da Silveira pelas primeiras orientações,
ao Prof. Dr. Luís Mauro Sá Martino pelas sugestões na banca de qualificação,
à Prof^a. Dr^a. Ângela Cristina Salgueiro Marques pela orientação precisa e dedicada
e ao pessoal da secretaria de pós-graduação.

Dedico este trabalho às 5 milhões de brasileiras que já abortam clandestinamente.
E às 70 mil que morrem anualmente no mundo em decorrência de abortos malfeitos.

RESUMO

Esta pesquisa visa contribuir para a série de estudos sobre mudanças que a internet trouxe para a esfera pública, especialmente no modo como ocorre a deliberação pública online. Para isso, nos baseamos conceitualmente nas teorias de Habermas, revistas por Benkler e outros autores. Optamos por analisar espaços virtuais de conversação. A questão escolhida para guiar a análise foi o aborto, por ser um tema complexo de interesse coletivo, que envolve aspectos legais, morais, religiosos e políticos.

O espaço de conversação cívica selecionado como objeto deste estudo foi a maior comunidade virtual sobre o tema aborto, "Aborto Não!", na rede social mais popular do Brasil, o Orkut. O período recortado para análise foi o segundo turno das eleições presidenciais de 2010. Para a realização das análises, optamos por criar uma metodologia a partir de estudos feitos anteriormente com objetivos semelhantes. Identificamos, em 10 fios de conversação, momentos que podemos classificar como deliberativos de acordo com os critérios adotados: uso de argumentos racionais e narrativas, referências a fontes externas, ausência de ataques pessoais, confronto de opiniões, coerência, reciprocidade, reflexividade e igualdade.

Observamos que todos os princípios normativos foram atendidos em algum momento ao longo dos fios de discussão, com exceção do critério de igualdade. Isso não impediu, no entanto, que identificássemos, em meio à conversação cívica, diversos momentos deliberativos, que foram analisados com profundidade nesta pesquisa.

Palavras-chave: conversação, conversação cívica online, internet, aborto, redes sociais

ABSTRACT

The aim of this research is to contribute for several other studies that investigate the changes made by the internet on the public sphere, especially on how online public deliberation occurs. In order to do so, we conceptually based ourselves in the Habermas theories, reviewed by Benkler and other authors. We opted to analyze online civic talking spaces. The subject chosen to guide the analysis was abortion, since it is a complex theme that evolves legal, moral, religious and political aspects.

The civic talking space selected as this study's object was the biggest online community on the abortion theme, "Abortion Not!", in the most popular Brazilian social network, Orkut. The period selected for the analysis was the second round of the 2010 presidential election. For the analysis itself, we opt to create a new methodology base on previous studies with similar goals. We identified, within 10 conversations threads, moments that we can classify as deliberative, according to the adopted criteria: use of rational arguments and narratives, external sources references, personal attack absence, controversial opinions, coherence, reciprocity, reflection, and equality.

We observed that all normative principals were achieved at some point within the threads, exception made to the equality criteria. That did not prevent us, though, from identify, through the civic talking, deliberative moments, deeply analyzed in this research.

Keywords: talk, civic online talk, internet, abortion, social networks

SUMÁRIO

Introdução	10
1 – Conversação e democracia na internet	16
1.1 Conversação cívica	17
1.2 Esfera pública	19
1.3 Deliberação pública	24
1.4 Esfera pública na internet	27
2 – Esfera pública interconectada	33
2.1 As redes no embrião da internet	35
2.2 O potencial democrático das redes sociais	38
2.3 Conversação cívica entre atores da sociedade civil	43
2.4 A internet é esfera pública?	46
2.5 A deliberação online: como avaliá-la empiricamente?	50
3 – A questão do aborto	60
3.1 O aborto como questão moral, legal e religiosa	62
3.2 A legislação sobre o aborto.....	64
3.3 O aborto como tema de debates em espaços midiáticos	67
4 – Análise das conversações no grupo "Aborto Não!"	72
4.1 Descrição da metodologia criada	74
4.2 Observações acerca da conversação	79
4.3 Análise dos momentos deliberativos nos fios de conversação.....	82
Considerações finais	106
Referências bibliográficas	114

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1 – Critérios de avaliação da deliberação online segundo Dahlberg (2002)	50
Quadro 2 – Critérios de avaliação da deliberação online segundo Stromer-Galley (2005).....	52
Quadro 3 – Critérios de avaliação da deliberação online segundo Graham (2008).....	54
Quadro 4 – Critérios de avaliação da deliberação online segundo Kies (2010)	57
Quadro 5 – Critérios de avaliação da deliberação online escolhidos para compor a metodologia desta pesquisa	76
Quadro 6 – Diferenças entre deliberação e conversação cívica segundo Gastil	77
Quadro 7 – Fios de conversação cívica selecionados do grupo "Aborto Não!"	83
Quadro 8 – Evidência de momentos deliberativos no fio 3 de acordo com os critérios adotados	90
Quadro 9 – Evidência de momentos deliberativos no fio 4 de acordo com os critérios adotados	93
Quadro 10 – Evidência de momentos deliberativos no fio 5 de acordo com os critérios adotados	96
Quadro 11 – Evidência de momentos deliberativos no fio 8 de acordo com os critérios adotados	101

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa parte do pressuposto de que os espaços virtuais de diálogo são essenciais para o fortalecimento da democracia. Entendemos que, sem a conversação e a discussão públicas, a participação política se restringiria quase que em sua totalidade ao voto, em vez de promover o engajamento cívico de pessoas em diferentes arenas de conversação e debate. Como afirmam Marques e Maia:

Determinadas conversações em contextos cotidianos, podem desafiar regras estigmatizantes, ao deslocar experiências negativas de contextos privados para espaços coletivos de debate, nos quais as pessoas compartilham informações e constroem conjuntamente o conhecimento. (MARQUES; MAIA, 2008, p. 148)

Entendemos, também, que a participação política está mais ligada ao envolvimento dos cidadãos em conversações e debates coletivos e cotidianos do que simplesmente ao ato de eleger seus representantes. Assim, defendemos que por meio da conversação as pessoas se tornam melhor informadas, testam seus pontos de vista, tecem relações comunicativas e desenvolvem habilidades de argumentação e análise. A conversação sobre temas políticos requer que as pessoas se engajem em um diálogo reflexivo em busca de entendimento acerca de questões de interesse coletivo. Para articular os cidadãos em torno de uma conversação política é preciso que a questão em pauta seja um problema público. Ou seja, um problema público adquire a capacidade de gerar uma esfera de discussão ampliada não só por afetar muitas pessoas, mas também por exigir um tipo de reflexividade social que guia a ação coletiva. Um problema público fornece material para o conflito de opiniões no espaço público e deve ser considerado por uma ação coletiva qualquer - aquela dos poderes públicos, do engajamento cívico de diferentes setores sociais, de uma instituição pública particular ou dos movimentos sociais (HABERMAS, 1997). A participação política, então, se aproxima de uma participação cívica voltada para a necessidade de conversar sobre questões de relevância, e para a vontade de esclarecer, por meio da troca de argumentos e da justificação recíproca, em um processo deliberativo, os principais pontos de uma questão.

É principalmente o conflito e o desacordo moral, e as estratégias de sua explicitação, que marcam o que há de comum entre conversações políticas em espaços cotidianos e discussões políticas. Nesse sentido, boa parte das pesquisas empíricas ligadas à deliberação revela o potencial das conversações do cotidiano para a construção de direitos e de maneiras diversas de participação política. (MARQUES e MAIA, 2008, p. 150)

Mostraremos posteriormente que a conversação se difere da deliberação. Contudo, podemos apontar desde já algumas das características que marcam cada uma dessas formas de interação comunicativa. Para Michel Schudson (2001), as conversações a respeito de temas políticos costumam ser casuais e desorganizadas, ou seja, não possuem uma estrutura ou orientação para a resolução de problemas específicos. Já a deliberação é um processo extremamente exigente e organizado, que requer que os participantes orientem racionalmente suas ações e pronunciamentos para entender o que está em causa e também para, se possível, solucionar a questão. No capítulo 1, veremos que a deliberação requer que os participantes norteiem suas intervenções por um conjunto de princípios e regras que têm por função dar uma estrutura participativa, pública e objetiva ao debate. Não obstante, Marques e Maia (2008) afirmam que a conversação cívica informal e cotidiana é, com grande frequência, deliberativa. Dito de outro modo, as conversações cotidianas que ocorrem em ambientes informais, sem prévio acordo de regras entre os participantes, têm potencial para se transformarem em deliberação pública. Da mesma forma, as conversações cívicas, como veremos adiante, também apresentam potencial para darem origem a um processo deliberativo. Este potencial, no entanto, não necessariamente se realiza na internet.

Para analisar o papel da internet na construção da esfera pública de forma empírica, realizamos neste trabalho uma análise da conversação em rede sobre a questão do aborto durante o processo eleitoral para a escolha do presidente do Brasil, no ano de 2010. O assunto, que ganhou grande destaque especialmente no segundo turno da campanha presidencial, envolve aspectos políticos, mas também uma série de outros fatores como a formação moral e religiosa, além da questão legal. Esses aspectos que compõem a discussão sobre o aborto colaboram para a formação da opinião dos indivíduos e dos eleitores. No ambiente online escolhido para a análise, o Orkut, selecionamos o grupo "Aborto Não!", a maior comunidade criada na rede social sobre a questão. O próprio nome escolhido para o grupo demonstra o posicionamento da

comunidade, contrária à descriminalização da prática. Isso pode levar à conclusão de que naquele ambiente não haveria debate político, uma vez que todos os participantes compartilham a mesma posição. Portanto, as características desse espaço e a afirmação de uma única opinião entre membros que pensam da mesma forma não estimulam a geração de uma esfera pública, uma vez que ela é essencialmente estruturada em torno do dissenso e do conflito entre argumentos. Tal dedução, porém, poderia ser prematura, uma vez que a comunidade é aberta, apesar de moderada. Por isso, consideramos importante observar a comunidade no sentido de identificar quesitos necessários para a formação de uma ou mais esferas públicas. Ao analisarmos a conversação no grupo, pretendemos evidenciar que conversações sobre temas políticos podem dar origem a momentos deliberativos.

Para nos auxiliar na análise das trocas comunicativas que aconteceram no grupo durante os dias 4 de outubro e 4 de novembro (período que abarca em grande parte o segundo turno das eleições de 2010, que transcorreu entre os dias 1 e 31 de outubro), criamos uma metodologia a partir de estudos de pesquisadores que anteriormente se debruçaram sobre a internet para avaliar as interações comunicativas online, sobretudo em sua dimensão política e conflitual. A metodologia está baseada conceitualmente nos princípios habermasianos de esfera pública, com as ressalvas e as considerações feitas por Benkler e outros autores a partir da possibilidade de constituição de uma esfera pública em determinados espaços discursivos da internet. Tais ressalvas referem-se especialmente à necessidade de revisão e expansão de critérios normativos estabelecidos por Habermas para o debate e a estruturação da esfera pública, os quais, na nossa visão, devem ser adaptados para que possam ser aplicados às conversações que se constituem no ambiente online, como, por exemplo, a necessidade do encontro face a face para que a deliberação possa ocorrer.

Também faremos uma revisão crítica sobre a necessidade da busca do entendimento e do uso de argumentação racional em interações comunicativas. A nosso ver, a análise de uma troca de pontos de vista online não deve ficar restrita a variáveis que indiquem a ausência de convencimento mútuo, de uso estratégico e retórico de argumentos e da tentativa de destituir o ponto de vista do outro de validade. A busca estratégica pelo convencimento faz parte de nossas interações, desde as mais rotineiras até as mais formais. Além disso, um processo eleitoral está assentado sobre ações

comunicativas cujo principal objetivo não é chegar ao entendimento cooperativo com o outro, mas anulá-lo (e anular seus argumentos) por meio do convencimento de uma ampla “platéia”, que deve perceber a ausência de validade do discurso de um dos competidores. Assim, em vez da cooperação descrita por Habermas como fundamental para a formação da esfera pública, temos a competição; em vez da argumentação racional, temos uma comunicação altamente passional, retórica e plena de expressões pessoais e de auto-interesse. Diante desse quadro, a base conceitual habermasiana – que vem sendo amplamente utilizada para a análise empírica das trocas comunicativas realizadas online - requer uma revisão capaz de revelar as tensões entre cooperação e competição, entendimento recíproco e convencimento, razão e emoção.

Estabelecidos os critérios que norteiam a análise das falas dos participantes do grupo "Aborto Não!", parte dos dados mostrou que a discussão tende a não ser orientada ao entendimento, mas sim ao convencimento. O período eleitoral acirra essa tendência, já que o que estava em jogo era a eleição do próximo presidente da República, e não o debate sobre a questão do aborto em si. É importante fazer a ressalva de que ambos os candidatos que chegaram ao segundo turno apresentaram ideias semelhantes e pouco transparentes (muitas vezes ambíguas) a respeito da descriminalização da prática, o que contribui para o arrefecimento ainda maior da discussão. O próprio tema torna evidentes emoções e valores que nem sempre são utilizados de forma a contribuir para o debate. Tendência, no entanto, não é regra. E no mesmo grupo foi possível detectar, mesmo que em menor quantidade, discussões que atendem os vários princípios normativos que caracterizam a deliberação.

Sob esse aspecto, um dos maiores desafios a serem enfrentados por nossas análises empíricas é estabelecer o momento em que uma conversação política voltada para o convencimento estratégico dá lugar a uma troca de argumentos na qual os interlocutores buscam considerar o ponto de vista uns dos outros para apresentar razões e justificativas capazes de serem aceitas e validadas publicamente. Essa não é uma tarefa fácil, justamente por sabermos que há uma linha tênue entre convencimento e busca cooperativa de entendimento. Contudo, assim como John Gastil (2008), acreditamos que a conversação, ao articular conhecimentos pessoais, culturais e políticos, pode auxiliar as pessoas a melhor analisarem problemas e a chegarem a julgamentos coletivamente aceitos como válidos. Ao interagirem com outras pessoas, os

participantes de uma conversação formam uma base de informações e constroem um conjunto de argumentos que devem ser considerados todas as vezes que uma questão é levantada ou que uma justificativa é vista como insuficiente ou desprovida de sentido. Não há nenhuma garantia, entretanto, de que a conversação, sobretudo em espaços destinados a acolher pessoas que pensam da mesma forma, possa incluir uma diversidade de pontos de vista. Nesse sentido, é possível considerar a seguinte questão: como conversações e discussões que buscam convencimento podem dar origem a momentos deliberativos? Quais são as características deliberativas que podem ser contempladas em uma discussão sobre o aborto no Orkut, em um contexto eleitoral extremamente competitivo? Será que pode haver deliberação em uma troca na qual nem mesmo a persuasão faz com que os participantes alterem seus pontos de vista iniciais sobre a questão em pauta? Para nos aprofundarmos nessas questões, dividimos esta dissertação em quatro capítulos.

No capítulo 1, Conversação e Democracia na Internet, os conceitos de conversação pública, esfera pública, deliberação pública e esfera pública na internet são retomados. No capítulo 2, Esfera Pública Interconectada, abordamos a questão das redes como o embrião da internet, o que lhe confere um potencial democrático na medida em que possibilita a conversação cívica entre atores da sociedade civil. Levantamos o questionamento sobre a formação de uma esfera pública na internet e ressaltamos experiências anteriores de pesquisadores que analisaram empiricamente a deliberação online.

No capítulo 3, A Questão do Aborto, tratamos do tema principal da comunidade analisada como uma questão complexa, que envolve aspectos morais, legais e religiosos. Discorremos, ainda, sobre a legislação brasileira e de outros países, e retomamos estudos que observaram o aborto como tema de debates em espaços midiáticos. No capítulo 4, Análise das Conversações no Grupo "Aborto Não!", descrevemos a metodologia criada e, a partir dela, analisamos os fios de conversação selecionados no grupo. A partir de observações gerais e da análise qualitativa, identificamos momentos deliberativos em parte dos fios observados.

Com este trabalho, pretendemos mostrar que a formação de redes de sociabilidade online, compreendendo desde aqueles grupos cooperativos e múltiplos, até aqueles que se articulam para o convencimento, e não para o entendimento, como no

caso do grupo "Aborto Não!", faz parte do processo de geração de esferas públicas interconectadas. Mesmo que dentro da comunidade aqui estudada haja uma maioria de participantes que pensam de forma heterogênea sobre a questão do aborto, surgem diferenças – ora por interesses particulares, ora por interesses institucionais. E, a partir dessas diferenças, emergem pequenos debates paralelos, há a verbalização de opiniões, há a defesa e a tentativa de justificação de opiniões. Enfim, há o exercício da conversação cívica e a emergência de momentos deliberativos, que acreditamos serem essenciais para o fortalecimento da democracia.

CAPÍTULO 1

CONVERSAÇÃO E DEMOCRACIA NA INTERNET

Antes de iniciarmos a discussão sobre a importância da conversação política informal para o fortalecimento da democracia, é necessário ressaltar que o papel da conversação informal como característica central de uma vida democrática pode ser relativizado por alguns autores. A diferenciação estabelecida entre conversações mais ingênuas e conversações deliberativas, traçada a partir dos posicionamentos de diferentes autores, será essencial nos capítulos seguintes para a análise do grupo "Aborto Não!", do Orkut, objeto deste estudo.

Michel Schudson (2001) discorda que qualquer conversação seja de fato a alma da democracia. Para ele, há uma diferença fundamental entre a conversação sociável e a conversação voltada para a resolução de problemas. Se a conversação sociável, ou cotidiana, se realiza entre pessoas conhecidas, sem regras e sobre experiências pessoais, a conversação voltada para a resolução de problemas se realiza sobre um tema pré-determinado e sob regras pré-estabelecidas. Schudson defende que nem todo tipo de conversação será necessariamente útil para tornar um governo democrático, porque sem educação, treinamento e igualdade social ela é, em geral, desigual. A opinião de um sujeito que ostenta determinado status, como um título, cargo ou nome conhecido, por exemplo, poderia se sobressair com relação aos demais participantes. Outro fator que tornaria a conversação desigual é o domínio da argumentação, que pode ser vinculado ao grau de instrução e preparo do indivíduo. No Brasil, especialmente, o poder aquisitivo está intimamente ligado à qualidade do ensino a que cada indivíduo é submetido, o que pode determinar sua capacidade de argumentação e participação em um debate público. Para Schudson, há uma diferença entre a "conversação sociável", voltada para a exposição e troca de percepções individuais de aspectos rotineiros, e a "conversação democrática", voltada para a resolução de problemas coletivos:

A conversa democrática não é essencialmente espontânea, mas é essencialmente governada por regras e essencialmente civil, e diferentemente dos tipos de conversações que costumam manter alta a estima, a liberdade e a inteligência, é essencialmente orientada para resolver-problemas (SCHUDSON, 2001, p.21)

A nosso ver, é preciso considerar a conversação como um processo no qual as habilidades cívicas dos cidadãos são desenvolvidas. Isto é, a conversação cotidiana pode melhorar formas de pensar, formular verbalmente, interpretar, argumentar e agir sobre questões políticas que afetam diretamente a vida das pessoas. Em seu mais recente artigo, Habermas também parece assumir esse ponto de vista ao mencionar que

A deliberação é uma forma de comunicação exigente, ainda que ela se desenvolva a partir de rotinas diárias invisíveis nas quais as pessoas pedem e oferecem razões umas às outras. No curso das práticas cotidianas, os atores estão sempre expostos a um espaço de razões (HABERMAS, 2006, p.413).

Por certo, nem todas as interações comunicacionais da vida cotidiana podem ser tratadas como relevantes para o debate público racional. Contudo, o caráter imprevisível e desordenado da conversação cotidiana não impede que conversações dêem origem a discussões políticas informais capazes de se orientarem de acordo com os princípios deliberativos, como a consideração racional de pontos de vista, a revisão de argumentos, a explicitação de premissas e a justificação recíproca baseada em razões publicamente aceitáveis. Acreditamos que as conversações informais e cívicas podem levar a momentos deliberativos nos quais os interlocutores reconhecem a existência de pontos de vista divergentes e optam por trazer ou não ao contexto do grupo um conflito que exigirá, entre outros, a formulação de argumentos crítico-rationais, sua justificação recíproca, a reflexividade, o respeito mútuo e a responsividade.

1.1 Conversação cívica

Cidadãos comuns têm, em geral, poucas oportunidades de engajar-se em estruturas formais de deliberação política. A maior parte de suas exposições ocorre em situações informais, seja em locais privados ou públicos, sem objetivos pré-definidos. Por estarem fora da estrutura formal de deliberação, os cidadãos comuns muitas vezes ficam de fora dos processos decisórios que ocorrem em espaços administrativos de formação de uma deliberação pública. Contudo, eles instauram esferas públicas articuladas em rede que não possuem tanta visibilidade quanto àquelas destinadas às

discussões formais. A consideração desse tipo de conversação política informal é essencial para identificar as consequências dessa conversação em oposição aos resultados produzidos pela deliberação formalmente estruturada, independentemente da importância que é atribuída a ambas para a construção da democracia.

Na conversação política do cotidiano, outros argumentos que não só os racionais são formulados pelas pessoas. Elas se servem de narrativas, testemunhos, e experiências que inserem no debate perspectivas menos racionais e mais emotivas (BENHABIB, 2009). Por isso, neste trabalho formas alternativas de argumentos serão incluídas na análise, como o testemunho pessoal e a experiência subjetiva. São formas de expressão não-racionais e informais que também podem contribuir para o entendimento de uma questão, de um problema ao permitir que o cidadão se expresse e compartilhe sua experiência privada em prol do processo de entendimento coletivo.

Reconhecemos na conversação informal e cívica o potencial de formação de uma esfera pública e de fortalecimento da democracia deliberativa, em que a conversação voltada para a resolução de problemas se aproxima da noção de deliberação pública, a qual, de forma geral, requer a disposição para a busca de uma justificação recíproca de pontos de vista acerca de um problema de interesse coletivo. A deliberação prioriza a justificação recíproca de argumentos, como contraponto ao convencimento. O entendimento é, na verdade, o resultado do processo de justificação e validação de argumentos. Contudo, sabemos que é impossível separar ações de convencimento e ações cooperativas de justificação mútua na ação comunicativa dos sujeitos.

É importante avaliar, também, o quanto uma conversação que ocorra em uma situação informal cotidiana pode unir ou segregar os participantes do grupo, se os indivíduos envolvidos conseguem ir além de seus próprios interesses de maneira a tornar o processo em algo coletivo, se estão aptos a reavaliar suas ideias, reinterpretar suas posições, respeitar as contribuições alheias. Ou seja, saber os efeitos práticos dessa conversação. É importante considerar, ainda, em que medida a conversação política informal pode ganhar densidade e se aproximar de um processo deliberativo regido por princípios normativos como reciprocidade, paridade de status, igualdade de oportunidade, não-coerção e publicidade (CONOVER & SEARING, 2005). Esse assunto será tratado mais adiante ainda neste capítulo.

1.2 – Esfera pública

Em 1962, influenciado sobretudo pelos conceitos elaborados por Adorno e Horkheimer na tradicional Escola de Frankfurt, Habermas desenvolveu, na obra *Mudança Estrutural da Esfera Pública*, uma abordagem histórica de alguns processos que se desenvolveram na Europa, apontando o surgimento de uma esfera pública burguesa nos séculos 17 e 18. Essa projeção histórica é criticada por diversos autores, como Calhoun (1992), Eley (1992), e Schudson (1992), que defendem que Habermas negligenciou variáveis importantes da construção cultural do Estado e da vida pública, tratando a esfera pública como um ideal irreal e inalcançável na sociedade moderna, especialmente com as mudanças ocasionadas pelo capitalismo e, mais recentemente, pela tecnologia. Em *Teoria da Ação Comunicativa*, quase duas décadas depois, Habermas reconhece as "simplificações excessivas e estilizadas" (1987, p.389) de suas formulações em *Mudança Estrutural*, fundadas na “matriz adorniana da indústria cultural” (MAIA, 2009, p.53).

O autor apontava a mídia, em especial a imprensa comercial e a publicidade, como principais responsáveis pelo declínio da esfera pública. Trinta anos depois, no ensaio *Further Reflections on the Public Sphere* (1992), ele revê sua posição e aponta a centralidade dos meios de comunicação para a formação da esfera pública.

Se, em um primeiro momento, Habermas atribuiu aos media de massa uma função prejudicial à boa condução das práticas democráticas, em suas obras mais maduras, ele defende um potencial ambivalente dos media que pode tanto obstruir quanto sustentar uma esfera pública vigorosa (MAIA, 2009, p. 48).

Ainda em 1992, Habermas propõe que os debates públicos podem ocorrer em diferentes formas de argumentação, seja numa questão política, ética, de justiça ou numa negociação. Ele também admite que não é possível restringir a esfera pública ao público burguês, e que é mais sensato considerar a existências de várias esferas públicas plurais:

É incorreto falar de uma esfera pública singular, mesmo assumindo uma certa homogeneidade do público burguês... É preciso admitir a co-existência de esferas públicas concorrentes e apreender a dinâmica daqueles processos de

comunicação que são excluídos da esfera pública dominante (HABERMAS, 1992, p.425).

Em 1997, com a obra *Direito e Democracia*, Habermas promove, então, uma revisão sobre o papel da esfera pública na construção da opinião pública. O autor esclarece que a esfera pública não é um lugar ou uma instituição, mas sim um processo intersubjetivo que se refere ao uso da comunicação e da linguagem. A esfera pública se forma quando os indivíduos se reúnem, seja online, seja offline, para trocar pontos de vista e argumentos.

Na perspectiva de uma teoria da democracia, a esfera pública tem que reforçar a pressão exercida pelos problemas, ou seja, ela não pode limitar-se a percebê-los e a identificá-los, devendo, além disso, tematizá-los, problematizá-los e dramatizá-los de modo convincente e eficaz, a ponto de serem assumidos e elaborados pelo complexo parlamentar. E a capacidade de elaboração dos próprios problemas, que é limitada, tem que ser utilizada para um controle ulterior do tratamento dos problemas no âmbito do sistema político. (HABERMAS, 1997, p. 91)

Habermas utiliza, ainda, a metáfora de "rede" para explicar que a esfera pública é "uma estrutura intermediária que faz a mediação entre o sistema político, de um lado, e os setores privados do mundo da vida e os sistemas de ação especializados em termos de funções, de outro lado" (1997, p. 107). Nesse sentido, Habermas argumenta que, para existir, a esfera pública deve ser uma ponte entre a sociedade civil e o Estado (1997, p.107). Ela deve recepcionar as inquietações individuais, aglutinar pessoas e promover um debate de qualidade sobre o tema, e levar o debate às autoridades estatais, que deverão dar continuidade à tentativa de solucionar o problema apresentado originalmente pelos indivíduos. Além disso, para Habermas, a esfera pública é o lugar (e o processo) em que os indivíduos não se restringem a observar-se mutuamente (1997, p.93), mas procuram informar-se e argumentar de forma igual e respeitosa, por meio do uso racional da linguagem, em prol do fortalecimento do processo de formação e divulgação de suas opiniões. A esfera pública pode, então, ser descrita não como única, mas como um entrecruzamento de espaços e diferentes formas de conversação e debate, capaz de dar origem a uma rede.

A esfera pública configura-se como uma rede adequada para a comunicação de conteúdos, tomadas de posição e opiniões, nela os fluxos comunicacionais são filtrados e sintetizados a ponto de se condensarem em opiniões públicas enfeixadas em temas específicos (HABERMAS, 1997, p.92).

É importante salientar que nem toda troca argumentativa pode ser considerada capaz de originar uma esfera pública. Para ser considerado esfera pública, o diálogo deve apresentar uma estrutura comunicacional orientada pelo entendimento através da busca que os participantes empreendem para justificar uns aos outros os seus pontos de vista (HABERMAS, 1997). A esfera pública pode existir, por exemplo, quando um grupo se une para abordar e justificar suas opiniões sobre questões de interesse público, seja em ambiente parlamentar, seja fora dele. Isto é, segundo Habermas, a esfera pública política tem que se formar a partir dos contextos comunicacionais das pessoas virtualmente atingidas.

Habermas também cria modalidades de esfera pública de acordo com a densidade e complexidade dessa comunicação. Em *Direito e Democracia*, ele elabora uma tipologia de esferas públicas que inclui a episódica, a organizada, a abstrata e as especializadas. A abstrata pode ser considerada fruto da aceitação por Habermas da mídia como ator importante na esfera pública, capaz de articular a participação de indivíduos em um mesmo debate. Ele faz a ressalva de que a grande mídia também pode ser um empecilho à deliberação por ser uma produtora de informação com interesses próprios. Mesmo com essa ressalva, Habermas passa a entender a mídia como um grande fórum de deliberação pública.

Em 2006, Habermas publica um artigo em que compara os modelos deliberativo, liberal e republicano de democracia, ressaltando que as democracias modernas se caracterizam por serem formadas por indivíduos autônomos, livres e politicamente iguais e independentes de uma esfera pública que funciona como intermediária entre o Estado e a sociedade (2006, p.10). É fundamental registrar também que, no artigo, Habermas defende a importância da diversidade dos meios de comunicação, de sua independência e da garantia de acesso pelas massas como fundamentais para facilitar processos de legitimação deliberativa em sociedades complexas. Ele minimiza a centralidade do processo eleitoral no modelo deliberativo, que está "mais interessado na função epistêmica do discurso e da negociação do que na escolha racional ou no *ethos*

político" (2006, p.11). Nesta linha de pensamento, o autor admite que a comunicação política não precisa necessariamente preencher todos os requisitos de uma deliberação ideal.

O autor define o sistema político em um esquema dotado de um centro e uma periferia. No centro estão os atores políticos e administrativos. Na periferia desse sistema, além dos movimentos sociais e dos cidadãos comuns, estão lobistas e jornalistas que, segundo Habermas, selecionam o conteúdo politicamente relevante e intervêm na formação da opinião pública, de acordo com os interesses dos grupos de comunicação. Na intersecção dessas fatias do sistema é que ocorre o processo deliberativo, onde há a possibilidade de reflexão e posicionamento. Para ele, no entanto, o jornalismo político está sendo gradualmente eliminado, o que representaria a privação da "peça central da política deliberativa".

O autor lembra, ainda, que a literatura sobre a "ignorância pública" mostra um "cidadão médio" desinformado e desinteressado pelos assuntos políticos. Ele atribui essa alienação ao modo como opera a comunicação mediada, afastando os sujeitos do universo político e privilegiando o entretenimento desinteressado. Por isso, segue defendendo que a deliberação ideal deve incluir o contato face a face. Este requisito, no entanto, será relativizado para a análise da conversação do grupo "Aborto Não!", já que o processo ocorre no ambiente online, por intermédio do computador. A escolha dos requisitos está justificada no capítulo 4, em que apresentamos os procedimentos metodológicos adotados especificamente para este trabalho.

Embora não enfatize o papel da internet neste contexto de sumiço de uma "peça central da política deliberativa" e aumento do desinteresse do cidadão sobre questões políticas, Habermas faz um breve comentário sobre as arenas construídas a partir da internet. Ele trata a internet a partir de uma ressalva feita sobre a ausência de interação face a face, vista por ele como característica fundamental para a deliberação. No artigo de 2006, ele afirma que a internet atua como um "contrapeso" às deficiências do processo democrático e se apresenta como uma espécie de remendo, "reintroduzindo elementos deliberativos na comunicação eletrônica" (2006, p.13). Ele admite que a internet tenha reativado ações cívicas, mas lembra que a rede está submetida à censura imposta por regimes autoritários que podem reprimir a expressão da opinião pública.

Habermas cita como bons exemplos de uso da internet como arena deliberativa os chats, ou salas de bate-papo, onde "novos grupos se cristalizam em torno de pontos focais sobre a qualidade da imprensa, por exemplo, jornais nacionais e revistas políticas" (2006, p.13). Contudo, ao focar sua crítica na concentração de indivíduos em torno de espaços monotemáticos online, ele salienta muito mais o que considera como perigo para a formação de esferas públicas plurais: primeiro o fato de os interlocutores virtuais tenderem a conversar com pessoas que possuem um mesmo background cultural e político. E, segundo, o fato de os espaços virtuais se configurarem como enclaves discursivos que, além de não se abrirem para o embate com opiniões e grupos distintos, tendem a debater sobre assuntos pontuais e específicos.

Permitam-me fazer um comentário a respeito da Internet, que atua como um contrapeso em relação às aparentes deficiências que se fundamentam no caráter neutro e assimétrico das emissões mediáticas, reintroduzindo elementos deliberativos na comunicação eletrônica. A internet certamente reativou as ações cívicas de um público igualitário de escritores e leitores. Contudo, a comunicação mediada por computador através da internet pode demandar méritos democráticos inequívocos somente para um contexto especial: ela pode desafiar a censura imposta por regimes autoritários que tentam controlar e reprimir a opinião pública. (HABERMAS, 2006, p.13)

De maneira geral, o pensamento atual de Habermas aponta a mídia como um espaço essencial ao fortalecimento da deliberação pública que, por sua vez, contribui para a manutenção do processo democrático na sociedade contemporânea. Depois das revisões sobre seu próprio pensamento, ele afirma que é preciso admitir a co-existência de esferas públicas, sejam elas formadas em espaços concretos do cotidiano ou mediadas por veículos comunicacionais. Elas, por sua vez, são responsáveis por múltiplos e concomitantes processos de comunicação, que se entrelaçam, formando uma rede. Nestes processos, a mídia se torna fundamental.

Mesmo que os interessados não possam estabelecer uma interlocução face a face com todos aqueles envolvidos na discussão a respeito de um determinado problema, eles podem inteirar-se dos argumentos e das razões por eles apresentados por meio dos media (MARQUES, 2008, p.33).

Tendo em vista esse sentido de configuração de espaços discursivos e de seus entrecruzamentos na formação de redes, da não necessidade de interlocução face a face e da ideia de que processos comunicativos importantes para a democracia podem, também, se desenvolver em ambientes informais, esta pesquisa procura observar a

conversação em torno de um determinado problema de interesse coletivo (o aborto), em uma esfera pública formada em um ambiente cotidiano informal na internet (redes sociais).

1.3 – Deliberação pública

No livro *Direito e Democracia*, Habermas define a deliberação pública, ou política deliberativa, da seguinte maneira:

Uma política deliberativa é aquela que se caracteriza pelo debate público, controlado pela opinião pública, entre especialistas e contra-especialistas. (...) Mas esse modelo de política deliberativa carece de diferenciações internas importantes sobre a relação existente entre as deliberações que são reguladas através de processos democráticos e os processos de formação informal da opinião tendo em vista a solução cooperativa de questões práticas (HABERMAS, 1997, p.33 e 84).

Nesse sentido, Habermas aponta a existência de dois tipos de deliberação política que, apesar de se configurarem em espaços sociais diferentes, estão intimamente entrelaçadas: uma deliberação realizada entre cidadãos comuns na esfera pública informal e outro tipo de procedimento deliberativo, com regras pré-estabelecidas, que ganha corpo entre políticos ou representantes na esfera pública formal e administrativa. Apesar das diferenças entre esses dois tipos de deliberação, Habermas acentua a importância de sua complementaridade, uma vez que os procedimentos decisórios só serão considerados legítimos quando os debates travados nas esferas públicas informais refletirem e aceitarem as medidas tomadas pelos setores administrativos.

O processo deliberativo tem, portanto, o potencial de articular diferentes arenas e atores de conversação, como entidades de representação cívica, políticos e cidadãos comuns. A deliberação pressupõe – idealmente – ouvir atentamente ao ponto de vista alheio, considerá-lo, explicar ao outro seu próprio ponto de vista, revisando-o à luz dos comentários alheios, e usar o tempo juntos para refletir sobre o problema em causa. Como Kim & Kim (2008, p.53) defendem, essa diferenciação feita por Habermas vai de encontro ao conceito desenvolvido por eles, em que a deliberação pode ocorrer na

conversação política cotidiana e que os dois tipos de deliberação são essenciais para o processo de consolidação de um modelo democrático centrado no diálogo e na participação cívica.

Ainda, a deliberação é um exercício racional de oferecer, receber e trocar razões em público, e que tem como centro a justificação da validade ou invalidade dessas razões (CONOVER & SEARING, 2005). Na deliberação pública, todo indivíduo deve tornar pública a sua opinião e esperar que ela seja respeitada pelos demais; deve ter direito e chance igual de ser ouvido e deve ter autonomia para formular suas ideias e defendê-las diante do grupo (COHEN, 2009). Assim, a deliberação pode ajudar na solução de problemas de interesse coletivo, integrar pessoas e grupos com opiniões opostas sobre um determinado assunto, como no caso desta pesquisa, o aborto, além de criar uma oportunidade de aprendizado coletivo. Para isso, portanto, há o pressuposto de que todo cidadão participante do processo deliberativo tem condições de contribuir de maneira racional, com argumentos, refletir, entender o argumento alheio, formular e expor opiniões e participar da discussão em pé de igualdade. Nesse sentido, As características mais incluídas como atributos essenciais da deliberação na bibliografia teórica sobre o tema são: reciprocidade, publicidade, igualdade e reflexividade (HABERMAS, 1997; COHEN, 2009). Este quadro é, naturalmente, idealizado. É a partir deste modelo idealizado - e justamente para avaliar em que medida tais pressupostos são atendidos em grupos ordinários de conversação política no Brasil - que configuramos a construção do quadro teórico que norteará esta pesquisa.

Bohman (2009) lembra o conceito aristotélico de deliberação, em que apenas aqueles capazes de deliberar publicamente são também capazes de manter seu próprio autogoverno, o que pressupõe uma comunidade pequena e homogênea. Isso nos leva a pensar como, nas sociedades modernas e complexas atuais, esse pressuposto funcionaria para a prática deliberativa. Afinal, não se pode mais conceber um processo deliberativo com a presença in loco de todos os interessados. Já vimos que é exatamente por esse motivo que Habermas hoje admite a centralidade da mídia na construção de processos deliberativos.

Bohman afirma que deliberação (pública e com igualdade política) pode ser melhor entendida a partir da noção de diálogo. Para ele, a deliberação "diz respeito ao

processo de formação da razão pública – aquela que todos no processo deliberativo acham aceitável depois de terem participado de uma justificação recíproca de suas opiniões" (2009, p.33). Bohman considera que, mesmo quando não há unanimidade, a decisão pode ter legitimidade uma vez que os cidadãos concordam o mínimo necessário para continuar a deliberar. Na visão desse autor, as opiniões irracionais devem ser excluídas da análise. O autor ressalta também que

nem todas as decisões públicas irão necessariamente ser melhores que as decisões não públicas, especialmente quando existem erros e preconceitos sustentados na comunidade (BOHMAN, 2009, p.35).

Mesmo que as decisões não sejam melhores que as decisões tomadas por técnicos e especialistas em âmbito privado, a deliberação pública é essencial para a autonomia do cidadão e, além disso, para aperfeiçoar a qualidade epistêmica das justificações para decisões políticas, como sugere Bohman. Portanto, assim como o ato de votar, a participação por si só não aperfeiçoa a democracia. É preciso que haja deliberação. Essa tese pode ser reforçada ainda mais a partir de um breve olhar sobre a realidade brasileira, onde tais dispositivos, como o voto, nem sempre resolvem questões ou representam um aperfeiçoamento da opinião pública – com uma visão compartilhada do bem comum, de como superar a fragmentação para produzir um resultado partilhado –, visto que em muitas situações em todo o País o voto é barganhado, bem como o apoio político.

Proponho uma abordagem dos processos atuais da deliberação pública que não é somente mais informativa para as instituições democráticas correntes, mas também menos aberta para as objeções padrão concernentes à impossibilidade da participação democrática sob as condições sociais correntes (BOHMAN, 2009, p.39).

É preciso observar que há muitos obstáculos para a realização de uma deliberação ideal. Há a diversidade cultural e as diferenças sociais, que podem ser variáveis importantes na discussão sobre temas que envolvem valores e princípios, como o aborto, por exemplo. Tais obstáculos estarão bastante claros no capítulo 4, em que faremos uma análise das conversações do grupo "Aborto Não", do Orkut. Por isso, é necessário levar essas condições não ideais em consideração no momento de elaboração da análise empírica.

Para este trabalho, o argumento racional será visto como uma possibilidade entre outras de expressar-se no debate. Conforme avalia Iris Young (2003), os princípios

propostos por Bohman, Habermas e Cohen deixam de fora aqueles que não possuem a educação ou o vocabulário exigidos para a argumentação racional, e que se expressam utilizando muito mais os recursos da experiência vivida e da emoção. Ao fazerem uso de formas alternativas de comunicação como a retórica, o testemunho e a narrativa, esses cidadãos que geralmente não utilizam argumentos racionais para manifestarem suas opiniões podem expressar seus sentimentos, contar suas histórias e, assim, contribuir para o debate de uma questão coletiva. Expor experiências pessoais pode fazer com que os demais compreendam melhor o outro e suas especificidades, desde que as diferenças sejam respeitadas (Young, 2003). Portanto, esse tipo de argumento expressivo-emocional também tem de ser considerado, sem desprezar o argumento racional. Assim como Bohman, acreditamos que:

Essa abordagem será baseada nas possibilidades do diálogo, e não nas do discurso e da argumentação, pois é pelo diálogo que a deliberação se torna pública e as decisões são legitimadas. A análise do discurso diz respeito a quais argumentos ou tipos de justificação podem ser publicamente convincentes; ao contrário, a análise do diálogo diz respeito a como a interação pública produz esses efeitos práticos nos participantes que tornam as razões convincentes. (BOHMAN, 2009, p. 43).

A deliberação acontece em diferentes níveis e esferas, desde as Câmaras e os parlamentos, passando pela mídia e pelos partidos políticos, até as conversações cotidianas, já abordadas neste capítulo. Entre as diversas oportunidades de conversações cotidianas, este trabalho dará atenção a diálogos que não requerem necessariamente o presencial, o diálogo face a face para acontecer, mas sim o virtual, por meio da internet.

1.4 – Esfera pública na internet

Com as novas tecnologias, como a internet, diferentes esferas públicas podem ser conectadas, dando origem a um processo de deliberação pública na rede mundial de computadores, que nasceu com a vocação para a criação de redes e comunidades. Segundo Rousiley Maia, que estuda a esfera pública virtual sob luz do quadro teórico habermasiano, a comunicação por computador permite, diferentemente da comunicação mediada pela mídia tradicional, que

(i) qualquer sujeito possa tornar-se emissor; (ii) qualquer receptor possa tornar-se emissor e vice-versa; (iii) qualquer receptor possa transformar-se em provedor de informação, produzindo informação e distribuindo-a por rede, ou

simplesmente repassando informações produzidas por outro. (MAIA apud GOMES, 2001, p.2).

A internet tem o potencial de ampliar a esfera pública, mas a transposição da esfera pública tal como defendida por Habermas para o espaço online não é automática, de acordo com Maia. Ela defende que, em "termos ideais", as desigualdades do mundo real seriam eliminadas pelo anonimato promovido pelo ciberespaço e promoveria a "universalidade do discurso". Contudo, para verificarmos a real constituição de uma esfera pública no espaço virtual é preciso que estejamos atentos, em primeiro lugar, ao grau de atendimento dos critérios de igualdade, inclusão, heterogeneidade e justificação pública de argumentos e razões. Veremos posteriormente esse ponto com maiores detalhes.

Em termos ideais, a aproximação das condições de universalidade do discurso significa, em primeiro lugar, que não pode haver barreiras excluindo certas pessoas ou grupos do debate. (MAIA, 2002, p. 52)

A vocação histórica da internet em promover a comunicação virtual pode estimular a constituição de uma esfera pública interconectada. A internet promove, desde seus primórdios, encontros além da geografia, unindo interesses comuns como crenças, cultura, temperamento, propiciando a deliberação pública e política, que requer um ambiente com características muito específicas para o debate igual, tanto na vida real como na virtual. O ambiente virtual, no entanto, tem particularidades que alteram as características ideais desta participação. Isso não significa que a formação de uma esfera pública seja intrínseca à internet ou que o ambiente virtual impossibilite sua formação. Nem uma coisa nem outra. É preciso observar o ambiente virtual com todas as suas nuances e variáveis. Como demonstra sua própria história, a internet é capaz de unir pessoas com interesses comuns, mas também está sujeita à regulação e à lógica norte-americanas, que têm seus próprios interesses e que poderiam impor-se como barreiras ao espaço ideal de deliberação política.

Muitas das barreiras são as mesmas tanto na vida real como na virtual. Os paradoxos da vida real se reproduzem de maneira adaptada no ambiente virtual, o que faz com que algumas barreiras sejam mais mudanças no processo do que obstáculos intransponíveis. As condições necessárias para o estabelecimento de uma esfera pública virtual são praticamente as mesmas do ambiente real, com algumas novidades impostas

pela tecnologia. Mas, no âmago da questão, estão a motivação e a cultura política dos indivíduos.

Diversas motivações podem levar à formação de redes online, como debater um assunto polêmico para alcançar uma conclusão em conjunto, demonstrar força de um determinado grupo de indivíduos que pensam de forma heterogênea, o extravasamento de emoções e sentimentos, ou até mesmo fazer campanha política e institucional. São diversos interesses, particulares ou coletivos, que motivam a formação de uma comunidade ou grupo. O indivíduo pode decidir participar de uma rede pelo desejo de colaborar, por exemplo.

Smith (2003, p. 50), no final do século XVIII, já notava a importância da colaboração para satisfazer necessidades pessoais. Para ele, “numa sociedade civilizada, o homem - a todo o momento - necessita da ajuda e cooperação de grandes multidões e sua vida inteira mal seria suficiente para conquistar a amizade de algumas pessoas”. (SBARAI, 2009, p.2)

Não há garantias de que a tecnologia da informação em rede levará a inovações, liberdade e justiça. Essa é uma escolha que encaramos como sociedade. O modo como nos desenvolvemos irá, de maneira significativa, depender da escolha que faremos na próxima década ou mais, como afirma Benkler (2006, p. 18). O uso que uma sociedade faz das ferramentas disponíveis depende das necessidades de cada comunidade e da maneira como cada grupo se organiza para fazer com que essas necessidades sejam atendidas.

A internet surge com o potencial de agregar as ações individuais em grande escala e, assim, enriquecer o ambiente em que estas pessoas estão inseridas com novas informações. Segundo Benkler, a economia de informação em rede melhora a capacidade prática de indivíduos em três dimensões: (i) melhora a capacidade de fazer mais por e para eles mesmos; (II) amplia a capacidade de fazer mais numa larga conexão com outros, sem ser constringido a organizar sua relação através de um sistema de preço ou do tradicional modelo de hierarquia de organização social e econômica; (iii) melhora a capacidade de indivíduos de fazer mais em organizações formais que operam fora da esfera do mercado. (2006, p.8). Benkler sugere que a internet possibilita que o indivíduo se insira na esfera pública sem a mediação da mídia. Segundo ele, com o custo zero da informação já existente e o declínio do custo da

produção, "a capacidade humana se torna fonte fundamental para a economia da informação conectada" (2006, p. 52)

A esfera pública conectada possibilita muito mais indivíduos a comunicar suas observações e pontos de vista para muitos outros, e para fazer isso de uma maneira não controlada pelos proprietários de mídia, e não facilmente corruptível pelo dinheiro como era a mídia de massa. (BENKLER, 2006, p.10)

Para ele, a internet é um espaço de discussão.

É uma combinação da vontade de criar e de se comunicar com os outros e uma experiência cultural compartilhada que faz com que a gente acredite que outros também gostariam de falar sobre o mesmo assunto, que faz com que potencialmente bilhões de participantes hoje e seis bilhões no futuro, seja uma opção melhor que o modelo comercial industrial. (BENKLER, 2006, p. 55)

Benkler ressalta que precisamos entender os novos modelos de produção, aprender a avaliá-los e comparar suas vantagens e desvantagens com relação à produção industrial de informação. "E aí precisamos ajustar nosso ambiente institucional para criar caminhos para as novas práticas sociais possíveis a partir do ambiente conectado" (2006, p. 58).

Benkler propõe que a economia da comunicação seja feita fora da mídia de massa, da informação comercial, já que o custo é menor e a arquitetura da rede é diferente. Essa mudança poderia consertar velhos problemas da mídia de massa, como a pouca abrangência de assuntos abordados, a concentração do poder nas mãos de poucos, sobretudo donos dos veículos, além da dependência econômica de anúncios e de audiência. Acreditamos, no entanto, que o papel social da mídia de massa ainda seja primordial, especialmente no Brasil. Questões como credibilidade, visibilidade (audiência), do poder de investigação (profissionalismo) e o fato de ser uma esfera pública sem governo devem ser levadas em consideração. Além disso, é possível afirmar que uma grande parcela dos brasileiros ainda se insira nessa cultura passiva, que espera do governo e da mídia as diretrizes para sua conduta política.

Até o surgimento e popularização da internet, as sociedades modernas dependiam em grande escala de uma economia industrial. Nas últimas décadas, no entanto, a produção de informação passou a ganhar cada vez mais importância na economia mundial.

A mudança trazida pelo ambiente de informação em rede é profunda. É estrutural. Atinge as bases de como o mercado liberal e as democracias liberais evoluíram por quase dois séculos. (BENKLER, 2006, p.1)

Benkler chama este novo estágio de "economia da informação em rede", um novo estágio da chamada "economia da informação", em que a ação individual coordenada ganha força online. Para ele, educação, arte e ciência, debate político, e disputa teológica "sempre estiveram muito mais inseridos nas motivações e indivíduos fora do mercado do que, digamos, na indústria automotiva" (BENKLER, 2006, p.4).

O pensamento de Benkler enfrenta, no entanto, muitas objeções. Entre os principais argumentos que vão contra a teoria de que a internet potencializa a existência de uma esfera pública interconectada está o chamado "efeito Babel". Isto é, quando todo mundo fala, ninguém fala e ninguém se entende. Além disso, a pulverização permite que poucos espaços concentrem quase toda atenção, enquanto milhões de pequenos espaços continuem na sombra, constituindo e fortalecendo a segregação, e não a integração. Esse é também o argumento elaborado por Habermas contra a internet, no texto de 2006.

O "efeito Babel" resultaria em uma verdadeira cacofonia, em que a diferenciação entre falas seria dada pelo dinheiro do dono da voz. Além disso, segundo a crítica, a superprodução de informação levaria à fragmentação do discurso, à polarização, e à perda das comunidades políticas (BENKLER, 2006, p. 214). Benkler utiliza exemplos empíricos de casos de estudo para exemplificar como ferramentas tecnológicas podem ser utilizadas no sentido de construir uma esfera pública de maneira radicalmente diferente do modelo da mídia de massa. Ele cita organizações não-governamentais que conseguem atuar e ter visibilidade mundialmente, que reúnem uma vasta quantidade de informações, mecanismos de busca e pesquisa, disponibilizam material, dados, observações, tudo gratuitamente para qualquer pessoa interessada em consumir ou fornecer informações. Ele cita, também, o caso Sinclair Broadcasting e as eleições presidenciais de 2004 nos Estados Unidos. Sinclair, proprietário da maior emissora de TV do país, determinou a exibição de um documentário sobre a Guerra do Vietnã, um evidente ataque ao candidato democrata John Kerry. Um repórter do grupo protestou contra a exibição do filme e foi sumariamente despedido. Começou, então, uma onda de protestos e boicotes pela internet, com a criação de sites que reuniam os manifestantes,

o que culminou na queda das ações do grupo na bolsa de valores. Neste contexto, Benkler ressalta o papel dos blogueiros.

Conversações baseadas em blogs têm peso porque as possibilidades permitidas pela cultura e técnica de blogar dão ao dono do blog um peso maior em decidir quem pode postar ou comentar e quem pode decidir tais questões. (...) o modelo de comunicação ou a estrutura de fluidez da informação facilitada pelos blogs é algo que dá peso à conversação, que ganha forma de um ou mais grupos de autores e contribuintes primários, somados a um grande número, muitas vezes numerosos, de contribuintes secundários, que se comunicam com um número ilimitado de leitores. (BENKLER, 2006, p.217)

Benkler defende que se todos podem falar, o ponto central passa a ser a capacidade de ser escutado – quem ouve quem, e como essa questão é resolvida. Para ele, sem o "jornal das seis" para nos dizer qual é a agenda pública, não teríamos mais uma agenda pública, mas sim uma multiplicidade de fragmentos de agendas privadas que nunca andariam juntos da plataforma formal de discussão política. Além disso, em um discurso fragmentado, indivíduos se reuniriam em grupos de auto-afirmação e auto-referência. Neste tipo de grupo, a tendência é que as opiniões em conversações entre esses participantes sejam mais extremistas e menos favoráveis para o alcance de tomada de decisões democráticas. (BENKLER, 2006, p. 238).

A arquitetura do Orkut, objeto desta pesquisa, é um exemplo de estrutura que privilegia a formação de grupos de auto-afirmação e auto-referência, como a comunidade "Aborto Não!", uma vez que incentiva a formação de grupos que se reúnem por afinidade de pontos de vista, desfavorecendo o debate. Isso não significa que impossibilite a conversação com potencial deliberativo. Voltaremos a tratar das implicações da arquitetura do Orkut no resultado deste estudo no capítulo metodológico, mais adiante.

Diante desse cenário teórico, estudaremos nos capítulos que se seguem a conversação online em torno da polêmica questão da descriminalização do aborto no Brasil na rede social online mais popular do País, o Orkut. No próximo capítulo, examinaremos o potencial desses espaços na formação de uma esfera pública interconectada.

CAPÍTULO 2

ESFERA PÚBLICA INTERCONECTADA

Neste capítulo, analisaremos o potencial de formação de uma esfera pública interconectada no âmbito da internet, especialmente nas redes sociais digitais. Partimos dos pressupostos já abordados no capítulo anterior de que a internet faz com que bens informacionais avancem "para tornarem-se os elementos mais importantes da economia e da produção de riquezas" (SILVEIRA, 2009, p. 70) e, ainda, de que a internet transforma o modelo de deliberação pública concebida face a face, alterando a temporalidade, a forma e a dinamicidade das conversações cívicas que alimentam o processo deliberativo, que tem na conversação cívica seu principal ativo.

A internet encerra um potencial extraordinário para a expressão dos direitos dos cidadãos e a comunicação de valores humanos (...) coloca as pessoas em contato numa ágora pública, para expressar suas inquietações e partilhar suas esperanças. (CASTELLS, 2003, p.135)

Embora haja esse potencial "extraordinário" na internet, a significativa expressão das pessoas em esferas públicas virtuais em termos numéricos e qualitativos depende de diversos fatores como o acesso à rede, tipo de controle da infraestrutura em que esta rede é instalada, capacidade de verbalização, acesso a computadores, o interesse político, a liberdade política, o desprendimento, a desinibição, o conhecimento técnico, entre tantas outras variáveis. No Brasil, especificamente, esse quadro, embora venha mudando ano a ano, ainda aponta que a internet é majoritariamente um território elitista.

Como afirma Benkler (2006), a revolução da internet é estrutural e oferece a oportunidade de aumentar a liberdade individual, melhorar os meios de participação democrática, ter uma sociedade mais autocrítica, uma economia da informação para melhorar o desenvolvimento humano por meio da ação individual descentralizada. O indivíduo pode ter sua autonomia aumentada e, talvez em longo prazo, o ambiente público possa sair do controle exclusivo da mídia. Além disso, os custos são reduzidos. De acordo com Manuel Castells (2003), a internet permite descentralizar os meios de comunicação de massa e incluir a tecnologia no fortalecimento da democracia. A internet, mesmo sofrendo cada vez mais interferências à livre comunicação, é o meio de

comunicação local-global mais livre que existe, permitindo descentralizar os meios de comunicação de massa.

Conforme destaca Benkler, o modo como a esfera pública em rede vem se desenvolvendo sugere que não haverá formas ou pontos de controle óbvios de concentração de poder e que possam exercer influência significativa. Com a internet, o conceito habermasiano de esfera pública fica limitado a uma categoria sociológica em que indivíduos de uma determinada sociedade conversam entre si com o objetivo de tomar decisões conjuntas sobre como atuar como uma unidade política (BENKLER, 2006, p. 178). Por isso, o autor propõe uma ampliação do conceito, visto que a partir da internet há uma mudança cultural na forma como os indivíduos encaram a conversação, suas relações com outros indivíduos e na forma como se expressam publicamente no dia a dia, emitindo sua opinião em redes sociais online e participando de comunidades virtuais em torno de uma determinada questão de interesse coletivo.

O efeito da internet na esfera pública é diferente em sociedades diferentes, dependendo de quão saliente estão os componentes estruturais que podem ser perturbados com a introdução da internet (BENKLER, 2006, p. 180).

Em países autoritários, afirma Benkler, a internet tem pressionado regimes de controle, que tentam monitorar e restringir a expressão de indivíduos no ambiente virtual, como fazem nos demais processos da sociedade. A internet, no entanto, permite que o indivíduo abandone a ideia de esfera pública previamente construída, que separava a ideia de sociedade e mídia, seja ela estatal ou comercial. Segundo Benkler, a internet permite que os indivíduos busquem caminhos independentes para se engajar em uma conversa pública. Com isso, o próprio governo passaria a atuar como um participante nas conversações, e não como um controlador da plataforma (2006, p. 185).

Essa ampliação de possibilidades de participação em processos cívicos e políticos e o seu potencial poder de transformação social e renovação política via internet podem ser uma mera “utopia tecnológica”. Contudo, alguns pesquisadores (BOHMAN, 2004; DALHBERG, 2001; DEAN, 2003) afirmam que determinados espaços de conversação na internet têm-se efetivado como âmbitos de práticas concretas de trocas reflexivas de argumentos e de debates. Um dos mais significativos espaços de conversação na internet são as chamadas redes sociais.

2.1 As redes no embrião da internet

Uma rede social pode ser definida, segundo Raquel Recuero (2009), como a articulação entre dois elementos principais: atores e suas conexões. Para ela, são atores "pessoas, instituições ou grupos; os nós da rede", e são conexões "interações ou laços sociais" (p.24). Recuero afirma que a rede é uma metáfora para a observação de padrões de conexão estabelecidos entre diferentes atores de um grupo social. A rede social é, portanto, uma estrutura "onde não é possível isolar os atores sociais e nem suas conexões" (RECUERO, 2009, p.24).

Para Alex Primo (2010, online¹), "redes sociais são agrupamentos cujas interações recorrentes entre os participantes os reúnem". A troca de mensagens pode ocorrer tanto entre atores que têm intimidade como entre atores que mantêm um relacionamento meramente formal. Segundo ele, uma rede social pode ter um criador ou pode ser criada em conjunto, de maneira espontânea. É essa característica volátil que faz com que a definição de rede social seja tão ampla e abrangente.

É importante ressaltar que as próprias redes sociais estão em permanente transformação, dificultando ainda mais que um conceito fechado seja adotado. Ainda assim, é necessário destacar o potencial da internet em possibilitar conexões entre atores, especialmente através das chamadas redes sociais online.

As redes sociais online, como Orkut, Facebook ou Twitter, são exemplos do potencial de criação de ações coletivas e debates, o que pode resultar na criação de uma esfera pública. Como defende Silveira, "a comunicação em redes digitais tem afetado diversas práticas de intermediação econômica e socioculturais" (2009, p.82), inclusive a esfera pública e a própria forma como se faz política. Isso porque tais ações e debates, gerados a partir de poucos recursos, permitem a expansão do alcance da interação sem intermediários.

¹ PRIMO, Alex. Crítica aos estudos de redes sociais. 2010

http://www.interney.net/blogs/alexprimo/2010/07/29/critica_aos_estudos_de_redes_sociais_ou/

Diferentemente do mundo dominado pelos *mass media*, as redes permitem o surgimento de criações e plataformas que disputam as atenções das pessoas privadas reunidas em público. Indivíduos e coletivos podem tentar, a qualquer momento, obter mais atenção do que as grandes corporações, sem ter que passar por elas. Esse é um fato que altera a qualidade da comunicação. Sua recusa pode dificultar análises que possam ser confirmadas empiricamente. (SILVEIRA, 2009, p.83)

Para Silveira, as redes sociais são estruturas que potencializam a participação, inclusive a participação política. Mas ele ressalta que esse potencial será realizado apenas quando e se "os principais grupos políticos que atuam nas sociedades presenciais estejam dispostos a se abrirem no ciberespaço" (SILVEIRA, 2009, p.87).

A formação de redes online está intimamente ligada ao próprio surgimento da internet. Em setembro de 1969, pesquisadores universitários e de uma agência ligada ao departamento de Defesa dos Estados Unidos chamada Arpa (*Advanced Research Projects Agency*) criaram a Arpanet, a primeira rede de computadores do mundo. Apesar do vínculo militar, a criação da Arpanet se deu em um ambiente colaborativo e relaxado do ponto de vista da segurança. “Não havia absolutamente nenhuma influencia militar no meu trabalho. É verdade que o financiamento veio da Arpa, do Departamento de Defesa, mas a verba era destinada à pesquisa de tecnologia”, relata² o professor emérito Leonard Kleinrock, da Universidade da Califórnia (UCLA), onde foram feitas as primeiras conexões. O passo seguinte foi tornar possível a conexão entre a Arpanet e outras novas redes acadêmicas, ou seja, formar uma rede de redes. Para isso, era preciso padronizar a arquitetura básica. Assim, entre os anos de 1973 e 1975, um grupo liderado pelo cientista da computação Vint Cerf, hoje diretor do Google, desenvolveu o protocolo TCP/IP, padrão em que a internet opera atualmente. Um fator que possibilitou a popularização da internet foi a criação da World Wide Web. Esse sistema foi criado pelo físico inglês Tim Berners-Lee, em 1990. Ele trabalhava no Centro Europeu de Pesquisas Nucleares (CERN) e recebeu a tarefa de criar um sistema que facilitasse o compartilhamento de informações entre os pesquisadores da instituição. A solução de Berners-Lee foi a Web. Ele inventou o primeiro navegador e todo o sistema de localização de endereços eletrônicos, as chamadas URLs, o protocolo HTTP e a

² Em entrevista concedida em inglês à pesquisadora por email em janeiro de 2010. Tradução livre.

linguagem HTML. A partir do CERN, a WWW foi gradualmente sendo adotada por outras instituições acadêmicas e, posteriormente, se espalhou por todo o mundo.

A vocação da internet para formação de redes e o potencial para promover a participação de indivíduos possibilitou o surgimento de ações coletivas paralelas às ações do mercado, como o movimento de código aberto, que propunha um modelo alternativo de desenvolvimento de software. Todo software produzido sob esse modelo deveria permitir que qualquer usuário pudesse modificá-lo e aprimorá-lo. Era um modelo oposto ao de boa parte das empresas de software que vendem programas “fechados”. Esses programas não podem ser modificados pelos usuários.

No Brasil, o surgimento da web remete ao AlterNex, determinante para que 64 milhões de brasileiros tivessem hoje acesso à internet. O AlterNex foi o primeiro provedor brasileiro. Quem liderou o projeto que seria o embrião da internet no Brasil foi o engenheiro naval Carlos Afonso, co-fundador do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase), ao lado do sociólogo Herbert de Souza, o Betinho. “A partir de 1989, o projeto AlterNex passou a receber um forte apoio das Nações Unidas. O Pnud (programa de desenvolvimento da ONU) facilitou a importação de equipamentos que nem a Telebrás conhecia”, diz Afonso³.

Até 1995, a internet brasileira continuava bastante restrita aos muros acadêmicos, embora pesquisadores já tivessem acesso a redes nos EUA desde 1987. Em 1990, o Ministério da Ciência e Tecnologia criou a Rede Nacional de Pesquisa, para criar uma infra-estrutura de serviços de internet com abrangência nacional. Somente em 1993 essa espinha dorsal de comunicação foi implantada e, em menos de dois anos, havia cerca de 400 instituições governamentais, de ensino e pesquisa ligadas em rede. Foi em 1995, ano de criação do Comitê Gestor da Internet, que o uso da internet no Brasil se expandiu para o cidadão comum. Nesse ano surgiram os primeiros provedores comerciais de acesso, muitos dos quais ainda em atuação no País.

Até 1998, a administração de todos os endereços na internet no mundo ficou a cargo de um só homem, o cientista Jon Postel, da Universidade da Califórnia do Sul. Após sua morte, o controle foi privatizado e passou a ser da Icann (*Internet Corporation*

³ Em entrevista concedida à pesquisadora em janeiro de 2010.

for Assigned Names and Numbers), que mantém a função até hoje. As vagas no Conselho Administrativo da Icanm podem ser pleiteadas por qualquer pessoa do planeta que tenha conhecimento técnico. A medida é uma tentativa de tornar a administração da rede cada vez menos norte-americana. E mais global.

Como defende Silveira, hoje,

a internet e suas diversas plataformas, incluindo as redes sociais, são uma realidade social. Estão presentes no cotidiano de diversas sociedades e tendem a ser o principal meio de comunicação mediada (...) A rede é um espaço de conversação. Resta saber se poderá ser um espaço deliberativo (SILVEIRA, 2009, p. 86).

Esse autor salienta que a internet é uma "construção sociotécnica", ou seja, a forma como foi concebida preserva até hoje as "determinações ideológicas" dos indivíduos que a criaram, citados anteriormente neste capítulo. A internet foi construída sem vínculo a uma doutrina específica e as redes sociais acabaram se tornando maior símbolo desse novo tipo de comunicação. Nele, indivíduos tornam-se falantes e podem, a baixo custo, disseminar uma informação de interesse coletivo. Assim, vamos, a seguir, nos aprofundar no estudo do potencial democrático dessa mudança trazida pela popularização das redes sociais.

2.2 O potencial democrático das redes sociais

As redes de relacionamento social, ou redes sociais, ao mesmo tempo em que reúnem milhões de pessoas e geram casos de "debates intensos", como frisa Silveira, podem "acirrar os extremismos" uma vez que a participação em grupos de pessoas que pensam do mesmo modo (*like-minded people*) tenderá a reforçar crenças e radicalizar visões (SUNSTEIN e HASTIE, 2008).

O fenômeno das chamadas redes sociais tem gerado efeitos opostos. Nunca se conversou tanto como ocorre com a adesão de milhões de pessoas ao Facebook, Orkut, Twitter, entre outras redes de relacionamento. Nessas redes, temos visto inúmeros casos de ações coletivas e de debates intensos. (SILVEIRA, 2009, p. 81).

No entanto, Silveira ressalta que "não há nenhuma comprovação empírica de que a comunicação em rede está isolando as pessoas e que, isoladas, elas apenas buscam se agregar em grupos que tendem ao extremismo" (2009, p.81). O debate, mesmo quando ocorre entre pessoas que pensam de maneira parecida, não está necessariamente restrito a essas mesmas pessoas. Isso porque nas redes sociais, além de ser muito difícil de impedir alguém de se expressar, podemos identificar um debate que acontece entre redes sociais diferentes, pois as mesmas pessoas participam de diferentes redes e replicam argumentos e pontos de vista em outros espaços virtuais. Nesse sentido, é possível também afirmar que, na esfera pública interconectada, talvez tão importante quanto a pluralidade de interagentes seja a pluralidade de argumentos que circulam nos espaços virtuais. Dito de outro modo, uma maior relevância vem sendo dada aos discursos que articulam os atores, e não aos atores que disponibilizam discursos na rede.

Como mencionamos anteriormente, o controle total do conteúdo é praticamente impossível. Com isso, a rede permite a interferência de agentes de fora, que discordam ou que gostariam de questionar o assunto debatido, quebrando o padrão de pensamento e argumentação daquele grupo, geralmente composto de pessoas que possuem formação cultural, social e política similares. As diversas redes sociais dialogam entre si e esta interconexão amplia o número de participantes, diversifica opiniões e, em consequência, alarga o debate por meio da conversação cívica e da mobilização.

Nos Estados Unidos ocorreu um dos mais emblemáticos casos de uso da internet para conversação cívica e mobilização: a campanha eleitoral do atual presidente norte-americano, Barack Obama, em 2008. Os pesquisadores Sérgio Braga e Vera Chaia (2009) apontam o caso como o exemplo mais espetacular de emprego dos novos recursos de comunicação digital para produzir um determinado resultado político.

Veículos de imprensa nacionais e internacionais destacaram amplamente a utilização de redes sociais digitais desde as Primárias dentro do Partido Democrata, entre Obama e Hillary Clinton, até a posse do vencedor, na capital Washington, DC. Atribui-se a essas redes – como Twitter, Facebook, YouTube e blogs – um papel muito importante ou, até mesmo, fundamental, segundo os mais entusiastas, na eleição de Obama. O comitê eleitoral do atual presidente utilizou essas tecnologias para auxiliar na divulgação de suas ações e propostas, para angariar fundos e, principalmente, votos.

A população norte-americana se mobilizou para comparecer mais às urnas devido ao cenário econômico dos EUA num período de pré-crise econômica e queda no setor imobiliário. Além da crise, a guerra dos EUA com o Iraque também influenciou nessa mobilização. As redes sociais ultrapassaram o rádio em importância como meio de divulgação de notícias sobre a disputa eleitoral, mas ainda ficam atrás da televisão, segundo levantamento "O papel da internet nas eleições de 2008", realizado pelo instituto Pew Internet em 2009⁴. Os resultados da pesquisa são fruto de um levantamento nacional de telefonia fixa realizado com 2.254 adultos norte-americanos entre os dias 20 de novembro de 2008 e 4 de dezembro de 2008. Do total de entrevistados, 1.591 são internautas e 1.186 são os chamados usuários politicamente online.

O estudo mostrou que o público que acessa a internet com fins políticos nos EUA é formado, em sua maioria, por jovens engajados, que entram em salas de bate-papo para participar de fóruns online. Os negros que usaram a internet com finalidade política realizaram mais ações afirmativas, como compartilhamento de notícias e conteúdo. Em geral, a pesquisa revelou que negros, cidadãos de classes econômicas mais baixas, hispânicos e imigrantes usaram mais a internet para se informar e compartilhar conteúdo. Revelou, ainda, que 35% dos entrevistados consultaram seis ou mais fontes para obter informações sobre a corrida eleitoral norte-americana. Entre as fontes mais presentes estão os sites de relacionamentos, sites dos partidos, sites de jornais e revistas. A maioria dos internautas que acessou a internet com fins políticos buscou, inicialmente, informações sobre candidatos à Presidência. Depois, partiu em busca de informações sobre outras corridas eleitorais, como ao Senado e às Prefeituras. Por último, procurou informações sobre colégios eleitorais, locais de votação, justificativa, voto antecipado, etc. Um terço desses internautas compartilhou seu ponto de vista com outros internautas, amigos e familiares.

Segundo o estudo, os republicanos utilizaram mais a internet em número de horas. Os democratas, porém, interagiram mais e compartilharam maior quantidade de conteúdo e postagens. Isto é, o candidato vencedor contou com votos de internautas que, em geral, colaboram e participam com conteúdos próprios, compartilhando-os em

⁴ Pesquisa disponível no site: <<http://www.pewinternet.org/Reports/2009/6--The-Internets-Role-in-Campaign-2008.aspx>>, acesso em 20/07/2010.

rede. Uma das razões para este fenômeno apontada pelo levantamento é que os eleitores de Obama eram mais jovens e mais ativos na internet do que os eleitores do candidato republicano, John McCain, embora os eleitores republicanos tenham mais poder aquisitivo e acesso mais facilitado à rede, segundo a pesquisa.

No Brasil, pela primeira vez a legislação brasileira consentiu doações pela internet e o uso de sites, blogs e redes sociais, com o Orkut, Facebook e Twitter, ao longo das campanhas para o Legislativo e Executivo nas eleições de 2010, mesmo no dia da votação. Apesar da mudança na legislação eleitoral, o uso das redes não foi pleno. Isso porque a mudança deixou de fora diversos aspectos importantes da internet, que permanecem obscuros, como o uso de blogs pessoais nas campanhas. O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) determinou, por exemplo, que o Google Brasil tirasse do ar e revelasse os autores de dois blogs, um pró-Dilma e outro pró-Serra. As ações foram movidas pelo Ministério Público Eleitoral (MPE), que alega que a empresa hospedava os blogs “dilma13.blogspot.com” e “euqueroserra.blogspot.com”, que estariam fazendo propaganda eleitoral antecipada. Os blogs chegaram a sair do ar, mas em pouco tempo voltaram a ser publicados. Mesmo com a liberação do uso da internet e com a dificuldade encontrada pelos mecanismos legais em impedir seu uso em algumas circunstâncias, a televisão continua sendo a grande divulgadora das campanhas, pelo menos enquanto durar a obrigatoriedade do horário eleitoral gratuito no Brasil. Ainda assim, em 2010, a internet ultrapassou os jornais, as revistas e o rádio como principal fonte de informação do eleitor brasileiro, segundo o TSE⁵.

Para efeitos comparativos, no Brasil, 81% dos jovens entre 16 e 24 anos acessam a internet, de acordo com uma pesquisa realizada em agosto de 2008 pela F/Radar com 3.003 pessoas de todo País. Dos internautas brasileiros, 51% acessam a rede em busca de informação (mais que nos Estados Unidos), 23% querem se relacionar e 20%, se entreter. Quase metade dos brasileiros da classe C tem acesso à rede. Em 2007, o número de internautas brasileiros que já colocaram conteúdo na rede era de 45%. Em um ano, esse número foi para 55%, segundo a mesma pesquisa F/Radar.

⁵ Informações obtidas no seguinte site:

<<http://ultimosegundo.ig.com.br/politica/tse+web+ultrapassa+jornal+revista+e+radio+nas+eleicoes+2010/n1237842410839.html>>, acesso em 13/10/10.

Em outubro de 2010, segundo o IBOPE Nielsen Online⁶, o total de pessoas com acesso à internet no trabalho e em residências chegou a 51,8 milhões, o que significa uma evolução de 6,5% em relação ao mesmo período do ano anterior. Do total de pessoas com acesso, 41,6 milhões foram usuárias ativas em agosto de 2010, crescimento de 5,9% sobre o mês de julho e de 11% na comparação com agosto de 2009.

Ainda de acordo com dados obtidos via IBOPE Nielsen Online, na subcategoria comunidades, 54% são homens e 46% são mulheres. Em relação à faixa etária, a maioria dos usuários (28%) tem entre 25 e 34 anos, 10% são crianças até 11 anos e 12% são adultos com mais de 50 anos, 54% acessam as redes sociais mais de uma vez por dia e, em sua maioria, fazem isso de casa (98%).

A rede social mais popular no Brasil é o Orkut, filiado ao Google, com 37 milhões de usuários no Brasil em 2009. Segundo o IDG Now⁷, 57% dos internautas brasileiros entram diariamente em redes sociais, enquanto a média mundial está em 31%. Cerca de 84% dos usuários brasileiros do Orkut acessam a rede pelo menos uma vez por dia. Destes, 63% entram várias vezes ao dia no site. Para 90% deles, o objetivo de participar da rede social é poder fazer contato com amigos antigos; 89% acreditam que a ferramenta serve para manter contato com familiares e amigos; 78% afirmam que entraram para expandir a rede de contatos e 72% enfatizam que é uma forma divertida de passar o tempo livre. O tempo médio de permanência por internauta a cada acesso ao Orkut é de 15,7 minutos. Em média, os brasileiros visitam o Orkut 24,5 vezes ao mês. Outro dado interessante é que os usuários do Orkut divulgam 80 milhões de recados, 30 milhões de fotos e 3,5 milhões de vídeos por dia.

A tendência da rede tem sido a de ampliar o relacionamento e não o contrário. É nítido que os jovens voltaram a escrever e a aumentar o compartilhamento de bens simbólicos. Obviamente, as ferramentas tecnológicas não criam a participação, mas são construídas exatamente porque um conjunto crescente de cidadãos está disposto a discutir e a participar do debate sobre diversos assuntos, inclusive os políticos. (SILVEIRA, 2009, p. 82)

⁶ Fonte: Ibope

http://www.ibope.com.br/calandraWeb/servlet/CalandraRedirect?temp=6&proj=PortalIBOPE&pub=T&db=caldb&comp=pesquisa_leitura&nivel=null&docid=0A276B95D145374B832577B6007A5F6A

⁷ Fonte: IDG Now <http://idgnow.uol.com.br/internet/2009/07/29/orkut-75-dos-internautas-brasileiros-acessam-rede-social-do-google/>

O Orkut, embora não tenha como objetivo a conversação cívica, mas sim o fortalecimento de laços sociais, também pode favorecer interações de cunho político. Como aponta Garcêz, "desse amplo domínio denominado rede social virtual, sem chances aparentes de abordagem política, emergem algumas centelhas de posicionamentos políticos" (2007, p.19). É essa interação de cunho político, voltado para mobilização e para o associativismo que observaremos no tópico a seguir.

2.3 Conversação cívica entre atores da sociedade civil

O potencial da conversação cívica nos grupos ou comunidades temáticas criadas em redes sociais como o Orkut está nas diferentes formas de organização, engajamento e articulação entre atores da sociedade civil. Quando esses atores têm interesses comuns ou um problema comum, podem associar-se com o objetivo de dar maior publicidade à sua questão. A observação desses grupos politicamente mais organizados pode contribuir também para a análise de grupos formados sem essa intenção, mas que acabam incorporando algumas características do associativismo.

A pesquisadora Rousiley Maia (2007) se preocupa em ressaltar que a sociedade civil não pode ser considerada um bloco homogêneo, pois é composta de diferentes grupos e setores sociais. Por isso, ela descreve a sociedade civil como "altamente heterogênea", em que há grupos com tendências democraticamente "boas" e "más", com tendências antiliberais e antidemocráticas. É importante pontuar que a autora entende por sociedade civil associações formais e informais e redes na sociedade fora do âmbito do Estado e do mercado. Ela considera, no entanto, que, por conta das parcerias entre iniciativas cívicas e agentes do Estado ou do mercado, é difícil delimitar fronteiras bem definidas para a sociedade civil. Portanto, é necessário também fazer uma distinção entre diferentes tipos de associações.

Maia (2007) especifica quatro diferentes padrões de uso das informações e ferramentas de interação disponíveis na internet por parte de grupos que integram a sociedade civil: "a) interpretação de interesses e construção de identidade coletiva; b)

constituição de esfera pública; c) ativismo político, embates institucionais e partilha de poder; d) supervisão e processos de prestação de contas."

O primeiro grupo, de "interpretação de interesses e construção de identidade coletiva", tende a ser formado por indivíduos que expressam valores, interesses ou histórias coincidentes entre si. Em geral, segundo Maia, o grupo escolhe um problema para ser tematizado que não é visto como tal pelo restante da sociedade. Juntos, esses indivíduos "organizam experiências em narrativas publicamente compreensíveis" e são capazes, assim, de divulgar sua questão e chamar a atenção da sociedade, do Estado e do mercado, dependendo do problema tematizado. Maia ressalta que muitos desses grupos são formados por indivíduos marginalizados ou subordinados. A internet é utilizada, então, como forma de superar a invisibilidade cívica. Como exemplo, Maia cita os sites de moradores de favelas no Brasil, que se engajam na luta por reconhecimento.

O segundo grupo, de "constituição de esfera pública", é composta por indivíduos que, mesmo tendo opinião e experiências homogêneas, podem exercitar seu poder de verbalização dentro do grupo para, depois, fazerem parte de um grupo em que haja deliberação.

Nesse sentido, talvez o mérito da internet em provocar conversações autônomas e descentralizadas não esteja exatamente em fomentar o debate deliberativo em fóruns virtuais, mas, ao invés disso, em preparar os cidadãos e os atores coletivos cívicos para debates mais exigentes (MAIA, 2007, p.51)

Isto é, Maia acredita que a internet tem o papel de preparar os indivíduos para a deliberação na esfera pública, onde terão de ouvir opiniões alheias diferentes da sua, contestá-las e argumentar sem pressionar, desrespeitar, manipular ou ameaçar o outro.

O terceiro grupo, "Ativismo político, embates institucionais e partilha de poder", reúne ações políticas conjuntas na internet, como protestos virtuais, abaixo-assinados, mobilização em torno de um propósito político. Maia destaca que essas ações são em geral efêmeras, fragmentadas e transitórias. Mas, muitas vezes, eficazes. Como no exemplo dado, o site NuvaNet, da Finlândia, em que jovens discutem ideias, publicam opiniões contrárias sobre o mesmo assunto, chegam uma proposta final que é encaminhada às autoridades locais para a apreciação. Tudo é feito com o

acompanhamento de moderadores, que têm o papel de garantir a transparência e a organização do debate.

O quarto grupo, "supervisão e processos de prestação de contas", está voltado para a fiscalização dos processos da democracia representativa. "Os novos recursos da internet podem aprimorar o sistema de democracia representativa, aumentando o fluxo de informações provenientes do governo, tornando as autoridades mais responsivas" (MAIA, 2007, p.53). Isso porque os departamentos de órgãos públicos são capazes de divulgar prestação de contas quanto ao uso do dinheiro público, bem como explicitar procedimentos para acompanhamento do contribuinte por meio desses grupos de supervisão. Em geral, esses grupos acabam por disponibilizar as informações, mas não promovem o debate entre os integrantes do grupo por não oferecerem as ferramentas necessárias para isso, como salas de bate-papo ou fóruns. Funcionam como fontes de informação, mas não como agentes fomentadores da conversação cívica.

Algumas associações cívicas desenvolvem ideias progressistas e democráticas buscam desenvolver habilidades políticas e cultivar virtudes cívicas dos cidadãos, mobilizar debates na esfera pública, representar interesses coletivos ou, ainda, monitorar e estabelecer limites às atuações ilegítimas dos Estados e dos mercados. Outras associações abraçam ideias conservadoras e fundamentalistas e se mobilizam em torno de interesses corporativistas e particularistas. Podem combinar o ódio (em forma de racismo, homofobia ou xenofobismo, por exemplo) e a atuação secreta, e assim, prejudicar os debates públicos e substituir as ações políticas pela violência. (MAIA, 2007, p.46)

Segundo Maia, "tanto os grupos da "boa" quanto aqueles da "má" sociedade civil se valem dos recursos oferecidos pela internet para disponibilizar e trocar informações e coordenar suas ações" (MAIA, 2007, p.44).

Independentemente da motivação de formação dos grupos da "boa" e da "má" sociedade civil, os casos abordados por Maia exemplificam como a internet é capaz de reunir e agregar pessoas, tanto as que têm interesses privados comuns como as que desejam se engajar em debates intensos com o objetivo de resolver problemas de interesse coletivo. Como vimos nos capítulos anteriores, tais características são requisitos para a formação de uma esfera pública. Ao mesmo tempo, não são capazes de formar uma esfera pública por si só. A partir dessas observações, iremos analisar na próxima sessão do capítulo o potencial de formação de uma esfera pública na internet.

2.4 A internet é uma esfera pública?

Como destaca Bohman (2004), a percepção sobre a capacidade de a internet gerar esferas públicas se afirma com base em dois posicionamentos bem diferentes. De acordo esse autor, de um lado, pesquisadores acreditam que a internet amplia a esfera pública, mas não levam em consideração o contexto social que pode, eventualmente, impedir a possibilidade de gerar novas formas de esfera pública e de democracia. De outro, há os que, de antemão, negam essa possibilidade, mas cometem o erro de se apegarem a normas fixas que, se empregadas ao pé da letra, até diminuem a esfera pública.

Bohman concorda com o conceito de que condições básicas são necessárias para a formação de uma esfera pública e, para fazer essa avaliação, conta com requisitos da democracia deliberativa, como o comprometimento com as normas e regras que regem o processo, respeito ao pluralismo de opiniões, transparência, igualdade e publicidade, entre outros requisitos. Ele considera o potencial da comunicação mediada por computador sob a luz dessas condições e afirma que a internet pode ser considerada esfera pública somente se os participantes envolvidos fizerem isso acontecer de fato. Bohman questiona, ainda, se a nova esfera pública criada em políticas transnacionais pode se retroalimentar a partir das instituições democráticas e ajudar a promover novas formas de lidar com os problemas de tempo e espaço incluindo temas de interesse global. Assim, o autor propõe que "o primeiro passo é desprezar o conceito de esfera pública de sua primeira percepção moderna através da mídia impressa e das instituições do Estado" (2004, p. 133). Segundo ele, devemos flexibilizar os requisitos da esfera pública propostos por Habermas e admitir que haja outras formas de troca dialógica que não são necessariamente face a face. Para Bohman, é preciso rever os preceitos habermasianos de esfera pública, tal como foram elaborados, sobretudo em "Mudança Estrutural da Esfera Pública", de 1962⁸, levando-os em consideração.

Alguns preceitos indispensáveis, segundo Bohman, devem ser observados em espaços interativos da internet para se verificar a efetiva formação de uma esfera pública: há de se ter um fórum de discussão de um tema de relevância pública; há de se

⁸ Obra abordada com maior ênfase no primeiro capítulo da presente dissertação.

ter liberdade, igualdade, respeito; não pode haver controle ou manipulação; a comunicação deve estar dirigida a um público indefinido, ou seja, deve haver publicidade. A partir desses preceitos, a internet seria capaz de ampliar a esfera pública política, revisando e incorporando a esfera pública moderna habermasiana. "Essa extensão do diálogo baseado na rede sugere a possibilidade de reincorporar a esfera pública em um novo e potencialmente maior arranjo de instituições" (Bohman, 2004, p. 135). Ele sugere, ainda, que a discussão sobre a internet como esfera pública gire em torno do espaço público.

O conceito de esfera pública virtual está longe de ser consensual entre pesquisadores do assunto. Enquanto Lévy (2002), Castells (2001) e Silveira (2000), entre outros importantes especialistas aceitam a noção de que a internet funciona como esfera pública sem maiores restrições, Dean (2003), Buchstein (1997) e Papacharissi (2002), entre outros, fazem muitas ressalvas quanto à existência de uma esfera pública virtual.

Para os pesquisadores que apóiam o conceito, a internet seria um ambiente capaz de gerar espaços de deliberação por excelência. Lévy (2002) destaca que a internet altera a noção de espaço ao tornar possível o debate entre atores que não estão no mesmo local. A internet, para ele, permite a participação de interessados em um mesmo tema, independente de sua localização geográfica. Lévy (2002) ressalta, também, que a internet pode eliminar os mediadores, como a mídia de massa, possibilitando o debate direto entre atores da sociedade civil, estimulando uma nova forma de participação política e governança.

Já Buchstein (1997) afirma que a internet na verdade tem um efeito negativo na formação de uma esfera pública. Isso porque, segundo ele, a internet dissolve requisitos essenciais para o processo deliberativo, colocando-o em risco. Entre os requisitos que seriam dissolvidos, segundo Buchstein, estão a igualdade de acesso à internet e de oportunidades de manifestação. Além disso, ele acredita que são impedimentos para a formação de esfera pública o grande fluxo de informação, a falta de aptidão técnica, habilidades discursivas e tempo deliberativo. Gimmler (2001) ressalta, no entanto, que a visão de Buchstein está baseada em três preconceitos: i) o usuário da internet não tem competência para interagir através da tecnologia lidando com as consequências sociais disso; ii) o acesso à internet é limitado a um restrito grupo de elite; iii) a esfera pública

existe em um ambiente pré-industrial em que há uma relativa homogeneidade baseada na interação face a face. Para Gimmler (2001), o modelo de esfera pública face a face não rejeita novas formas de comunicação mediada por computador. Ele defende que a internet não garante, mas pode, sim, fortalecer a democracia deliberativa e alargar a esfera pública no âmbito virtual ao encorajar a troca de serviços e informações, e subverter a lógica da mídia de massa.

A partir da constatação de que a existência de espaços relacionais na internet por si só não é garantia de uma deliberação pública que possa contribuir para o aperfeiçoamento da democracia, uma vez que gera grupos que fomentam o ódio, Marques (2006) ressalta a importância de se analisar, referindo-se à internet, "as características relativas à apreensão sócio-cultural de tais aparatos tecnológicos" (p.170). Ele defende que uma esfera pública virtual voltada para resultar em decisões quer possam ser levadas ao poder legislativo seria dificilmente realizada em sua plenitude.

...parece mais plausível o funcionamento eficaz dos espaços digitais de discussão na perspectiva de uma conversa civil, de um espaço potencialmente vívido onde se gera discussão na tentativa de se conferir poder de influência aos atores da "periferia". Ou seja, os cidadãos com acesso ao computador em rede podem se reunir livremente para discutir qualquer tema e fazer quaisquer proposições sem constrangimentos, ainda que a efetividade deste tipo de ação seja, na maioria das ocasiões, de pequeno alcance. (MARQUES, 2006, p. 170)

Algumas das barreiras que podem travar o avanço da esfera pública em direção ao espaço virtual interconectado, segundo Maia (2007), são: (i) o filtro e a edição do conteúdo impostos à circulação de mensagens em ambientes controlados ou moderados; (ii) a não identificação do indivíduo que busca informação e não está vinculado a algum debate; (iii) assimetrias entre os conectados e não conectados, como o analfabetismo e o acesso à tecnologia; (iii) dinâmica argumentativa passa a acontecer em diferentes redes de conversações simultâneas sem o objetivo de tomada de decisão; (iv) o Estado deve permanecer poroso aos atores sociais.

Marques (2006) aponta uma terceira via de interpretação sobre a questão da internet e da esfera pública, situada entre aqueles que admitem e adotam o conceito de esfera pública virtual (LÉVY, 2002; CASTELLS, 2001; SILVEIRA, 2000) e aqueles que refutam essa possibilidade (DEAN, 2003; BUCHSTEIN, 1997; PAPACHARISSI, 2002). Seria uma terceira via, que compreende as possibilidades que as novas

ferramentas proporcionam, especialmente no campo político. Nessa terceira via, há o entendimento de que a formação de redes online é um "complemento para uma melhor formação cívica" e uma ampliação dos locais de conversação e debate, como praças, bares ou associações de bairro.

Em vez de se buscar uma participação direta ou mesmo abrir mão das instituições representativas graças à possibilidade técnica ora oferecida, o correto, talvez, fosse estimular uma participação civil mais forte (mais uma vez, como requer a proposta de democracia deliberativa, herdeira, de certa forma, das perspectivas de *strong democracy* – defendidas por BARBER (1984), ou PATEMAN (1970), sendo os aspectos relativos à discussão e à informação dos atores envolvidos de relevância destacada. (MARQUES, 2006, p. 181)

Janssen e Kies (2004) partem do princípio que há os que acreditam que a internet poderá levar para o debate político as classes normalmente indiferentes à política (os jovens, os pobres, as etnias minoritárias) e há os que defendem que os participantes do debate não revelam suas identidades, não têm compromisso e, por isso, não se expressam oferecendo razões ou justificativas. Além disso, a tendência, segundo esse pensamento, é que pessoas que possuem o mesmo ponto de vista se reúnam também online. Para Janssen e Kies, os atores políticos, a cultura política e o assunto influenciam na qualidade do debate nos grupos de discussão online. Eles consideram, ainda, que tópicos mais polêmicos tendem a promover menos participação deliberativa, já que acirram a necessidade de posicionamento e de defesa do ponto de vista de cada participante. E esse é um exercício que demanda tempo, reflexão, engajamento e consideração dos argumentos alheios.

Grande parte dos grupos formados nas redes sociais não apresenta os requisitos necessários para a formação de esfera pública, o que não impede que em alguns grupos isso seja possível. Por esse motivo, é complicado generalizar "internet" ou "rede social" para fins de estabelecer o conceito de uma esfera pública virtual. A internet sozinha não é capaz de resolver os problemas da democracia, mas contém em sua estrutura de rede o embrião da democracia, isto é, a possibilidade de ampliar a conversação cívica, aprimorar habilidades discursivas e argumentativas, melhorar a aptidão do cidadão comum para se engajar em processos deliberativos.

2.5 – A deliberação online: como avaliá-la empiricamente?

Com o intuito de estudarem empiricamente a deliberação online, diversos pesquisadores das áreas de Ciências Políticas (DALBERG, 2002; GRAHAM; 2008; KIES, 2010; STROMER-GALLEY, 2005) e Comunicação (MAIA, 2002; MARQUES, 2010 a e b), vêm desenvolvendo metodologias baseadas nos princípios normativos através dos quais Habermas define as trocas comunicativas na esfera pública (igualdade, publicidade, reciprocidade, inclusividade, racionalidade, etc.). Contudo, esses pesquisadores atestam que a deliberação online possui suas especificidades e, como tal, requer a consideração de outros princípios normativos que, atrelados aos princípios habermasianos, podem melhor esclarecer as nuances dos processos deliberativos que se configuram em espaços específicos da internet.⁹

Lincoln Dahlberg (2002) é o autor que, ao escolher seus critérios de avaliação da deliberação online, mais se aproximou dos critérios habermasianos. Para ele, a trocas deliberativas virtuais deveriam obedecer às seguintes variáveis: racionalidade, reflexividade, assumir a perspectiva alheia (*ideal role taking*); inclusividade e igualdade; autonomia e sinceridade. No quadro abaixo, podemos ver como Dahlberg caracteriza cada critério e como, em uma análise empírica, ele procura operacionalizá-los elaborando perguntas a serem feitas no momento da avaliação de processos deliberativos online:

Quadro 1- Critérios de avaliação da deliberação online segundo Dahlberg (2002)

Princípio	Características	Operacionalização
Troca de argumentos baseados em razões	A deliberação envolve engajar-se em crítica recíproca de posições normativas que são promovidas por meio de razões ao invés de serem simplesmente afirmadas.	Há troca de pontos de vista e contestações?
Reflexividade	Os participantes precisam examinar criticamente seus valores culturais, pressuposições e interesses,	Os participantes revisam suas posições à luz de novas mensagens? Repensam suas posições diante de críticas?

⁹ Para Whilhem (2000), é importante que o espaço de estudo seja não-comercial, ou seja, é preciso evitar o que Habermas (1987) chama de espaços "colonizados".

	assim como o amplo contexto social.	Apresentam cuidadosamente suas posições, ouvem os outros e respondem a eles?
Assumir a perspectiva alheia (ideal role taking)	Os participantes precisam se preocupar em entender o argumento que sustenta a perspectiva do outro. Isso requer uma escuta respeitosa.	Há o desenvolvimento de um diálogo respeitoso? Há o compromisso com a diferença?
Inclusão discursiva e igualdade	Todo participante afetado pelas demandas sob consideração pode introduzir e questionar afirmações.	Todas as posições e objeções são ouvidas no fórum? A participação é dominada por aqueles que já têm poder offline?
Autonomia com relação ao Estado e ao poder econômico	A discussão precisa ser dirigida pelas preocupações dos cidadãos orientados publicamente, sem interferência do dinheiro ou do poder administrativo.	Há a presença concreta de constrangimentos de poder nas trocas comunicativas?
Sinceridade	Tornar públicas informações relevantes sobre intenções, motivos, desejos, necessidades e interesses.	As informações ou fontes são verificáveis? A troca é aberta e honesta?

Fonte: elaborado pela autora.

Como veremos a seguir, os pesquisadores interessados em estudar a deliberação online não se desviam muito dos critérios acima apontados, embora vários deles façam adaptações e acrescentem outros critérios de análise.

Para Stromer-Galley (2005) existem oito critérios que devem ser cumpridos em uma discussão política online: expressão da opinião fundada em razões, referências a fontes externas, ausência de agressão, choque de perspectivas (desacordo deliberativo), níveis iguais de participação, coerência, reflexividade, interatividade e narratividade. Ela coloca como princípio, entre outros, "referências a fontes externas" para justificar uma opinião e ausência de agressão. Para ela, os participantes de um debate sempre buscam justificar seus pontos de vista e argumentos baseando-se em informações que provêm de suas experiências concretas, da mídia, de conversas com amigos e conhecidos e de elementos culturais (crenças, sabedoria popular, etc.). O quadro abaixo revela como essa autora operacionaliza seus critérios para a avaliação da deliberação online:

Quadro 2- Critérios de avaliação da deliberação online segundo Stromer-Galley (2005)

Princípio	Características	Operacionalização
Expressão da opinião fundada em razões	A deliberação envolve engajar-se em crítica recíproca de posições normativas que são promovidas por meio de razões em vez de serem simplesmente afirmadas.	As pessoas respondem uma às outras oferecendo razões ou apenas concordam ou discordam de seus parceiros?
Reflexividade	Os participantes precisam examinar criticamente seus valores culturais, pressuposições e interesses, assim como o amplo contexto social.	Os participantes demonstram interesse em considerar e entender outras perspectivas? O uso de evidências e de contraposições indica que os participantes conhecem e entendem a posição oposta?
Referências a fontes externas	O processo de justificação pública das opiniões e argumentos é sustentado por referências a fontes e fatos externos ao debate.	Ver se os interlocutores sustentam seus argumentos com informações vindas de blogs, livros, TV, sites, outras pessoas e experiências pessoais. A narrativa entra aqui, como o testemunho.
Níveis iguais de participação	Todo participante precisa ser capaz de participar em pé de igualdade com os outros participantes. Ninguém deve dominar a conversação ou silenciar os outros.	Observar o número de pessoas que participam, a frequência de sua participação. Ver se há dominância de uns sobre os outros.
Ausência de agressão	As mensagens trocadas não devem denegrir a moral dos participantes, nem atacar (desvalorizar) suas contribuições.	Uma mensagem que ataca o falante em vez de questionar suas opiniões, demonstra a presença de agressão. Indica que o diálogo é irracional.
Desacordo deliberativo	Revela o embate entre perspectivas que não convergem (dissolução de enclaves e da polarização). Oferece perspectivas alternativas sobre o problema. O desacordo descentra opiniões cristalizadas.	Ver se há participantes com visões opostas do problema (heterogeneidade de perspectivas). Buscar expressões como: "Concordo", "discordo, você está errado".

Coerência	Quanto mais coerente uma discussão mais os participantes desenvolvem e se aprofundam em um dado assunto ou tema.	Identificar os principais fios de discussão e analisar aqueles que se estendem ao longo do tempo.
Interatividade	Um processo recíproco implica troca de turnos e respostas às afirmações dos outros (quem responde a quem).	Notar se os participantes estão se engajando uns com os outros ou se estão simplesmente se dedicando a monólogos nos quais os parceiros não respondem.
Narratividade	Os cidadãos trocam razões e oferecem evidências baseadas em narrativas pessoais.	Identificar testemunhos, histórias e narrativas em primeira pessoa. Formas comunicativas não racionais do debate.

Fonte: elaborado pela autora.

Para Todd Graham (2008), os princípios a serem operacionalizados na deliberação online são os seguintes: o processo de entendimento (que envolve o debate crítico racional, a reciprocidade, a reflexividade e a empatia), sinceridade, igualdade discursiva e liberdade discursiva. Ele alerta que não é prudente abandonar critérios norteadores da deliberação habermasiana como igualdade, liberdade, reciprocidade e sinceridade. Tampouco se pode concentrar exclusivamente na racionalidade, ignorando os interesses privados dos sujeitos que dialogam online.

Em sua categorização, Graham (2008) afirma que as mensagens podem ser de dois tipos: iniciais ou respostas. Uma não exclui a outra. A mensagem inicial é aquela que semeia uma discussão. Essa mensagem inicial pode ser um argumento ou uma afirmação. Já a resposta é aquela que direta ou indiretamente se refere a outra mensagem, e pode ser contrária, contestatória, refutadora ou afirmativa. Mensagens que contêm declarações racionais podem ter duas etapas: a) oferecimento de provas, como fatos, fontes, comparações, experiências e exemplos, e b) argumentação reflexiva, que pode incluir a primeira etapa.

O autor, então, operacionaliza sete critérios indicadores de deliberação online (GRAHAM, 2008, p.27):

Quadro 3- Critérios de avaliação da deliberação online segundo Graham (2008)

Princípio	Características	Operacionalização
Discussão crítico-racional	A deliberação envolve engajar-se em crítica recíproca de posições normativas que são promovidas por meio de razões ao invés de serem simplesmente afirmadas.	Calcular o número de mensagens classificadas como afirmações racionais. É necessário determinar o nível de desacordo, o número de mensagens classificadas como contrárias e refutadoras. A coerência também deve ser investigada nesse item, segundo ele. Participantes devem, idealmente, ater-se ao tópico sugerido. E a continuidade deve ser observada a partir da quantidade de mensagens classificadas como respostas. Linhas de discussão dentro de cada fio têm de ser classificadas como interação a partir da presença de ao menos uma "linha forte". "Uma linha forte se refere a uma interação com três argumentos, idealmente na forma de contrário-constatatória-refutadora".
Reflexividade	Os participantes precisam examinar criticamente seus valores culturais, pressuposições e interesses, assim como o amplo contexto social.	Pode ser medida quando o participante apóia um argumento ou desafia os outros, usando provas ou compartilhando experiências pessoais e observações com dados ou reportagens. Isso mostra que o participante refletiu sobre a posição contrária e buscou material para demonstrar seu pensamento, o que exigiria reflexividade.
Reciprocidade	Um processo recíproco implica troca de turnos e respostas às afirmações dos outros. Responder sempre às intervenções alheias.	Quanto mais centralizada for a discussão, ou seja, quanto menos participantes enviarem mensagens, menor será o nível da reciprocidade.

Empatia	É demonstrada quando um participante faz uma afirmação de compreensão e traz para a discussão um ponto de vista que seria o de uma terceira pessoa, colocando-se no lugar do outro.	Em geral, é possível notar a empatia com frases como "Isso deve ter sido muito difícil", "Eu entendo o que você quer dizer", ou "Já passei por isso".
Igualdade discursiva	Todo participante precisa ser capaz de participar em pé de igualdade com os outros participantes. Ninguém deve dominar a conversação ou silenciar os outros.	Há de se observar as regras da discussão, o comportamento do moderador, e o gerenciamento do grupo de forma geral. É necessário ver se os participantes se respeitam ou que palavreado utilizam. Quanto mais participantes forem atacados ou ignorados, menos igualdade discursiva poderá ser encontrada no grupo.
Liberdade discursiva	Não se pode restringir ou impedir a expressão de argumentos e as manifestações discursivas dos participantes.	A censura e o bloqueio de um participante da discussão, assim como o uso de linguagem agressiva, podem prejudicar a liberdade de discurso.
Sinceridade	Tornar públicas informações relevantes sobre intenções, motivos, desejos, necessidades e interesses.	É difícil de saber se um participante está realmente sendo sincero, mas é possível analisar este indicador a partir da percepção dos demais participantes. É preciso avaliar se um participante duvida da sinceridade do outro e torna isso público. Ainda assim, é importante saber que a partir desta metodologia não há como saber o que se passa pela cabeça dos participantes antes que eles exponham os argumentos que lhe parecem convenientes para serem publicados naquele determinado grupo.

Fonte: elaborado pela autora.

Graham adota a definição de discussão política de Mansbridge (1999, p. 241): "uma discussão política emerge quando um participante dá atenção a algo que ele pensa que o público deveria discutir coletivamente". Assim, ao avaliar interações online, esse autor concentra sua atenção nos momentos em que os participantes elegem um tópico como algo que diz respeito ao coletivo. Segundo ele, conversações sobre hobbies ou sobre gostos compartilhados podem dar origem a momentos de politização do debate, possibilitando a emergência de justificações recíprocas de pontos de vista (elemento tão caro à deliberação).

Kies (2010), por sua vez, emprega em seus estudos sobre a deliberação online a seguinte lista de princípios: inclusão, igualdade discursiva, reciprocidade, justificação, reflexividade, empatia, sinceridade, pluralidade e impacto externo. Ao sugerir a inclusão do princípio de "impacto externo", ele acredita que um processo deliberativo bem sucedido deve ter influência nas opiniões formadas e nas decisões tomadas fora do contexto de debate.

De modo semelhante, Janssen e Kies (2004) afirmam que uma pergunta que o pesquisador deve sempre ter em mente ao estudar um processo deliberativo online é a extensão do debate, com o objetivo de avaliar as consequências da discussão, ou seja, seu reflexo em outros grupos de discussão, na mídia e na opinião pública. Para isso, seria preciso acompanhar os participantes para além do debate em si. Se o pesquisador se ativer somente ao debate, corre o risco de analisar apenas as trocas concretas, ignorando os participantes que apenas lêem, classificados como *lurkers*. A análise meramente estrutural é potencialmente frágil, já que a própria arquitetura da internet não privilegia estruturas perenes e estáveis. Esse princípio, no entanto, requer que o pesquisador acompanhe o participante em outros grupos de discussão online em que ele reverbera sua opinião. Os autores defendem, ainda, que não seria possível verificar com precisão se houve reflexão apenas analisando o que é publicado pelos participantes, uma vez que esse processo é em grande parte interno. Algumas opiniões podem estar latentes e podem aparecer ou não no debate, de acordo com a vontade do participante. Seria necessário aplicar questionários para captar as reflexões não explícitas e o que os autores chamam de "escuta respeitosa". A aplicação de questionários, porém, também está sujeita a imprecisões. Isso porque as respostas podem ser aquelas que são socialmente aceitas.

Quadro 4- Critérios de avaliação da deliberação online segundo Kies (2010)

Princípio	Características	Operacionalização
Inclusão	Todos aqueles afetados e/ou interessados pelas questões em discussão devem participar do debate (de maneira ativa ou passiva)	Observar o acesso ao fórum online por meio da conectividade e capacidades de uso. Observar se as regras discursivas (moderação, identificação, etc.) não são percebidas como barreiras
Igualdade discursiva	Os participantes devem ter igual oportunidade de introduzir e questionar afirmações e expressar desejos, atitudes e necessidades.	Identificar o fenômeno da concentração discursiva e se essa concentração leva ao controle do debate.
Reciprocidade	Os participantes devem ouvir e reagir aos comentários formulados por outros participantes	Análise de conteúdo: proporção de mensagens que são parte de um fio de discussão x a quantidade daquelas que iniciam um fio. Ver em que medida uma mensagem leva e m consideração argumentos e opiniões de uma mensagem precedente. Uma análise qualitativa deve associar a reciprocidade aos outros critérios deliberativos (justificação, reflexividade e assumir a perspectiva do outro).
Justificação	As opiniões e proposições devem ser acompanhadas por justificações racionais, acessíveis e morais.	Análise de conteúdo para ver se as mensagens são racionalmente justificadas. Observar se há justificativas e o quão complexas elas são. Ver se as justificações são baseadas em premissas internas (pontos de vista e valores pessoais) ou externas

		(fatos).
Reflexividade	Os participantes devem examinar criticamente seus valores, pressupostos e interesses, assim como o amplo contexto social.	Análise de conteúdo e entrevistas. A análise de conteúdo identifica mudanças de opinião e resolução de conflitos, enquanto a entrevista abrange processos mais internos, para saber se os participantes mudaram suas opiniões ou se sentem mais informados.
Empatia	Os participantes devem ser sensíveis a outras visões e opiniões, não somente aquelas apresentadas no momento do debate.	Análise de conteúdo (contar os casos de desrespeito) e utilização de questionários.
Sinceridade	Os participantes precisam fazer um esforço sincero para tornar conhecidas todas as informações e intenções relevantes, interesses, necessidades e desejos.	Análise de conteúdo mostra traços aparentes de falta de sinceridade e questionários apontam para a sinceridade percebida.
Pluralidade	Um contexto deliberativo deve ser um contexto no qual uma pluralidade de vozes é ouvida, ainda que essas vozes criticam ideologias dominantes.	Análise de conteúdo: perspectivas apresentadas ao debate e se um tipo de ideologia domina outros. O uso de questionários mostra variáveis demográficas, envolvimento político e afiliações diversas.
Impacto externo	Um processo deliberativo bem sucedido deve ter impacto nas opiniões formadas e decisões tomadas fora do contexto de debate.	Ver, por meio de entrevistas e questionários, se existe sinais de repercussão da discussão analisada na agenda externa? As pessoas participam em outros espaços de discussão?

Fonte: KIES, Raphael¹⁰

¹⁰ *Promises and limits of web-deliberation*. New York: Palgrave Macmillan, 2010, p.42 e 56

No capítulo a seguir, veremos como o aborto foi tratado como uma questão de interesse coletivo, objeto de discussão na mídia de massa e, também, nas redes sociais. Observaremos a questão como um problema moral, ético, religioso e político no Brasil e no mundo, capaz de gerar discussão nas redes sociais e de influenciar no processo eleitoral brasileiro durante o segundo turno da disputa presidencial de 2010. Veremos, ainda, como a deliberação sobre o tema já foi tratada e pesquisada metodologicamente no passado e apresentaremos os procedimentos que serão adotados neste estudo para a análise do grupo "Aborto Não!".

CAPÍTULO 3

A QUESTÃO DO ABORTO

Neste capítulo, observaremos, a partir de duas pesquisas acadêmicas já realizadas, como a questão do aborto tem sido tratada no Brasil e no mundo. Os estudos mostram que o assunto envolve questões morais, legais e religiosas, com reflexos no discurso reproduzido na mídia e na sociedade civil. As pesquisas observam, ainda, a forma como a deliberação sobre a questão do aborto ocorre, levando em consideração os fatores que mais influenciam neste debate.

Uma das maiores pesquisas realizadas sobre o assunto com ênfase na deliberação é a *Shaping Abortion Discourse: Democracy and Public Sphere in Germany and United States*, feita nos Estados Unidos e Alemanha, liderada por Myra Marx Ferree e publicada em 2002.

Outra pesquisa relevante para este estudo é a tese *Expanding the public sphere through computer-mediated communication: Political discussion about abortion in a Usenet Newsgroup*, de Steven Michel Schneider, publicada em 1997 nos Estados Unidos. Além de nos auxiliar na identificação da argumentação em torno da questão do aborto, a tese de Schneider nos norteou, também, metodologicamente.

No Brasil, o estudo "Os debates sobre o aborto na mídia brasileira: dos enquadramentos midiáticos à construção de uma democracia plural", realizada por Andrea Azevedo Pinho, em 2008, também traz informações sobre a forma como o tema vem sendo tratado na mídia brasileira.

Além das pesquisas, que serão abordadas com maior detalhamento adiante, também neste capítulo faremos uma breve revisão de como a legislação brasileira e internacional vem tratando a questão.

O entendimento do aborto como uma questão complexa é essencial para analisarmos, no Capítulo 4, a argumentação apresentada nas conversações que integram o *corpus* desta pesquisa. Tais estudos serviram de base para a formatação da metodologia criada para o contexto em que se dá a formação do grupo "Aborto Não!".

A criação de uma nova metodologia para esta pesquisa a partir de métodos utilizados anteriormente foi essencial principalmente devido às mudanças que

ocorreram nos últimos anos no modo de vida – e, portanto, no modo como acontece a conversação política, inclusive sobre o aborto – a partir da expansão do uso da internet. Este trabalho traz, ainda, um olhar pioneiro sobre como a questão do aborto foi trabalhada nas redes sociais em outubro de 2010, quando o assunto ganhou destaque nas campanhas presidenciais brasileiras. Como ficará claro no próximo capítulo, para realizar esta análise, optamos por fazer um recorte em um ambiente online em que a motivação inicial para a formação do grupo não foi política. O grupo foi criado, segundo sua própria descrição, para reunir pessoas que se dizem contrárias ao aborto.

De acordo com Graham (2008), pesquisadores vêm negligenciando o estudo de fóruns de discussão diferentes dos que têm motivação inicial política. Para ele, assim como a economia, houve uma mudança na própria política, que se tornou mais complexa, provocando mudanças sociais, novos relacionamentos, e novas formas de discussão. Com isso, indivíduos passaram a organizar-se política e socialmente ao redor de seu estilo de vida, de seus valores e de narrativas pessoais que expressem tais mudanças, em oposição às instituições e estruturas tradicionais. Além disso, afirma o autor,

se nós vamos passar "além da primeira fase" da pesquisa de esfera pública na internet, como Dahlberg (2004) defende, nós precisamos começar a ampliar nosso escopo de análise utilizando uma abordagem mais inclusiva para selecionar os espaços de discussão que analisamos (GRAHAM, 2008, p. 18. Tradução livre)

Para dar este próximo passo na pesquisa sobre esferas públicas online, é preciso buscar promover a democracia deliberativa para além da política institucional, construir uma noção mais autêntica de deliberação e criar espaços para que interesses privados possam ser expressados em ambientes públicos de discussão. Afinal, não se pode excluir o auto-interesse de processos de discussão. Ainda que a busca do interesse coletivo seja privilegiado pela teoria democrática deliberativa, a expressão pública de interesses privados faz parte do processo de entendimento coletivo de um problema que é objeto de debate. Conhecer o interesse de cada parceiro de discussão é essencial para a compreensão recíproca e para o posicionamento discursivo dos interlocutores. É a partir da visão de Graham que abordaremos, a seguir, a questão do aborto como mote da conversação política que analisaremos nos próximos capítulos.

3.1. O aborto como questão moral, legal e religiosa

Embora seja um Estado laico, o Brasil ainda sofre forte influência da Igreja Católica e, mais recentemente, da Evangélica. Reflexo disso é a legislação brasileira, que separa Estado e Igreja, tentando justificar a regulamentação penal em argumentos seculares, mas ao mesmo tempo conta com diversas leis em que a base é a moral da Igreja. Isso acontece com relação à questão do aborto, em que o entrave se dá na definição política e legal de vida. O Estado prevê que a decisão sobre o aborto se dê no espaço público, e não no privado. Por isso, é preciso pensar na distinção do público e do privado, já que a discussão privada também ocorre no espaço público, especialmente por meio da mídia. A análise sobre o debate sobre o aborto no Brasil passa não somente pela dinâmica das discussões no poder público, no movimento feminista ou na religião organizada, mas também pela forma como esses três agentes se relacionam em um outro espaço de visibilidade e interação que é o campo midiático, incluindo as redes sociais na internet.

Grande parte da discussão sobre o aborto se estabelece sobre uma base de argumentação polarizada, moralmente constituída, mas tomada sob um argumento jurídico e política: a ideia de que um embrião é uma pessoa com interesses a serem defendidos e, entre eles, o direito à vida, inviolável e consagrado, constitucionalmente, como no caso do Brasil, como direito fundamental. (PINHO, 2008, p.138)

A argumentação gira em torno, de um lado, da taxa de mortalidade materna e os gastos que o aborto mal sucedido representa para a saúde pública e, de outro lado, a Igreja, que defende que o feto tem direito à vida. O estudo *Aborto: o debate no Brasil*, de 2008, fez um levantamento de 1242 reportagens do jornal *Folha de S. Paulo* com a palavra aborto e expressões relacionadas, como abortamento, interrupção voluntária da gravidez e interrupção da gravidez. O estudo identificou os principais argumentos utilizados na discussão sobre o aborto. Entre os que são favoráveis ou simpáticos à descriminalização da prática, estão os que defendem a necessidade de ampliação na legislação dos casos em que o aborto é autorizado; há os que consideram que o feto não é um sujeito moral, há os que vêem como uma premissa de saúde pública, uma vez que abortos clandestinos muitas vezes resultam em complicações na saúde da mulher; há os

que defendem o aborto como um direito da mulher de decidir sobre seu corpo. Entre os que são contrários à descriminalização, os argumentos mais comuns são os que condenam o aborto como forma de planejamento familiar, controle de natalidade ou método contraceptivo; há os que pedem o aumento da rigorosidade na punição em caso de aborto ilegal e, principalmente, os que defendem o direito à vida do feto.

No Brasil, um dado divulgado em 2010 pelo Ministério da Saúde ajudou a colocar o assunto em pauta na mídia e nas rodas de conversa nas ruas e redes sociais online mesmo antes das eleições de outubro: aos 40 anos, uma em cada cinco mulheres já fez um aborto. A pesquisa, realizada pela Universidade de Brasília, em parceria com o Instituto de Bioética e financiada pelo Fundo Nacional de Saúde, revelou que a mulher brasileira que aborta é, em sua maioria, casada, tem filhos, religião e pertence a todas as classes sociais. Das 2.002 entrevistadas realizadas no estudo, na faixa de 18 a 39 anos, 15% declararam que já fizeram pelo menos um aborto. Projetado sobre a população feminina do País nessa faixa etária, que é de 35,6 milhões, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), esse número representaria 5,3 milhões de mulheres. Até então, as estatísticas disponíveis sobre aborto no Brasil eram as relacionadas a curetagens feitas nos hospitais, uma média de 220 mil nos últimos sete anos.

Para a coordenadora do levantamento da UnB, Débora Diniz, pesquisadora do Instituto de Bioética Direitos Humanos e Gênero (Anis) e da revista *Estudos Feministas*, nas eleições presidenciais de 2010, "o aborto se transformou em uma moeda de troca para angariar votos, em particular das comunidades evangélicas e católicas". Segundo ela, a evidência da força das religiões no espaço público, pressionando os candidatos a selarem compromissos em concordância com a moral da Igreja, é uma ameaça à democracia. "Não é o tema do aborto e a saúde das mulheres o que está sendo discutido, mas se as plataformas religiosas devem regular ou não a sexualidade e a reprodução das mulheres".¹¹

A pesquisadora considera que o tema aborto não foi capaz de decidir as eleições presidenciais. "Colocar o aborto como questão prioritária é uma estratégia perversa de

¹¹ Fonte: Revista Época <http://colunas.epoca.globo.com/mulher7por7/2010/10/06/a-questao-do-aborto-influenciara-o-seu-voto/>

silenciar os temas que verdadeiramente importam para o debate político", diz. Débora Diniz lembra que esse fenômeno repete o estilo Bush de governar, com o fortalecimento das religiões na política.

3.2 A legislação sobre o aborto

A lei em vigor no Brasil, de 1940, autoriza o aborto em casos de estupro ou quando a mãe corre risco de morte. Caso contrário, é considerado crime, com pena prevista de 1 a 3 anos de detenção. A lei é uma das mais proibitivas existentes no mundo e adotadas em países como Nigéria, Angola e Sudão. Em toda a Europa, com exceção da Polônia, e em países como Estados Unidos e Canadá, o aborto é autorizado sem restrição. O que varia é a semana de gestação¹².

A Rússia é o país com o maior número total de abortos realizados por ano, se aproximando do número de nascimentos. De acordo com o Ministério de Desenvolvimento Social russo, em 2008, nasceram 1.714 mil crianças e foram realizados 1.234 mil abortos. Na África quase todos os países têm legislação similar a do Brasil. Apenas a África do Sul permite, desde 1996, o aborto sem restrições no primeiro trimestre da gravidez. No Oriente Médio, há uma divisão: Tunísia e Turquia têm políticas bastante liberais, enquanto Egito e Irã proíbem em quase todos os casos. Na Tunísia, o aborto é liberado sem restrições nas 12 primeiras semanas e, após o 1º trimestre, somente quando a saúde da mãe corre riscos ou em casos de anomalias fetais. Na Turquia, uma lei de 1983 torna o procedimento legal em todas as circunstâncias dentro das 10 primeiras semanas de gestação. No Egito, o Código Penal de 1937 proíbe totalmente o aborto e os médicos precisam apelar para uma flexibilidade na lei que fala sobre “necessidade”, para realizá-lo quando a vida da mãe está em risco. No Irã ele também é ilegal desde a Revolução Islâmica de 1979. Em 2005, houve uma tentativa do parlamento iraniano de autorizar o aborto nos quatro primeiros meses de gravidez em casos de comprometimento fetal, mas ele foi negado pelo Conselho dos Guardiões Iranianos.

¹² Levantamento realizado pela jornalista Leticia Maggi, do Portal iG.
<http://ultimosegundo.ig.com.br/brasil/aborto+no+brasil+e+tratado+igual+no+sudao/n1237620891778.html>

No Canadá, desde 1988, o aborto é permitido por qualquer motivo e em qualquer fase da gravidez. No México, alguns estados são mais restritivos do que outros, mas na Cidade do México, desde 2007, ele é legalizado nas 12 primeiras semanas. Nos Estados Unidos, é permitido desde 1973. Já na América do Sul, apenas o Chile tem uma legislação tão proibitiva quanto a do Brasil. Colômbia, Peru, Argentina e Uruguai abrem o leque de autorização como para preservar a saúde física ou mental da paciente.

Legalmente, foram realizados no Brasil 1.682 mil abortos em 2009, segundo o Ministério da Saúde. O número de procedimentos realizados anualmente no País, no entanto, pode chegar a 1,25 milhão, também segundo o Ministério. Destas, pelo menos 250 morrem. Por isso, organizações e médicos defendem que a questão deve sair da área criminal e ser tratada como caso de saúde pública. Em março de 2009, correu o mundo o anúncio do arcebispo de Olinda e Recife, Dom José Cardoso Sobrinho, de excomungar médicos, integrantes de organizações não-governamentais e a família de uma menina de nove anos que se submeteu a um aborto legal para retirar os filhos gêmeos que esperava do padrasto, após ser vítima de estupro. A notícia ganhou destaque nos sites dos jornais *El País* e *New York Times* e chegou a mais lida do site da rede britânica de TV BBC.¹³

A legislação restritiva em vigor hoje faz com que o aborto seja um problema quase exclusivo das classes menos favorecidas. O valor cobrado por um procedimento de interrupção de gravidez em uma clínica médica particular varia de R\$ 500 a R\$ 5 mil, segundo o movimento Coletivo de Mulheres do Partido da Causa Operária¹⁴. Quem tem dinheiro recorre a um profissional preparado, quem não tem procura as chamadas clínicas de “fundo de quintal” ou parte para a auto-agressão, com agulhas de tricô ou ferramentas similares, além da ingestão de remédios de uso controlado. Além de apresentar risco para a saúde de muitas mulheres, a ilegalidade também acarreta um alto custo para o sistema de saúde brasileiro. De acordo com estimativa da International

¹³

<http://ultimosegundo.ig.com.br/brasil/aborto+no+brasil+e+tratado+igual+no+sudao/n1237620891778.html>

¹⁴ <http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2003/09/264270.shtml>

Planned Parenthood Federation (IPPF), que atua em 170 países, o governo gasta cerca de R\$ 35 milhões por ano com questões relacionadas a abortos inseguros¹⁵.

O ex-ministro da Saúde, José Gomes Temporão, declarou que o aborto é uma questão de saúde pública e não criminal. O ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva também se posicionou a favor, mas voltou atrás. O Plano Nacional de Direitos Humanos, lançado em dezembro de 2009, defendia a descriminalização do aborto "considerando a autonomia das mulheres para decidir sobre seus corpos"¹⁶. A pressão da igreja fez com que Lula modificasse o trecho e alegasse que aquela não era a posição do governo. Assim, foi retirada a parte de descriminalização e o documento diz apenas "considerar o aborto como tema de saúde pública, com a garantia do acesso aos serviços de saúde"¹⁷. Agora, além de não avançar na questão, há a possibilidade de retrocesso. Entre os Projetos de Lei para serem votados, está o 2.504/2007 do ex-deputado Walter Brito Neto (PRB-PB), que obriga o cadastro das gravidezes em todas as unidades de saúde. Há também o projeto 3.204/08, do deputado Miguel Martini (PHS/MG) que propõe a obrigatoriedade de se estampar, nas embalagens de produtos para detecção de gravidez, a advertência "aborto é crime: aborto traz risco de morte à mãe; a pena por aborto provocado é de 1 a 3 anos de detenção".

O mais criticado dos projetos é o 478/2007, de autoria dos deputados Luiz Bassuma e Miguel Martini, que institui o Estatuto do Nacituro – sendo nacituro a pessoa concebida, mas não nascida. A lei dispõe sobre a proteção integral ao feto e propõe, no artigo 13, que o "nacituro concebido em um ato de violência sexual não sofrerá qualquer discriminação ou restrição de direitos e ainda terá direito a uma pensão alimentícia equivalente a um salário mínimo até que complete dezoito anos". Se for identificado o estuprador, é ele quem deve pagar; se não, o Estado.

3.3 O aborto como tema de debates em espaços midiáticos

¹⁵

<http://ultimosegundo.ig.com.br/brasil/aborto+mata+250+mulheres+por+ano+no+brasil/n1237620888275.html>

¹⁷ idem

Os argumentos registrados pela pesquisa publicada na *Folha*, e citada anteriormente neste capítulo, coincidem com os apresentados na pesquisa *Shaping Abortion Discourse*, realizada nos Estados Unidos e na Alemanha. O estudo, que analisou centenas de artigos de jornais dos dois países, constatou que a argumentação em torno da questão do aborto é, em grande parte, irracional, contém mentiras deliberadas, desrespeito, discussões polarizadas, emotivas, superficiais, excludentes e que, por fim, encorajam a passividade. Ferree destaca uma frase da publicação *Frankfurter Allgemeine Zeitung* (FAZ), de 1971, em que tais características do debate sobre o aborto são criticadas. "[A discussão sobre o aborto] está emperrada na selva de princípios e emoções... É hora de voltar atrás para a frieza e para o pragmatismo" (FERREE, 2002, p.17)

O estudo mostra, ainda, que há diferenças na forma como o assunto é tratado nos EUA e na Alemanha, embora ambos sejam países desenvolvidos, democráticos e ocidentais. Segundo a pesquisa, culturalmente os americanos intervêm mais nas alterações da Constituição do que os alemães. Mesmo que os dois países tenham leis semelhantes no que diz respeito ao aborto (ambos permitem o aborto legal até os três meses de gravidez), o debate político no EUA é tradicionalmente mais acalorado e com maior participação popular do que na Alemanha. De qualquer forma, nos dois lugares, segundo Ferree, as discussões sobre a interrupção da gravidez na mídia serviram como uma oportunidade para que mulheres se engajem na conversação cívica do Estado, aumentando a participação feminina na política.

Em junho de 1997, a tese de Steven Michel Schneider, *Expanding the public sphere through computer-mediated communication: Political discussion about abortion in a Usenet Newsgroup*, foi defendida no *Massachusetts Institute of Technology*, nos Estados Unidos. Apesar de ter sido concluída há mais de 13 anos, as reflexões teóricas e a metodologia desenvolvidas por Schneider continuam sendo referência para pesquisas atuais sobre o aborto e sobre processos de deliberação online. Prova disso é que autores como Kies, Graham e Stromer-Galley têm como uma de suas principais referências o trabalho de Schneider, visto como pioneiro na operacionalização de um procedimento teórico-metodológico para análise da conversação política online a partir da observação da troca de argumentos em um grupo de discussão específico.

A tese examina a conversação sobre aborto ocorrida no grupo de discussão Usenet¹⁸ chamado *Talk.abortion*, nos Estados Unidos, entre 1º de abril de 1994 e 31 de maio de 1995, através da coleta, nesse período, de 46 mil mensagens. O autor utiliza critérios propostos por Jurgen Habermas (1989) para, a partir deles, analisar a troca de argumentos ente participantes e sugerir a expansão do conceito de esfera pública, agora ampliada para espaços da internet. Schneider inicia sua tese discutindo o papel da conversação política na democracia e aponta a falta de diálogo na sociedade como um problema sério para a democracia, especialmente por causa da escassez de espaços públicos na vida real. Por isso, ele justifica, é importante estudar um novo modelo de diálogo, mediado por computador. Schneider contextualiza a noção de grupos e o surgimento do grupo *Talk.abortion* como forma de indivíduos integrarem seus objetivos particulares nas políticas públicas e, ainda, desenvolverem habilidades necessárias para a discussão pública.

Em seguida, o autor usa o conceito de esfera pública ideal proposto por Habermas para organizar a moldura do projeto e examina o modelo “idealizado” e as condições de seu colapso. Ele analisa a transformação do “idealizado”, formal, para o “liberal”, informal. Schneider adota alguns dos critérios normativos de constituição da esfera pública elaborada por Habermas para examinar a formação de uma esfera pública online: igualdade, diversidade, reciprocidade e qualidade.

Os princípios normativos podem ser operacionalizados de modo a construir uma abordagem que considere a natureza e a organização dinâmica das trocas comunicativas online, os vínculos de sociabilidade entre os parceiros e as características dos dispositivos técnicos. (MARQUES, 2010a, p. 13)

Em uma abordagem histórica, o autor explora a relação entre tecnologia da comunicação, desde o telégrafo até tecnologias que usam computadores, em que se destaca a formação da Usenet. Também recupera a história política do aborto nos Estados Unidos e examina as tendências da discussão. Justifica a escolha do tema dizendo que a discussão sobre o aborto está bem situada para uma análise da estrutura esfera pública por três motivos: é um assunto público importante e mal-resolvido; há literatura sobre o assunto, incluindo aspectos filosóficos e legais; e há ligação entre

¹⁸ Usenet é o maior sistema de grupos de discussões do mundo.

crenças pessoais, comportamentos pessoais e ações públicas. O autor mostra a evolução das taxas de aborto no país e fala sobre as discussões sobre sua descriminalização, também por períodos históricos.

Feita a apresentação do problema e esclarecidas as escolhas conceituais, Schneider passa a explicar sua metodologia de pesquisa. Ele determina os critérios que serão observados para análise de cada princípio normativo. A igualdade é examinada pela frequência (número de mensagens postadas pelos integrantes), e pela quantidade (número de palavras contidas nelas). A diversidade é examinada pela facilidade de localizar o grupo na rede e pelos múltiplos padrões de conversa, ou fios, discussões que giram em torno de uma temática específica. A reciprocidade é examinada pela agilidade da resposta, que deve aparecer no mesmo fio dentro de sete dias ou identificar a mensagem original pelo número de registro, baseado no autor da mensagem original. A qualidade é examinada a partir do engajamento dos autores no assunto (se e quantos autores se atêm ao tema aborto). Schneider identificou 8.479 fios diferentes e 3 mil autores, que dividiu em quatro tipos: *Single-day*, que contribuem um só dia; *Entering*, que estão iniciando naquele dia e que contribuem nos dias subsequentes; *Exiting*, que fizeram contribuições e depois saíram do grupo; *Continuing*, que contribuíram antes, no dia e depois. Estes foram divididos em sete categorias: *One time*, *Two time*, *very infrequent* (entre 3 e 14 mensagens), *Infrequent* (ao menos 15), *Occasional* (ao menos 34), *Frequent* (ao menos 81), *Very frequent* (ao menos 594).

Schneider promoveu um cruzamento de dados entre as categorias de autores e as mensagens, classificadas como *Followed* (seguida) ou *Led* (seguidora), de acordo com estudos bibliométricos usados para avaliar a reciprocidade. Retirou uma amostra de 1.300 mensagens, estratificada por semana e por frequência do autor, e estabeleceu protocolos de conteúdo com e sem o tema aborto, formando duas listas separadas por meio de palavras-chave, as chamadas *tags*. A partir dessa "nuvem" de palavras, ele criou um ranking para analisar a qualidade. Quanto mais *tags*, maior a densidade do discurso sobre o tema.

Assim, o autor concluiu que os participantes *Very frequent* têm uma densidade menor sobre o assunto aborto do que autores *One time*. A maior média de densidade sobre aborto foi verificada nos autores *Frequent* e *Occasional*. Da mesma forma,

autores *Very Frequent* tendem a ter mais de duas vezes mais densidade na metacomunicação do que qualquer outro tipo de autor do grupo. Os fios que tendem a atrair conteúdo sobre aborto são aqueles com mais mensagens. Fios curtos são de metacomunicação, ou seja, são aqueles em que os participantes discutem a própria discussão, trocando argumentos sobre o debate. O fato de os autores *Very Frequent* serem os que menos contribuem para o tópico, segundo Schneider, faz com que a qualidade da conversação tenda a ser reduzida. Ao mesmo tempo, encoraja autores *Frequent* e *Occasional* a contribuir para a qualidade dos debates. Para ele, esse resultado pode significar que o assunto aborto tem essa configuração por ser uma questão que envolve diversos aspectos, como religião, moral e legal, ou que a configuração é dada pela tecnologia de comunicação usada. Schneider indica que uma pesquisa mais aprofundada é necessária para a resolução deste problema.

De qualquer forma, ele conclui que a definição de esfera pública deveria ser expandida para incluir todas as formas de *associational space* que promovem a conversação entre pessoas. Ele propõe a inclusão dos *third places* (Oldenburg, 1989), mesmo que não resultem em ação política, pois contribuem para engajamento de cidadãos comuns e formação de opinião pública. Embora Habermas (1996) argumente que a zona informal seja formada por organizações e associações dedicadas a influenciar as políticas públicas (como, por exemplo, as igrejas), uma definição mais inclusiva de esfera pública informal é sugerida pela tese.

A pesquisa de Schneider, que levou oito anos para ser concluída, privilegiou a quantidade e a extensão temporal da amostragem de mensagens coletadas, além do número de participantes. Por outro lado, ele restringiu os conceitos avaliados a apenas quatro, o que pode ser considerado uma limitação necessária pelo tamanho da amostragem. Outros critérios de avaliação da deliberação política apontados por Habermas ficaram de fora, mas foram recuperados atualmente por vários autores que se dedicam a estudar a deliberação online, como inclusão, justificação, reflexividade, empatia, sinceridade e impacto externo (KIES, 2010). Na pesquisa de Schneider não há um aprofundamento da questão da discussão crítico-racional como variável deliberativa (GRAHAM, 2008, p.24).

No capítulo seguinte, veremos empiricamente como os valores morais e religiosos, especialmente, fazem parte da gama de argumentos utilizados no debate sobre a questão do aborto. No grupo "Aborto Não!", um dos temas discutidos é a definição do início da vida, algo que envolve essencialmente uma discussão de valores. Até certo ponto, como veremos, é possível observar a configuração de uma deliberação sustentada por tais argumentos. Com frequência, no entanto, os participantes do debate partem para agressão – também moral – acusações e troca de acusações – muitas vezes de cunho religioso, eliminando a possibilidade de aprofundar a deliberação em prol do entendimento coletivo.

CAPÍTULO 4

ANÁLISE DAS CONVERSACÕES NO GRUPO "ABORTO NÃO!"

A análise qualitativa das conversações políticas sobre o aborto foi realizada a partir da seleção de 10 temas que contaram com o maior número de mensagens trocadas dentro do maior grupo formado em torno da questão do aborto no Orkut. O período de análise refere-se ao segundo turno das eleições presidenciais, tendo sido selecionadas as trocas que ocorreram entre os dias 4 de outubro e 4 de novembro de 2010. A comunidade "Aborto Não!", criada em 15 de agosto de 2004, tinha 116 mil membros em novembro de 2010. É moderada e aberta para não-membros. O moderador se apresenta como Flober, do Rio de Janeiro. O grupo é descrito da seguinte maneira: "Comunidade totalmente contra o aborto, assim como contra sua legalização! Viva a vida! Aborto nunca!".

A escolha deste grupo se deu após uma pesquisa realizada nos dias 23 e 24 de abril de 2010. Naqueles dias, foram comparados os temas legalização do aborto e da maconha em redes sociais no Brasil. Isso porque ambos os temas são considerados de interesse público e relevantes do ponto de vista legal, moral, religioso, ético e político. Além disso, são temas que ainda precisam ser debatidos na sociedade em larga escala. Neste levantamento inicial, foram observadas as seguintes redes sociais: Orkut, Twitter, Facebook, YouTube, Flickr. Notamos, então, que a questão do aborto gerava maior número de mensagens e de grupos em todas as redes sociais online observadas em comparação com a questão da maconha. No Twitter, a palavra "maconha" foi citada 8 vezes, todas elas em um contexto em que o internauta comentava o uso que fez da droga. No Facebook, três grupos foram identificados ("Como plantar maconha", "Maconha educação" e "Banda Maconha de Buenos Aires"). No YouTube, foram publicados 17 vídeos, a maioria deles convocando para a marcha da maconha no dia 1º de maio de 2010. No Flickr, nenhum registro foi encontrado no período observado. No Orkut, apareceram mais de 1000 tópicos, a maior comunidade, "Maconha é droga, sim", com 11 mil participantes. Os tópicos foram criados pelos próprios membros da comunidade e só podem ser apagado pelo moderador. Foram publicadas cinco postagens neste grupo nos dias pesquisados.

Já sobre o tema aborto foi observado que nos dias 23 e 24 de abril, sexta e sábado, havia 6 menções ao tema no Twitter, nenhuma no Facebook (em espanhol, no entanto, havia 350 grupos de discussão sobre o tema no Facebook), 3 vídeos no YouTube contrários à legalização do aborto e 2 fotografias no Flickr: uma mostrava uma menina que se diz a favor da legalização do aborto na legenda e a outra foto é de uma flor murcha, que representa, segundo a legenda, o sentimento de uma menina que fez aborto. No Orkut, constatou-se que havia mais de 1000 grupos a respeito do assunto. Na categoria "outros", esse número caía para 579. A comunidade mais populosa era a "Aborto não deveria ser crime", com 27 mil participantes. Nos dias pesquisados, foram mais de 250 postagens. Nas comunidades contrárias ao aborto foram localizados comentários favoráveis à legalização e vice-versa.

A partir do levantamento, concluímos que, dentre as redes sociais mais populares no Brasil, o Orkut teria de ter uma atenção especial. Optamos, portanto, por restringir o objeto de pesquisa a uma só comunidade sobre aborto no Orkut.

Ao longo da eleição presidencial de 2010, o tema aborto tornou-se um dos pontos principais de discussão política. Ele ganhou força na reta final da campanha presidencial de 2010, após a então candidata Dilma Rousseff (PT) tornar-se alvo de críticas e boatos na internet em função de seu posicionamento sobre o assunto. As declarações da petista em favor da descriminalização chegaram a guiar fortes críticas lançadas por Mônica Serra, mulher do presidente eleito, José Serra (PSDB). Em Nova Iguaçu (RJ), Mônica teria dito a um vendedor ambulante que a petista é "a favor de matar as criancinhas". A campanha de Dilma, então, tentou estancar os boatos sobre o tema, que ganharam a internet e foram apontados dentro da campanha como um dos motivos de a disputa ter sido levada ao segundo turno.

Após as eleições, no dia 4 de novembro, constatou-se uma mudança nas comunidades relacionadas ao assunto. Houve aumento do número de comunidades contrárias ao aborto. Por outro lado, houve redução no número de participantes da comunidade "Aborto não deveria ser crime", que diminuiu para 3.155 membros. Além disso, os comentários foram fechados. A maior comunidade sobre o tema no Orkut passou a ser a "Aborto Não!", com 116 mil membros, criada em 15 de agosto de 2004 na categoria "Saúde, Bem-estar e fitness". A criação é atribuída à internauta "Carol

Magalhães", que não apresenta atuação no grupo, que é moderado ativamente pelo internauta que se apresenta como "Flober". Sua atuação fica evidente na maior parte das discussões com mais de uma mensagem postada, onde há o aviso: "Algumas respostas nesta página foram excluídas ou estão sob revisão."

Durante a segunda etapa do período eleitoral, o grupo "Aborto Não!" ganhou em média nove novos tópicos de discussão por dia. De 4 de outubro a 4 de novembro de 2010, mapeamos um total de 1.494 posts em 295 novos tópicos no grupo "Aborto Não!". Do total dos 295 tópicos, 93 contaram com apenas uma postagem. Isto é, não houve nenhuma resposta à iniciativa do participante de propor um tema. Um tópico teve participação zero. Outros 61 tópicos tiveram dois posts, 37 tópicos tiveram três posts e outros 22, quatro posts. Ou seja, menos de 30% dos tópicos tiveram cinco ou mais posts. Em uma primeira análise quantitativa, selecionamos os 10 tópicos mais representativos de acordo com a quantidade de posts enviados e número de participantes envolvidos. Dentre estes, nosso *corpus* empírico se articulou em torno de 380 mensagens. A partir daí, selecionamos um fio de conversação por tópico.

4.1 - Descrição da metodologia criada

O objetivo principal das análises das conversações realizadas entre os dias 4 de outubro e 4 de novembro de 2010 no grupo brasileiro "Aborto Não!", do Orkut, é revelar como uma conversação política pode conter momentos em que os participantes buscam justificar seus pontos de vista diante dos outros, oferecendo razões e perspectivas para sustentar seus argumentos diante das críticas e do escrutínio alheio.

Nosso caso de análise não nos permite partir de um desenho metodológico que tenha como objetivo o estudo da deliberação online. Isso porque a conversação sobre o aborto ao longo do segundo turno da campanha eleitoral para presidente do Brasil muito raramente se configurou como uma controvérsia de opiniões ou como um dissenso em busca do entendimento. O que mais pudemos perceber no grupo "Aborto Não!" foi a exposição de opiniões já formadas (e, portanto, pouco propensas a serem revistas ou alteradas) e uma busca recíproca pelo convencimento. Na verdade, o processo eleitoral

em si mesmo já se configura como uma disputa por atenção e pelo uso estratégico de argumentos retóricos. Ao contrário de uma ação comunicativa voltada para a troca pública de razões, essa arena interlocutiva do Orkut se transformou em um espaço de reforço de opiniões baseadas fundamentalmente na formação religiosa católica, de agressão verbal e simbólica, de disputa entre valores e crenças que mais assinalavam interesses particulares do que ressaltavam interesses públicos.

Convencimento e entendimento estão sempre juntos em interações dialógicas. Não se pode separar nitidamente ações estratégicas e comunicativas como se elas fossem mutuamente exclusivas. Além disso, a racionalidade de uma conversação pode ser apreendida não pela ausência de estratégias de convencimento, mas pelo engajamento dos participantes em apresentar as premissas de fundo que sustentam seus argumentos. No caso da conversação sobre o aborto aqui analisada, duas observações se fazem necessárias nesse sentido. A primeira é a de que é possível perceber que os participantes muitas vezes parecem menos interessados em convencer e mais atentos à expressão de suas crenças, ideologias e valores. A maioria parece apenas querer alardear uma opinião no espaço do grupo. E a segunda refere-se à constatação de que os participantes constroem as justificativas para suas opiniões utilizando preceitos e valores morais. É esse esforço de construção de justificativas que pode fazer com que, no decorrer da conversação online, surjam brechas para o exercício deliberativo.

Construímos, então, uma metodologia cujo objetivo principal não é evidenciar, nas conversações políticas ocorridas no grupo “Aborto Não!”, a presença de um processo deliberativo nos moldes habermasianos. Embora acreditemos que em muitos momentos dessas conversações torna-se possível identificar vários dos princípios deliberativos apontados anteriormente, nossa metodologia busca, em um primeiro momento, analisar qualitativamente os aspectos conversacionais das trocas ocorridas no grupo.

Para a pesquisa, escolhemos e adaptamos alguns dos aspectos das vertentes metodológicas assinaladas anteriormente no capítulo 2, tendo o cuidado de selecionar os princípios que podem aproximar a conversação cívica de um processo deliberativo. Assim, como assinalado anteriormente, em nossa análise daremos atenção à caracterização da conversação política sobre o aborto. Contudo, em alguns momentos,

essa conversação pode apresentar características deliberativas. De modo a analisar essas características, utilizaremos os seguintes princípios e modos operatórios:

Quadro 5 - Critérios de avaliação da deliberação online escolhidos para compor a metodologia desta pesquisa

Critério	Operacionalização
Argumentos racionais e narrativas	Afirmações, respostas e refutações baseadas em razões. Os participantes trocam razões e oferecem evidências baseadas em narrativas pessoais
Referências a fontes externas	Os participantes mencionam fatos, notícias, comentários e exemplos extraídos de veículos midiáticos, blogs, livros, conversas externas ao espaço da discussão.
Ausência de ataques pessoais	Mensagem que ataca o falante ao invés de questionar suas opiniões. Indica que o diálogo é irracional. Frases agressivas impedem a reciprocidade.
Confronto de opiniões (diversidade)	A diversidade e o conflito oferecem perspectivas alternativas sobre a definição do problema em questão.
Igualdade	Ninguém deve dominar a conversação ou silenciar os outros. Ver se há dominância, o número de pessoas que participam e a frequência de sua participação.
Coerência	Consistência das mensagens em cada fio de discussão. Os participantes deveriam seguir o tópico de discussão até alcançar entendimento mútuo.
Reciprocidade	Trocar opiniões, incorporar e responder aos pontos de vista dos outros.
Reflexividade	Os participantes repensam suas posições diante de críticas?

Fonte: elaborado pela autora.

O quadro 5 integrará, portanto, a metodologia desta pesquisa. A partir desses critérios escolhidos para a análise da conversação na comunidade "Aborto Não!", do Orkut, pretendemos verificar a potencialidade deliberativa da internet. Foram excluídos os critérios que, como vimos nos capítulos anteriores, passaram por revisões a partir da internet, como o encontro face a face. A partir dos requisitos selecionados de acordo com essa revisão poderemos verificar, por exemplo, a existência de tentativas de um

indivíduo se justificar diante dos demais, demonstrando a utilização de argumentos racionais e narrativas pessoais para isso.

Baseando-nos nas considerações apresentadas no capítulo 1 a respeito da conversação cívica e em autores como Kim e Kim (2008); Marques e Maia (2008), Schudson (2001) e Gastil (2008), serão privilegiados em nossa análise os seguintes aspectos conversacionais: apresentação de experiências pessoais e valores subjetivos; argumentação e reflexão sobre os próprios valores (assim como o questionamento dos valores apresentados pelos demais participantes); troca de turnos entre os interagentes; dirigir-se ao outro buscando esclarecimentos quando uma opinião foi expressa de maneira confusa; levar em consideração a opinião alheia, mostrando conhecimento dela ao precisar discordar; considerar as perspectivas apresentadas sem agredir moralmente o interlocutor. Gastil (2008) argumenta que essas características presentes na conversação cívica podem também trazer contribuições para a configuração de trocas deliberativas. Ele estabelece a seguinte correlação entre os aspectos deliberativos e conversacionais de uma interação comunicativa:

Quadro 6. Diferenças entre deliberação e conversação cívica segundo Gastil

Elementos e princípios gerais da deliberação	Características comunicativas gerais de uma conversação cívica
Criar uma base sólida de informação.	Discutir experiências pessoais e emocionais, assim como fatos conhecidos.
Priorizar os valores-chave em questão.	Refletir sobre os próprios valores, assim como sobre os valores dos demais participantes.
Ter oportunidades iguais de expressão.	Alterar turnos na conversação para assegurar seu equilíbrio.
Assegurar a compreensão mútua.	Falar de maneira clara e pedir esclarecimentos quando os proferimentos alheios são confusos.
Considerar as ideias e experiências dos outros.	Considerar atentamente o que é dito pelos outros, sobretudo quando há discordância.
Respeitar os outros participantes.	Considerar as perspectivas apresentadas sem agredir moralmente o interlocutor.

Fonte: GASTIL, 2008, p.20.

Assim, após analisarmos as características gerais dos tópicos conversacionais sobre o aborto selecionados para integrarem o *corpus* empírico, pretendemos, em um segundo momento, identificar momentos deliberativos em que os participantes dessas conversações se voltam para a ação de fornecer, discutir e avaliar as justificativas e os pressupostos fornecidos como base de sustentação dos argumentos expostos no debate. Nesses momentos, há uma maior concentração das trocas e um esforço de tornar mais claros e convincentes os pontos de vista dos participantes.

A partir dos princípios ideais que norteiam o processo deliberativo habermasiano já apresentados no capítulo 1 e definidos com maior precisão no capítulo 2, mas sem o objetivo de reproduzi-los fielmente nas investigações empíricas sobre os momentos de deliberação online, criaremos um procedimento metodológico próprio para a análise do conteúdo produzido pelo grupo "Aborto Não!", do Orkut. Como sugere Marques,

é mais promissor evidenciar como as conversações se definem em espaços virtuais, levando em consideração os estímulos e constrangimentos impostos pela materialidade técnica dos suportes e códigos informáticos; a relação entre as práticas conversacionais online e offline (uma vez que as práticas comunicativas virtuais dos sujeitos não se dissociam de sua inserção em contextos sociais, políticos e culturais definidos); e as formas criativas de apropriação e uso dos suportes técnicos (MARQUES, 2010a, p.5)

Como mencionado anteriormente, optamos por avaliar uma amostra composta por fios de conversação que foram constituídos no período do segundo turno das eleições de 2010, de 4 de outubro a 4 de novembro no grupo brasileiro "Aborto Não!", do Orkut. Partimos da perspectiva habermasiana de esfera pública e das investigações empíricas de autores como Dahlberg (2002); Kies (2010); Graham (2008) e Schneider (1997).

Dentre os autores que atualmente se dedicam a criar e aperfeiçoar metodologias de análise da deliberação online, optamos por utilizar os critérios formulados por Strommer-Galley (2005). Ela selecionou um bate-papo e analisou a conversação ali estabelecida por seis dias. Em sua análise, avaliou os critérios: expressão racional da opinião e narratividade, referências a fontes externas, ausência de ataque, confronto de perspectivas oposicionais, iguais níveis de participação, coerência, reflexividade, interatividade. Alguns desses critérios coincidem com os adotados por Schneider e Graham, ambos baseados na teoria habermasiana.

4.2 Observações gerais acerca da conversação

De maneira geral, constatamos que o grupo "Aborto Não!" ofereceu poucas condições de estruturação de um debate, o que reflete não só a especificidade do tema, mas também a dificuldade deliberativa imposta pela própria arquitetura do Orkut. A estrutura do Orkut mostra que nem sempre uma rede social favorece o debate aberto e heterogêneo. O Orkut, ao contrário do que ocorre em blogs ou conjuntos de blogs, fotologs e mesmo no MySpace, permite uma quantidade limitada de apropriações. Ainda assim, pelo fato de ser a rede social online mais popular do Brasil, concentra o maior número de indivíduos e comunidades relacionadas ao tema desta pesquisa. Nesse sentido, não seria correto partirmos do pressuposto de que haveria deliberação nesse grupo do Orkut a respeito do aborto em um momento de campanha eleitoral. Todavia, atentamos às possibilidades de capturar momentos em que os participantes do grupo demonstrassem um tipo de engajamento voltado para a apresentação de justificativas para seus argumentos. Afinal, a teoria habermasiana da ação comunicativa enfatiza que, quando se trata de temas morais, os atores buscam validar suas afirmações e proferimentos apresentando razões plausíveis e passíveis de serem aceitas pelos demais interlocutores. Assim, a racionalidade é menos uma característica dos sujeitos e mais a habilidade que demonstram em usar a linguagem para explicarem e fundamentarem seus pontos de vista.

Em diversos momentos, os participantes evitaram o embate. Agressões e desrespeito ao outro feriram, em muitos dos fios analisados, o princípio da discussão focada no argumento. A hostilidade entre participantes, especialmente protagonizada pelos mais frequentes do grupo, desestabilizou a conversação em oportunidades em que poderia ocorrer, potencialmente, a deliberação. A agressão muitas vezes fechou os canais de debate dentro do grupo "Aborto Não!", por desrespeitar os princípios normativos de respeito mútuo e reciprocidade.

Em algumas oportunidades, os participantes publicaram links para vídeos do YouTube com programas da televisão aberta e links para reportagens publicadas por jornais impressos em suas páginas na internet para fundamentar os argumentos com razões e justificá-los diante dos outros. Isto é, alguns participantes usaram fragmentos de narrativas midiáticas para justificar suas opiniões e associar razões a seus pontos de

vista. Há, no grupo estudado no Orkut, muita interlocução com o YouTube. E pouca, ou quase nenhuma interlocução, com o Twitter, Facebook e o Flickr.

É comum no grupo estudado que um participante retome o argumento alheio para contra-argumentar. Também é frequente a tentativa de definição da questão em pauta, especialmente quando há dispersão de assuntos.

De maneira geral, percebemos que a eleição aparentemente contribuiu para aumentar a participação de internautas na conversação sobre o aborto, mas, ao mesmo tempo, a introdução da questão político-eleitoral no assunto fez com que diminuísse o debate, tornando o grupo "Aborto Não!" um espaço para defesa de uma candidatura que usou o tema como um dos motes de sua campanha. O objetivo passou a ser a eleição de um candidato, e não o debate do tema em si. Paralelamente ao grupo "Aborto Não!", outros grupos foram criados, fechados e passaram a ser monitorados no Orkut, como já mencionamos anteriormente.

Há evidência de participação de grupos militantes ligados a correntes políticas infiltrados na comunidade "Aborto Não!", fomentando o debate raivoso, que não contribuiu para a discussão do tema. A evidência é colocada pelos próprios participantes em suas participações publicadas no grupo. Além disso, outro empecilho à discussão foram os participantes frequentes do grupo, que concentram as postagens, reduzindo a expressividade das opiniões dos demais. Muitos dos que discordam são expulsos abertamente ou indiretamente pelo moderador, muitas vezes a pedido dos participantes frequentes.

Em torno da questão do aborto, outros temas foram surgindo e integraram a conversação no grupo analisado. Temas como socialismo e igreja católica, a utilização de crucifixos em repartições públicas em um Estado laico, sobre o que é vida, e até sobre o vegetarianismo puderam surgir a partir da conversação sobre o aborto.

De modo geral, é possível afirmar que as características da conversação cívica propostas por Gastil (2008) – como relatos de experiências pessoais, argumentação com base nos próprios valores e questionamento dos valores alheios, troca de turnos entre participantes, solicitação de esclarecimentos, mostrar conhecimento da opinião alheia ao discordar e o respeito – estão presentes nos fios de discussão, não necessariamente de forma igual ou de maneira concomitante nos fios.

Constatamos que o critério de igualdade é o único que não encontra evidências empíricas que possibilite a conclusão pela deliberação. A comunidade é aberta e acessível a todos os inscritos no Orkut. No entanto, poucos participantes publicam suas opiniões nos fios. Um número ainda menor participa de mais de um fio. Foram identificados 33 participantes. Destes, 9 participaram de mais de um fio. Destes, 3 concentram a autoria de mais de 20 comentários. Além disso, em 2 fios há o aviso de que mensagens foram apagadas pelo moderador, o que compromete o princípio de igualdade.

A fala está concentrada na voz de participantes frequentes e, entre eles, na voz daqueles que aparentemente se consideram "donos" da comunidade. O ato de silenciar opiniões contrárias, ainda que colocadas de maneira respeitosa no diálogo, faz com que nem todos tenham a mesma oportunidade de se pronunciar. A moderação é consentida, explícita e incentivada por participantes frequentes do grupo, que por diversas vezes são hostis à presença de vozes discordantes da maioria dos demais integrantes da comunidade.

A moderação, no entanto, não impede completamente que haja dentro da mesma comunidade momentos de deliberação. Os demais critérios necessários para que a deliberação ocorra estão presentes, embora nem sempre apareçam ao mesmo tempo em um mesmo fio de conversação.

Todos os integrantes do grupo se disseram contrários ao aborto, mas alguns se posicionaram favoráveis à descriminalização, outros criticaram a igreja e outros, ainda, revelaram dúvidas sobre em quem poderiam votar. Ou seja, temas paralelos à questão do aborto, como o voto e o vegetarianismo, acabam sendo mais propícios à geração de debates. Isso porque os participantes não demonstram sobre esses temas o mesmo nível de homogeneidade que afirmam ter sobre a questão do aborto. Isso faz com que outro critério tenha dificuldade em evidenciar-se, o da Coerência, já que a tendência é que a conversação dentro do grupo "Aborto Não!" se desvirtue do assunto principal.

4.3 Análise dos momentos deliberativos presentes nos fios de conversação

Neste tópico, analisaremos 10 fios de conversação selecionados do grupo "Aborto Não!" a partir dos critérios deliberativos abordados na metodologia criada. Levamos em consideração o número de mensagens postadas no tema criado pela comunidade e o número de participantes ativos na discussão de cada tema. A quantidade total de mensagens postadas em cada tópico e o nome dos participantes mais ativos podem ser consultados no quadro 7.

Os fios foram organizados dentro do quadro em ordem cronológica, a partir do início das postagens. Somente as mensagens postadas entre 4 de outubro e 4 de novembro, período que abarca em grande parte o segundo turno das eleições presidenciais, no entanto, foram levadas em consideração para a análise.

É importante esclarecer que no Orkut é possível criar temas de discussão no grupo. Os fios selecionados para esta análise foram extraídos a partir de trechos de 10 temas diferentes, identificados a partir do nome proposto pelos participantes para cada tema.

Gostaríamos de frisar, ainda, que nos trechos a seguir foram mantidas a grafia e a ortografia originais das mensagens postadas pelos integrantes do grupo. Dos 10 fios, 4 apresentam evidências de momentos deliberativos.

Quadro 7. Fios de conversação cívica selecionados do grupo "Aborto Não!"

Fios de conversação	Número de mensagens	Período de postagem	Os mais ativos	Há momentos deliberativos?
1 - O 2º turno é nosso ¹⁹	21	3 a 4/10	Rodrigo e Marina	Não
2 - Estadão: aborto provocou 2º turno ²⁰	36	4 a 8/10	Makkabaios, Marina e Saulo	Não
3 - Missionário católico Gabriel Chalita apóia Dilma ²¹	107	30/9 a 11/10	MH, Marina, André e Makkabaios	Sim
4 - Dilma vai tirar crucifixos de locais públicos ²²	44	12 a 12/10	Makkabaios, Regina, Fernando e Daniel	Sim
5 - Voto religioso: Serra ou Dilma? ²³	28	1 a 14/10	Makkabaios, Marina, Henrique e Gabriel	Sim
6 - A esposa de Serra está sendo acusada de aborto ²⁴	26	16 e 17/10	MH, Marina, Costa e Henrique	Não

¹⁹ <http://www.orkut.com.br/Main#CommMsgs?cmm=284361&tid=5523867287473922953>

²⁰ <http://www.orkut.com.br/Main#CommMsgs?cmm=284361&tid=5524127193135042615>

²¹ <http://www.orkut.com.br/Main#CommMsgs?cmm=284361&tid=5522721304295876790>

²² <http://www.orkut.com.br/Main#CommMsgs?cmm=284361&tid=5527025978393098456>

²³ <http://www.orkut.com.br/Main#CommMsgs?cmm=284361&tid=5527108059339030309>

²⁴ <http://www.orkut.com.br/Main#CommMsgs?cmm=284361&tid=5528573210670880532>

7 - Se vocês são a favor da vida... ²⁵	31	16 e 17/10	Regina, Victória e Marina	Não
8 - CQC sobre o aborto agora ²⁶	24	18 a 27/10	Henrique e Raphaela	Sim
9 - Vamos vencer! Podem estar certos disso ²⁷	41	29/10 a 2/11	Carlos Alberto, Enza e Gabriel	Não
10 - O Brasil se declarou a favor do aborto ²⁸	23	1 a 5/11	Regina	Não

Fio 1: "O 2º turno é nosso!"

Rodrigo: "Segundo turno é nosso!"

Mirian: "Segundo turno é nosso como? Quem me garante que o Serra não vai legalizar o aborto?"

Rodrigo: "Só te garanto que a Dilma vai tentar legalizar a todo custo... provavelmente vc não acompanha a comunidade."

Mirian: "Mas eu tbm não vou votar na Dilma..."

Rodrigo: "Ok. Já é uma ótima opção..."

No fio 1, a participante Mirian contesta a afirmação de Rodrigo e pede esclarecimentos, evidenciando que há uma tentativa de assegurar a compreensão mútua e de considerar as ideias alheias. Mirian e Rodrigo alternam turnos e aguardam a vez do

²⁵ <http://www.orkut.com.br/Main#CommMsgs?cmm=284361&tid=5528715679104174812>

²⁶ <http://www.orkut.com.br/Main#CommMsgs?cmm=284361&tid=5529452935388772098>

²⁷ <http://www.orkut.com.br/Main#CommMsgs?cmm=284361&tid=5533291059961032879>

²⁸ <http://www.orkut.com.br/Main#CommMsgs?cmm=284361&tid=5534488767846780009>

outro para expor sua opinião, o que confere à conversação certo equilíbrio. Mirian, ao dizer que não irá votar na candidata Dilma nem em Serra, dá a entender que esses dois candidatos se posicionam contra seus valores mais caros. Tal postura é uma forma de argumentação por meio da afirmação de convicções pessoais, as quais dificilmente podem ser alteradas ao longo de um processo de troca de pontos de vista. Essa constatação inviabiliza a gênese de um momento deliberativo, uma vez que a deliberação requer que os participantes mantenham-se abertos à possibilidade de alterarem seus pontos de vista e interesses, aceitando ampliar seus horizontes valorativos. Além disso, a argumentação de Mirian não encontra contrapartida em Rodrigo, que demonstra publicamente que considera que há uma diferença de status entre eles, quando aponta que Mirian não deve ser uma participante frequente do grupo, dificultando a troca igual de expressão.

Apesar da solicitação inicial de esclarecimento feita por Miriam, o que poderia indicar a existência do critério de justificação mútua entre Mirian e Rodrigo, a conversação se transforma em um processo de aceitação da participante que levantou o questionamento pelo participante frequente do grupo, que se considera na posição de autorizar a opinião alheia. Nesse sentido, o diálogo também desrespeita o critério de igualdade e paridade, eliminando quaisquer possibilidades de se desenvolver um momento de deliberação.

Consideramos, portanto, que esse diálogo tem características para ser considerado uma conversação cívica, uma vez que apresenta experiências pessoais e valores subjetivos, argumentação e reflexão sobre os próprios valores, troca de turnos entre os interagentes, busca de esclarecimentos e consideração a opinião alheia sem agredir moralmente o interlocutor, como coloca Gastil. O fio, no entanto, não pode ser considerado uma troca deliberativa segundo os critérios expostos no quadro 5, já que não atende a princípios que guiam esta análise, sobretudo aqueles estabelecidos por Stromer-Galley, como reflexividade, níveis iguais de participação e desacordo deliberativo.

Fio 2: "Estadão: aborto provocou 2º turno"

Rebeca: "Ela quer dar liberdade a mulher de ter ou não filhos. Lembrando que em caso de estupro o aborto é (a muito tempo) permitido. Inclusive a pilula do dia seguinte, que é abortiva e tudo mais. O fato é que muitos tem usado a tal " liberdade " como resposta ao que falamos aqui,

mas o bebê não tem culpa alguma da mãe que teve! Oras. Ele não conseguiu escolher (infelizmente) a mãe, então, não podemos de forma alguma culpar o filho pelos erros da mãe! Seja por escolha, ou por descuido! No momento em que a mulher descobre que está grávida, normalmente com um mês, esse nenozinho já está desenvolvendo seus membros, em dois meses ele já tem membros e alguns órgãos se formando! Gente, não podemos deixar isso ficar assim, tão fácil! Sabemos que o aborto existe, e que a muito tempo vem sendo feito por médicos "por baixo dos panos" mas assim, ACEITO pela população? o que é isso! Não podemos deixar! Por favor, ajudem a não deixar votarem na Dilma, somos todos brasileiros, e se ela ganhar, nós vamos perder - perder uma das coisas mais lindas que o Brasil ainda tem que é a "não legalização do aborto" (fora as outras leis absurdas que ela quer levar para votação)"

Raquel e Alemão: "A liberdade da mulher em querer ou não ter um filho, termina qd ela decide "esquecer" a pílula, a camisinha e tudo o mais que existe pra prevenir a gravidez indesejada. Não quer filho, então evita. Hoje, qq menina de 12 anos sabe, se transar semcamisinha pode engravidar... então elas engravidam conscientes, pq querem... assumam, covardes!!!!"

Sonia: <http://www.youtube.com/watch?v=-9nVdpqMgTc>

No fio 2 é possível identificar critérios de deliberação na conversação entre participantes, que argumentaram associando razões a seus pontos de vista. Rebeca retoma a argumentação alheia, mostrando conhecimento dos principais termos do debate, ao dizer que "muitos tem usado a tal "liberdade" como resposta ao que falamos aqui, mas o bebê não tem culpa..." Antes de apresentar seus próprios argumentos contrários à descriminalização do aborto, Rebeca expõe diversos aspectos pró-descriminalização.

Rebeca retoma quase todos os principais argumentos utilizados por quem é favorável à legalização do aborto. Além da liberdade de mulher, já mencionada, ela ressalta que a legislação já permite em alguns casos, inclusive com a permissão da pílula do dia seguinte. Rebeca lembra, ainda, que há muito tempo o aborto é realizado por médicos "por baixo dos panos".

Com isso, ainda que não intencionalmente, Rebeca inseriu na conversação do grupo argumentos que se fossem publicados por participantes que se apresentam como favoráveis ao aborto poderiam ser apagados pelo moderador. Seu post, entretanto, permaneceu no ar e incentivou a contra-argumentação por parte de outro participante.

O participante que se identifica como Raquel e Alemão, então, que concorda com Rebeca, acaba rebatendo os argumentos apresentados por ela como pró-aborto. O usuário Raquel e Alemão encerra seu post, no entanto, chamando de "covardes" aqueles

que decidem por interromper a gravidez indesejada, em uma atitude agressiva, que vai contra os princípios deliberativos.

Uma terceira participante, que se apresenta como Sonia, publica um link para o YouTube com um vídeo de 15 minutos da Santa Missa Canção Nova, do Padre José Augusto, em 5 de outubro de 2010. Na missa, o padre diz que tem recebido muitos emails sobre as eleições que o deixaram "agitado" e que "a nação brasileira" se tornará pior caso o PT ganhe no segundo turno. Em seguida, ele comenta sobre como cada candidato trata o aborto, apontando Dilma como "abortista". "Eu não vou votar em um partido que apóia o aborto (...) não quero ir para o inferno (...) estou falando para os cristãos que não se pronunciam (...) vocês serão levados aos tribunais (...) chega de sermos católicos mortos, frios e medrosos. Se evangélicos estão se pronunciando, como é que nós ficamos assim como se nada estivesse acontecendo? (...) Bando de covardes", diz o padre no vídeo. Não houve repercussão sobre o vídeo dentro do fio analisado no Orkut. É importante ressaltar, no entanto, que o vídeo teve mais de 565 mil visualizações, 278 comentários e uma vídeo-resposta até o dia 2 de fevereiro de 2011.

A participante Rebeca, portanto, apresenta argumentos pró-descriminalização do aborto, mas não defende esse ponto de vista. A participante Sonia publica um link, o que demonstra que ela foi buscar material para dar subsídio ao tópico, mas não publica sua opinião. Raquel e Alemão colocam sua opinião, mas são agressivos.

Assim como no fio 1, consideramos que no fio 2 o diálogo tem características de conversação cívica, já que apresenta os critérios de Gastil - apresentação de experiências pessoais e valores subjetivos, argumentação e reflexão sobre os próprios valores, troca de turnos entre os interagentes, busca de esclarecimentos, consideração da opinião alheia e das perspectivas apresentadas. O fio 2, porém, não contém elementos suficientes para ser um momento de classificado como deliberação segundo Stromer-Galley, especialmente pela ausência de confronto de opiniões, ou diversidade.

Fio 3: Missionário católico Gabriel Chalita apóia Dilma

Flober – "Luis: Você que no seu perfil se considera um católico indigno, não julgue nossos religiosos por si mesmo, desta forma modere seu linguajar, a abertura que dei à campanha do

Serra nesta comunidade não lhe dá o direito de se comportar desta maneira, onde sua postagem ofendendo o Frei Beto teve que ser apagada."

(mensagem posteriormente apagada pelo moderador) Juliana: "Você critica tanto os petistas, mas discursa como comunista, querendo convencer Deus e o mundo que está certa. A CN não é uma comunidade política, por isso não está em nenhuma aliança. Apenas apoia o Gabriel Chalita, será difícil entender este apenas?"

MH: "Desculpe-me se pareço agressiva, mas na realidade estou indignada, não existe apoio pela metade"

Marina: "Mas é claro que é MUITO DIFÍCIL DE ENTENDER!! Mas é CLARO que se quer convencer o mundo que o aborto é um ERRO GRAVE pois é um CRIME!!"

Jose Bernardes: "Juliana Faça minhas as suas palavras! Canção Nova petista...essa é demais!"

Joces: "Sr. Lucas Boa noite. Não quero criar nenhuma polêmica alias..... mas o Sr. diz em altos brados que o Sr. Chalita é um missionário Católico. Gostaria de saber o que o Sr. acha ser um missionário Católico"

MH: "Juliana Ora Se voce acha que estamos fazendo politica, o que a Canção Nova tá fazendo utilizando seu cadastro em prol de um candidato como o Chalita e enviando a seus sócios colaboradores?"

Lucas: "galera ate acho bem legal o tema da comunidade eu tambem sou contra o aborto e talz acho de fato q as pessoas não devem dar seus votos para pessoas abortistas, mas eu não concordo com as respostas das pessoas contra a Canção Nova..."

Marina: "Lucas Foi bom você ter postado sua opinião... assim é fácil esclarecer-lhe sobre este tópico... Ninguém está dizendo nada do que você pensou ... O que dissemos e continuaremos dizendo é que: - a CN não deveria ter fornecido o cadastro de filiados para o Chalita fazer propaganda - Porque não deveria???? Porque o Chalita APOIA DILMA - que é abortista! E se for eleita, será então uma presidenta abortista, com simpatias por projetos abortistas! Ele, Chalita, sendo Católico, não deveria ter feito isto. E a CN errou em dar-lhe apoio!! Não devemos eleger quem apoia abortistas. É simples como isto! Espero ter esclarecido suas dúvidas!! Qualquer dúvida mais terei prazer em responder-lhe! Que Deus o proteja e guarde!"

José Luis: "Se houve o uso dos cadastros na Canção Nova, não vejo mal algum, pois esse procedimento é comum também em outras denominações religiosas e o fazem com frequência e ninguém reclama."

Makkabaios: José "Se houve o uso dos cadastros na Canção Nova, não vejo mal algum, pois esse procedimento é comum também em outras denominações religiosas e o fazem com frequência e ninguém reclama" Que comparação triste, pouco importa o que "outras denominações" fazem, o que importa é o que é correto. Depois desse apoio do Chalita a membros do PT ele continuará a ter um programa televisivo na Canção Nova? Pois ele tem, não tem?"

Lucas: "galera eu tenho mais uma vez que dizer q eu continuo apoiando a Canção Nova, pois eu acho muito difícil uma instituição católica séria dar informações confidenciais de sócios para fins políticos..."

André: "Entrevista do Chalita à Folha de S. Paulo"

No fio 3, os participantes discutem o apoio político que o então vereador Gabriel Chalita (PSB-SP), eleito deputado federal, ligado à Igreja Católica, oferece à então candidata Dilma Rousseff como auxílio político em um momento em que a campanha da candidata petista sofria diversos ataques, a maioria deles pela internet, quanto ao seu posicionamento que seria pró-aborto. Neste momento, o moderador deixa claro que abriu espaço na comunidade para o uso eleitoral pela campanha de José Serra. Flober repreende um participante que teria supostamente difamado Frei Beto e pede que ele "modere seu linguajar". Não é possível comprovar a versão de Flober, pois o comentário foi retirado do ar pelo moderador. A atitude demonstra, mais uma vez, a ausência de igualdade entre os participantes, o que impede, potencialmente, a livre expressão de opiniões.

Ao longo do fio, no entanto, discussões paralelas à questão do aborto vão surgindo. A participante Juliana, por exemplo, questiona outro integrante do grupo sobre a Canção Nova, setor da Igreja Católica ligado ao deputado Chalita, que possui um programa semanal na emissora Canção Nova. Os integrantes debatem, então, se a Canção Nova estaria apoiando, mesmo que indiretamente, uma candidata que segundo eles é favorável à descriminalização do aborto. Juliana defende que não, que a Canção Nova "não é uma comunidade política, por isso não está em nenhuma aliança". O participante MH, então, rebate o argumento de Juliana, dizendo que "não existe apoio pela metade". Na sequência, outro participante, José Bernardes, apóia Juliana com a frase "Faço minhas as suas palavras!" e diz que considera um exagero classificar a Canção Nova como petista porque o deputado apóia Dilma. O participante Lucas também publica sua opinião, dizendo que é contra o aborto, mas que não concorda com as opiniões contrárias à Canção Nova.

Em seguida, Marina inicia sua fala dizendo a Lucas que "foi bom você ter postado sua opinião". Ela, então, acusa Chalita de ter fornecido o cadastro de filiados da Canção Nova para a campanha de Dilma e que o deputado, como católico, não deveria apoiar uma "presidenta abortista". A acusação chama a atenção de José Luis, que afirma não ver "mal algum" no fato, caso ele tenha mesmo ocorrido, uma vez que "outras denominações religiosas o fazem com frequência e ninguém reclama". Makkabaios, então, retoma o argumento de José Luis para rebatê-lo, afirmando que a comparação é "triste" e que "pouco importa o que outras denominações fazem", mas sim o que "é

correto". Lucas, então, demonstra que leu os argumentos contrários à sua opinião e publica a seguinte mensagem: "Continuo apoiando a Canção Nova, pois eu acho muito difícil uma instituição católica séria dar informações confidenciais de sócios para fins políticos". A frase de Lucas é um indício de reflexão por mostrar que ele examinou criticamente as opiniões alheias, contrastou-os com seus valores, avaliou o contexto social e optou, depois disso, a "continuar" apoiando a instituição. E essa decisão está racionalmente justificada na premissa interna, pessoal, de que a Canção Nova é uma "instituição católica séria".

Neste subtópico sobre a Canção Nova, portanto, é possível encontrar opiniões contrárias e troca de argumentação racional quando os participantes oferecem perspectivas diferentes sobre a participação deste segmento da Igreja Católica no apoio à candidatura de Dilma, que na comunidade é tida como "abortista". O fio se encerra com a postagem de um link que leva para uma entrevista concedida pelo deputado Chalita ao jornal *Folha de S.Paulo*, uma referência à fonte externa como forma de ampliar a base de informação da discussão. Neste fio, portanto, foi possível identificar critérios definidos por Stromer-Galley como reflexividade, oferta de razões críticas, reciprocidade e justificação, que nos permitem classificá-lo como um momento deliberativo, embora a discussão seja marginal à questão que motivou a criação do grupo, o aborto.

Quadro 8. Evidência de momentos deliberativos no fio 3 de acordo com os critérios adotados:

Critério	Evidência de momentos de deliberação
Argumentos racionais e narrativas	"Se houve o uso dos cadastros na Canção Nova, não vejo mal algum., pois esse procedimento é comum também em outras denominações religiosas e o fazem com frequência e ninguém reclama" "Que comparação triste. Pouco importa o que outras denominações fazem, o que importa é o que é correto"
Referências a fontes externas	"Entrevista do Chalita à Folha de S. Paulo"
Ausência de ataques pessoais	(não há ataques pessoais)

Confronto de opiniões (diversidade)	"eu não concordo com as respostas das pessoas contra a Canção Nova" "é claro que é muito difícil de entender" "Não quero criar nenhuma polêmica aliás... mas o Sr. Diz em altos brados que o Sr. Chalita é um missionário católico"
Coerência	"A CN não deveria ter fornecido o cadastro de filiados para o Chalita fazer propaganda – Porque não deveria???? Porque o Chalita apoia Dilma – que é abortista!"
Reciprocidade	"Foi bom você ter postado sua opinião (...) Qualquer dúvida mais terei prazer em responder-lhe!" "Estou à disposição para conversar." "Gostaria de saber o que o Sr. acha ser um missionário católico"
Reflexividade	"galera, eu tenho mais uma vez que dizer q eu continuo apoiando a Canção Nova, pois eu acho muito difícil uma instituição católica séria dar informações confidenciais de sócios para fins políticos..." "Tenho convicção da utilização do cadastro CN para envio de propaganda política do Chalita"

Fonte: elaborado pela autora

Fio 4. Dilma vai tirar crucifixos de locais públicos

Fernando: "tá certo... tem que tirar crucifixo de locais publicos mesmo... pq não podem colocar budas então??...e livros do alcorão??? olha gente, tá virando várzea essas conversas da eleição. E o governo do PSDB, foi o primeiro implantar politicas abortivas no Brasil, e o que todos dizem??? a discussão sobre isso deve ir mais além."

(sem nome): "Então é certo, demolir o Cristo Redentor e Igrejas, só porque o Estado é laico?"

Fernando: "O PT foi formado dentro da igreja... nas eleições era a primeira instituição a apoiar o partido... sou católico...mas não me venha com conversa de excomunhão..."

(sem nome): "PT sempre votou contra a Democracia do Brasil. Comunista é abortista, e o PT é comunista sim. Nunca fez nada pela democracia do país."

Fernando: "E quem está tirando o direito da pessoa de ter fé ao retirar um crucifixo de um espaço público???"

(sem nome): "Existe alguém ofendido com crucifixos (fora os ateuzinhos xiitas?)"

Henrique: "O PT foi formado dentro da igreja..." Ahan, tá... "

Michele: "Fernando, eu já fui uma "idiota útil". Quando era atéia, tinha essa visão de laicidade, que é inviável na prática."

Henrique: "Fernando Vá desinformar em outro lugar, moleque."

Fernando: "Olha. Não disse que devemos ir a favor ou contra a igreja, mas que devemos refletir sobre as decisões que tomamos escutando os conselhos que ela nos dá. Creio que não é obrigando fiéis a tomar decisões que a igreja lutará por um mundo melhor. Acredito sim que é abordando assuntos que interessam a todos, informando o fiel. Em alguns casos a igreja está nessas eleições buscando informar as pessoas, mas em tantos outros está sendo igual ao governo que ela é contra. Quantos abusos por parte da igreja poderiam ter sido evitados se os fiéis tivessem autonomia e fossem ouvidos... e o próprio Cristo que era Judeu, concordava com tudo o que acontecia nas Sinagogas??? Não sou chamado a fundar uma nova igreja, mas devo sim discutir dentro da mesma caso eu não concorde. A Paz do Cristo contigo."

Regina Elizabeth: "Daniel Vc não é cristão católico. Recolha-se a sua insignificância!"

Fernando: "e outra... eu imaginava que a discussão aqui era a favor da vida acima de tudo... escrevam na comunidade "Aborto não - comunidade cristã católica"

No fio 4, Fernando é a voz contrária que surge no grupo. Ele provoca uma discussão sobre a proposta de Dilma de retirar crucifixos de locais públicos, uma vez que o Estado brasileiro é laico. Ele deixa claro que é favorável a essa política e, numa metalinguagem (ao se dirigir no debate ao próprio debate), critica a forma como o debate está sendo conduzido ao classificar de "várzea" o que ele chama de "conversas da eleição". Fernando defende que a discussão sobre políticas abortivas no Brasil "deve ir mais além". Um participante não identificado, tratado aqui como Sem Nome, então questiona a posição de Fernando e pergunta se ele consideraria correto "demolir o Cristo Redentor e igrejas só porque o Estado é laico". A partir daí, Fernando é colocado pelos demais participantes do grupo na defensiva. Quando Fernando se declara católico, recebe na sequência uma série de ataques. Primeiro, ao escrever "Ahan, tá...", Henrique usa de ironia para questionar um argumento anterior de Fernando, de que "o PT foi formado dentro da Igreja". Depois, Michele diz a Fernando que já foi uma "idiota útil" quando era atéia. Em primeira pessoa, ela faz um breve depoimento relatando que antes de se converter ao catolicismo ela também "tinha essa visão de laicidade, que é inviável na prática". Novamente dirigindo-se a Fernando, Henrique faz um ataque pessoal e pede de maneira bastante rude para que ele se retire do grupo ao dizer "Vá desinformar em outro lugar, moleque".

Mesmo depois da agressão, Fernando faz mais duas tentativas de dar continuidade ao debate antes de retirar-se da discussão. Ele propõe a "reflexão sobre as decisões que tomamos escutando os conselhos que ela (Igreja) nos dá". Fernando argumenta que há muitos abusos praticados pela Igreja que poderiam ter sido evitados

"se os fiéis tivessem autonomia". Quando a participante Regina publica "Você não é cristão católico. Recolha-se à sua insignificância", Fernando lamenta, dizendo que imaginava que o grupo era a favor da vida acima de tudo, e não um grupo criado em defesa da instituição "cristã católica", e em seguida se retira.

Neste fio é possível identificar a influência das instituições na argumentação e a dificuldade que se tem de separar as crenças religiosas e a formação moral dos participantes da discussão. Houve uma tentativa de debate por parte de um participante que, aos poucos, foi sendo eliminada pelos demais integrantes do grupo. Por fim, a voz contrária demonstrou que se sentiu desrespeitada a ponto de deixar a conversação. Antes de o participante se retirar, no entanto, foi possível identificar os seguintes critérios deliberativos propostos por Stromer-Galley: argumentação racional, confronto de opiniões, coerência e reciprocidade. Consideramos, portanto, que neste fio houve um momento de deliberação, embora interrompido por ataques pessoais e coerção, o que eliminou, algum tempo depois, a possibilidade de continuidade dessa troca deliberativa.

Quadro 9: Evidência de momentos deliberativos no fio 4 de acordo com os critérios:

Critério	Evidência de momentos de deliberação
Argumentos racionais e narrativas	"Tem que tirar crucifixo de locais públicos mesmo... pq não podem colocar budas então??... e livros de alcorão??" "eu já fui uma "idiota útil". Quando era atéia, tinha essa visão de laicidade, que é inviável na prática."
Confronto de opiniões (diversidade)	" "O PT foi formado dentro da igreja..." Ahan, tá... "Então é certo demolir o Cristo Redentor e Igrejas só porque o Estado é laico?"
Coerência (tentativa de mantê-la)	"Olha, gente, tá virando várzea essa conversa de eleição. (...) A discussão sobre isso deve ir mais além" "Eu imaginava que a discussão aqui fosse a favor da vida acima de tudo... escrevam na comunidade – Aborto não – comunidade cristã católica"
Reciprocidade	"E quem está tirando o direito da pessoa de ter fé ao retirar um crucifixo de um espaço público???" "Olha, Não disse que devemos ir a favor ou contra a igreja..."

Fonte: elaborado pela autora

Fio 5: Voto religioso: Serra ou Dilma?

Marina: "Gabriel, Segunda vez que me dirijo a você nesta comunidade... Enviei-lhe comentário em seu blog mas claro que você não liberou meu comentário... Admiro tanto prof. Jean Lauand - troquei ideias tantas vezes com ele por e-mail - e mais pessoas que juntamente com você já escreveram coisas tão interessantes sobre o catolicismo...Acho vergonhoso que você se preste para fazer propaganda de Dilma... sinto constrangimento de um dia ter lido qualquer texto seu! Não perca seu tempo nesta comunidade... Graças à Deus o moderador é alguém muito lúcido e atento à causa pela vida... Este tópico será deletado!!!"

Gabriel: "Prezada Marina, acredito que podemos conversar em tom amistoso, sem reproduzir o clima de ódio que vai se impondo nessas eleições. Não me lembro de comentário seu a algum blog meu, desculpe-me. Estou à disposição para conversar. O que procuro mostrar aos católicos é que José Serra não é uma boa opção. Se Dilma é a favor do aborto, como se está dizendo, então Serra já provou que também é. Se um católico pretende ser coerente até o fim, precisa posicionar-se então pelo voto nulo nesse 2º turno. Votar em Serra, para um católico, será votar em alguém que flerta abertamente com a maçonaria (um católico pode?), não tem escrúpulos em dizer em público que um homem casado pode ter amantes contanto que se seja discreto (um católico pode dizer tal coisa?), e quando esteve no poder, mesmo sob pressão da CNBB, encarou o aborto como uma questão de saúde pública. Se Dilma e Serra são igualmente problemáticos como opção católica pura (estou pensando numa pessoa coerente como os do Opus Dei se apresentam), então teremos de analisar a questão por outros ângulos. Por exemplo, vendo a gestão do PT com relação à educação em comparação com o que o PSDB de Serra fez na educação de SP. Abraços, Gabriel Perissé"

Marina: "Gabriel Acho lamentável... mais do que lamentável, acho revoltante que você mesmo tendo pleno conhecimento da doutrina católica ainda insista nesta questão... Eu não aceito esta atitude de pessoas simpatizantes de Dilma que tentam jogar lama em cristãos que votam em Serra invocando a questão da Norma Técnica... é claramente Má Fé!! Vindo de você ... acho desanimador!! Juntar-se a esta laia, usar a estratégia destes ateus para atingir os cristãos que lutam para salvar alguma coisa, que lutam para salvar o que pode ser salvo da fúria atéia, hedonista, marxista e pagã do PT... Interesses pessoais... isto é o que move os que não lutam pelas causas verdadeiras ... Lamento muito que você esteja lutando por interesses pessoais!!!"

No fio 5, em meio a diversas postagens sobre o tema, há um diálogo entre Marina e Gabriel. Quem inicia a conversa é Marina, que se dirige a Gabriel reclamando que ele não teria liberado um comentário em seu blog. Em seguida, contraditoriamente, ela diz que lamenta que Gabriel defenda o voto em Dilma e que, graças à "lucidez" do moderador, o tópico "Voto religioso: Serra ou Dilma?" será apagado. Gabriel, então, responde pedindo que a conversa ocorra "em tom amistoso, sem reproduzir o clima de ódio que vai se impondo nessas eleições". Neste momento, o participante identifica que a ausência de troca de argumentação racional tem prejudicado o debate tanto sobre a questão do aborto como o debate político nas eleições que ocorrem naquele momento no País. Para justificar seu ponto de vista, Gabriel traz argumentos que para ele são

contrários ao voto em Serra, como o fato de ele, quando era ministro da Saúde, ter tratado o aborto "como uma questão de saúde pública" e ressalta, "mesmo sob pressão da CNBB (Confederação Nacional dos Bispos do Brasil)". Ou seja, mais uma vez um participante insere na discussão, mesmo que involuntariamente, um argumento também utilizado por quem defende a descriminalização da prática.

No desenrolar do diálogo contido no fio 5, Marina acusa Gabriel de "má fé" e de lutar por "interesses pessoais". Isso mostra que, em algum nível, Marina vê a luta contra a descriminalização do aborto como uma questão coletiva, e que isso deva ser ponto pacífico entre todos os católicos. Depois da acusação de Marina, há um aviso na página dizendo que "Algumas respostas nesta página foram excluídas ou estão sob revisão". Portanto, não é possível saber se houve resposta de Gabriel ou se ele deixou a comunidade.

Consideramos que no fio 5 há claramente confronto de opiniões, embora não se trate necessariamente da questão do aborto, mas sim da questão do voto. Neste diálogo, os dois participantes trocam razões para argumentar a favor e contra determinado candidato, oferecendo informações sobre como cada um deles trata ou já tratou do tema aborto.

Certamente os parceiros de diálogo estão agindo de modo a convencer-se reciprocamente da validade de suas opiniões. Neste caso, não se trata de chegar ao entendimento, mas de tornar mais claras as razões que levam cada um deles a defender um ou outro candidato (ou nenhum dos candidatos, como é o caso de Marina). Não obstante, tal comportamento pode ser classificado, de acordo com Jane Mansbridge, como indício de processo deliberativo, pois "uma deliberação legítima deveria contemplar o *critério de auxiliar os cidadãos a entenderem melhor seus interesses*, sejam esses interesses forjados com vistas ao bem comum ou não" (Masbridge, 2009, p.229).

É importante destacar, no entanto, que quando a participante Marina passa a duvidar da sinceridade e da motivação do participante Gabriel, as possibilidades deliberativas desse diálogo sofrem um abalo. Não é possível constatar, a partir dessa troca analisada, se houve tentativa de entendimento mútuo, pois as mensagens

subsequentes foram apagadas, o que configura ausência do critério deliberativo de igualdade a partir de então.

Quadro 10: Evidência de momentos deliberativos no fio 5 segundo os critérios:

Critério	Evidência de momentos de deliberação
Argumentos racionais e narrativas	"Quando estava no poder, mesmo sob pressão da CNBB, Serra encarou o aborto com saúde pública" "Dilma e Serra são igualmente problemáticos como opção católica pura, (...) então teremos de analisar a questão por outros ângulos"
Confronto de opiniões (diversidade)	"O que procuro mostrar aos católicos é que José Serra não é uma boa opção. Se Dilma é a favor do aborto, como se está dizendo, então Serra já provou que também é" "Eu não aceito esta atitude de pessoas simpatizantes de Dilma que tentam jogar lama em cristãos que votam em Serra invocando a questão da Norma Técnica"
Reciprocidade	"Acredito que podemos conversar em tom amistoso, sem reproduzir o clima de ódio que vai se impondo nessas eleições. (...) Estou à disposição para conversar"

Fonte: elaborado pela autora

Fio 6. A esposa de Serra está sendo acusada de aborto

Costa: "A tá, Mônica Serra pode? Imaginem vocês se essa noticia fosse com dilma ou alguém ligado ao PT? É lamentável que a comunidade tenha se transformado em um palanque, em um comite pró Serra. Perdemos afinal o caráter? Vamos ter aqui uma posição claramente maniqueista? Um lado é o demonio e o outro é Deus? Acho que esse comportamento foge aos principios cristão."

MH: "Costa Lá vem a campanha da Dilma com Boatos, factóides. Essa matéria não apresenta respaldo, já que é a informação de uma ex aluna ligada a movimentos feministas. Acorda!"

Costa: "MH Vamos acordar sim! Acho que aqui não é lugar para defesa política da forma que tá sendo feita. Se essa noticia, com as mesmas fontes fossem contra Dilma -PT estavam todos aqui dando credibilidade a noticia. A comunidade está se deixando manipular por questões eleitoreiras e não confundam eleitorais com eleitoreiras e disvirtuando o real obejtivo da mesma. É errado toda a comunidade tomar partido. como sendo que quem apoia e vota em Serra é do bem e quem vota em Dilma é do mal. A visão maniqueista que se instalou na comunidade não faz bem para a causa.Não vamos deixar nossa comunidade se transformar uma palanque eleitoral, nem em um simples local com objetivo eleitoreiro"

MH: "Costa A defesa da candidatura Serra é bem fundamentada com FATOS, Política em desencontro com o perfil desta comunidade esta fazendo voce.A questão da discriminalização do Aborto é política SIM; ora não me venha com essa retórica!!!!!!Como ja

disse, nos foruns desta comunidade voce encontrara bastante material que possibilitaram a voce um VERDADEIRO ENTENDIMENTO."

Marina: "E a questão do aborto NÃO FICA JOGADA AO VENTO COISA NENHUMA seu fake petista..."

Marina: "Flober!!! Sabia que você estava aí bem atento... mas não resisti dizer para estes petralhas que a Dilma abortista vai perder"

Marina: "petralhada cretina! (2)"

No fio 6, em que os participantes discorrem sobre a notícia veiculada na internet de que a mulher de Serra, Mônica Serra, teria relatado um aborto a alunas, há forte presença de metalinguagem, quando os participantes fazem auto-referência e passam a discutir o andamento da própria discussão no grupo. O participante Costa diz ser "lamentável que a comunidade tenha se transformado em um palanque, em um comitê pró-Serra". Isso reforça ainda mais a ideia de que, em vez de um debate, deve haver dentro do grupo o uso estratégico da comunicação, ou seja, ele incentiva que a motivação da participação seja o convencimento do voto, e não a discussão sobre o aborto em si. Ele continua suas críticas afirmando que "aqui não é lugar para defesa política da forma que está sendo feita" e que é "errado toda a comunidade tomar partido". O participante detecta que a discussão não tem sido aberta, mas sim "maniqueísta".

Costa, então, sofre uma série de ataques na sequência. Primeiro, MH diz que ele está em desacordo com o perfil da comunidade e que há, sim, material suficiente publicado nas discussões do grupo para um "verdadeiro entendimento" da questão. A participante Marina o chama de "fake petista" e nega que a questão do aborto fique "jogada ao vento". Em uma referência ao movimento feminista favorável à descriminalização do aborto, MH diz que a aluna de Mônica Serra (que acusa a mulher do candidato de ter relatado um aborto) faz parte do movimento e, portanto, segundo a participante, a informação se trata de "boato", "factóide".

Marina demonstra, por diversas vezes, ter plena consciência da presença de Flober, o que nos leva a suspeitar que os participantes pensem sobre o que vão postar já sabendo que seus pontos de vista podem ser apagados, caso se configurem contrários ao que o moderador acredita ser o correto e pertinente para aquele grupo. Esse

constrangimento, que algumas vezes chega a ser uma verdadeira coação, leva a uma ausência de liberdade de manifestação, contrariando um dos princípios deliberativos. Outro aspecto a ser mencionado é que há o constante desrespeito pela posição do parceiro de diálogo. Ataques aos argumentos e ao próprio interlocutor configuram uma situação de desvalorização recíproca e não de reconhecimento recíproco da posição alheia.

Consideramos, portanto, que este fio é mais um exemplo de metalinguagem do que do exercício de deliberação. Há, no entanto, elementos que podem ser entendidos como conversação cívica, uma vez que há uma tentativa inicial de questionar o andamento do debate em torno da questão do aborto, há troca de turnos entre os interagentes, que se comunicam buscando esclarecimentos, critérios estabelecidos por Gastil.

Fio 7 Se vocês são a favor da vida...

André: "vegetal também é vida. Mas não adianta explicar isso para alguém que não vê diferença significativa entre um ser humano e uma vaca."

(Sem Nome 2): "Desde quando a vida do animal é igual a do ser humano inocente. Se for assim, você deveria se casar com um Jumento ou um cachorro ou sei lá eu, e ter filhos, construir uma família e esperar que este animal seja chefe da sua família, pague imposto e dê educação ao seus filhos adequada, perante a sociedade igual a todo ser humano normal."

Bruce: "Comparar a vida de um ser humano à vida de um animal é um absurdo. É por esse tipo de pensamento que comentemos crimes terríveis como o aborto..."

Regina Elizabeth: "Vc está esquecendo do ciclo natural. Existe a cadeia alimentar animal. Uns animais comem o outro pra sua sobrevivência. Um animal só mata o outro pra comer. O homem não. Ele mata por maldade. O que é o caso do aborto."

Bruce: "A vida de um porco vale mais do que a do ser humano né? Que coisa, tinha me esquecido disso..."

O fio 7, que se dedica a discutir o vegetarianismo, foi retirado de um tema que teve mais de 30 postagens, um dos mais populares criados pelo grupo. Poucas mensagens, no entanto, permaneceram no ar, prejudicando a análise da conversação por parte desta pesquisa. Todas as mensagens do participante que iniciou a discussão - que defendia a tese de que os que são contrários ao aborto deveriam ser vegetarianos, pois

são a favor da vida - foram retiradas pelo moderador. Ficaram apenas as mensagens postadas como contra-argumentação.

André argumenta que a analogia feita inicialmente – de que pessoas contra aborto deveriam ser vegetarianas por serem a favor da vida – não é válida uma vez que um vegetal também é um ser vivo. Um participante que não se identificou, tratado aqui como Sem Nome 2, também contra-argumenta, afirmando que seria injusto comparar a vida de um ser humano "inocente" à de um animal. Bruce, então, se utiliza do argumento anterior para dizer que é por causa de comparações como essa que se cometem crimes "como o aborto". Regina Elizabeth também contra-argumenta afirmando que não é possível a comparação uma vez que na cadeia alimentar é natural que um animal se alimente de outro. Já se tratando de seres humanos, "o homem mata por maldade, o que é o caso do aborto".

Neste fio, o tópico não trata diretamente sobre a questão do aborto, mas sim do vegetarianismo, o que não reforça a coerência da comunidade. Os participantes conseguem inicialmente ter uma conversa racional, porém voltada para a estratégia de convencimento, de afirmação da própria posição sobre o que se entende por defesa da vida, tanto dos animais como dos seres humanos, o que indiretamente diz respeito às polêmicas que envolvem a questão do aborto.

Os interlocutores se depreciam mutuamente, há a presença de ironia e não há uma tentativa de diálogo, e sim de afirmação do próprio ponto de vista. A discordância pode até ser um ponto essencial do debate, mas não há um movimento manifesto em direção ao entendimento e à revisão de posicionamentos. Embora os participantes retomem argumentos anteriores, o fio revela certa intolerância à perspectiva contrária e não uma busca de consideração do argumento alheio. A postura irônica só reforça o movimento de depreciação mútua entre as afirmações feitas. A ironia transforma o diálogo em um campo minado: a todo momento a conversa pode se transformar em ataque recíproco.

Neste caso, a presença do moderador elimina qualquer possibilidade de debate igual, uma vez que todas as participações do integrante que propôs o assunto foram apagadas da discussão. Ainda que antes da interferência do moderador tenha havido uma discussão igualitária, o tom irônico das trocas sobre vegetarianismo não permitiu o

desenvolvimento de um momento deliberativo, ferindo os critérios de níveis iguais de participação, ausência de agressão, coerência e reflexividade.

Fio 8: CQC sobre o aborto agora

Otavio "Vocês assistiram? Colocaram a matéria toda escancaradamente a favor do aborto e só mostraram poucos trechos do Malafaia como contrário.... Além claro de repetiram até cansar o argumento ridículo de saúde pública."

Alexander "Eu gosto do CQC, mas foram muito parciais na entrevista. Não matará. É ponto final e não vírgula com algum adendo dizendo que, em determinadas situações, pode descumprir esse mandamento."

Henrique "Tá aqui o link:

<http://www.youtube.com/watch?v=4Jn11yrh0ds>"

Raphaela "e mais, ontem no programa RODA VIVA, na TV cultura, o entrevistado foi Aloysio Nunes e uma reporter (nao sei o nome dela) o questionou sobre o aborto, mas ela foi super agressiva e totalmente parcial tambem:

<http://www.youtube.com/watch?v=bpLn77RH9Ag>

reporterzinha de mer*** "

♥Juliana "Meu Deus assisti ao video do CQC e fiquei horrorizada, aquela menina da MTV ridicula dizendo que nao era uma vida ainda, senhor Jesus Quanta ignorancia..... "

Makkabaios "Eles estão atacando o Serra, hoje novamente... o chamaram de vampiro etc. "

Roberto "Em tempo: Colegas, INSISTO, que vcs assistam esse pequeno vídeo onde o político (que foi afastado por seu partido= PT, por ter se posicioado contrário a legalização do aborto) coloca de forma clara e inteligente suas razões por ser radicalmente contrário ao aborto. Ele considera, ainda, outras questões que pouco se aborda a respeito. Muito interessante!!

Vale a pena assistir ! <http://www.youtube.com/watch?v=WK6Qg-cH3q0>"

No fio 8, os participantes discutem online poucos minutos depois da exibição de um programa na televisão. Otavio retoma o conteúdo do programa CQC (Custe o Que Custar), da rede Bandeirantes, sobre a questão do aborto. Ele coloca na discussão do grupo o argumento pró-descriminalização apresentado na TV que ele classifica de "o argumento ridículo da saúde pública". Em seguida, Alexandre se utiliza da primeira pessoa e diz que gosta do CQC, mas que considera que o programa foi parcial em favor da descriminalização do aborto. Além do link do YouTube para a atração que motivou o tópico, a participante Raphaela publicou um link também do YouTube para o programa Roda Viva, da TV Cultura, com o então candidato ao Senado pela chapa de José Serra,

Aloysio Nunes. O participante Roberto, por sua vez, posta outro vídeo do YouTube com o depoimento de um político que teria sido afastado do PT por ser contrário à legalização do aborto. No YouTube, o vídeo do CQC teve 2600 visualizações com 51 comentários, o vídeo do Roda Viva teve 933 visualizações com 13 comentários e o vídeo do político teve 752 visualizações e nenhum comentário.

Apesar de não haver explicitamente confronto de opiniões, um importante critério deliberativo, os participantes publicam no fio 8 diversas referências a fontes externas, sobretudo midiáticas. O material postado na discussão contribui para fomentar o debate a partir do conhecimento coletivo de informações, trazendo novos elementos à discussão. A postagem de material externo demonstra, ainda, que os participantes buscaram outros insumos para demonstrar seu pensamento, o que exigiria reflexividade e disposição de buscar um melhor entendimento do problema em questão, duas características de um momento deliberativo, de acordo com Stromer-Galley.

Quadro 11. Evidências de momentos deliberativos no fio 8 segundo os critérios:

Critério	Evidência de momentos de deliberação
Argumentos racionais e narrativas	"Eu gosto do CQC, mas foram muito parciais na entrevista. Não matará. É ponto final e não vírgula com algum adendo dizendo que, em determinadas situações, pode descumprir esse mandamento" "(...) aquela menina da MTV ridícula dizendo que não era uma vida ainda, senhor Jesus... Quanta ignorância....."
Referências a fontes externas	"Vocês assistiram? Colocaram a matéria toda escancaradamente a favor do aborto (...) tá aqui o link" "ontem no programa Roda Viva, na TV cultura, o entrevistado foi Aloysio Nunes e uma reporter (nao sei o nome dela) o questionou sobre o aborto, mas ela foi super agressiva e totalmente parcial tambem" "Colegas, insisto que vocês assistam a esse pequeno vídeo onde o político (...) vale a pena assistir!"
Ausência de ataques	não há indício de ataques pessoais
Reflexividade	"Assisti ao vídeo do CQC e fiquei horrorizada"

Fonte: elaborado pela autora

Fio 9. Vamos vencer! Podem estar certos disso

Carlos Alberto: "Vamos vencer, podem estar certos disso! Nós vamos lutar. Já lutamos e nós vamos lutar;e nós vamos vencer, podem estar certos disso!
http://www.youtube.com/watch?v=Bbf8p_f1lfY

Enza: "chega a dar enjoo ver/ouvir esse cara (Serra) falando!!!!!!!"

Enza: "Somos catolicos, não analfabetos. Existem cerca de 3.500.000 abortos feitos no Brasil. Nós, cristão, devemos fazer o que? ignorar!!! Deixar que essas 3.500.000 mulheres morram nas mãos de carneiros oportunistas??? será que fechar os olhos para a realidade é o ideal? Sou contra o aborto, mas não sou cega ou burra. O aborto acontece da pior maneira possível. Então devemos legalizar o aborto como crime, e todos aborteiros e mães que o cometem devem ir presos. Agora, fazer de conta que não existe, é querer viver num paraíso que não existe. Serra, oportunamente, consegue nos taxar de idiotas. A Igreja católica deveria é dar maior apoio aos necessitados, ao invés de apontar com o dedo aquele que erra. Por essa e outras estou inclinada a abandonar o catolicismo. Padres são se põe na figura de juizes e partidarios politicos. Isso é de envergonhar!!!!!"

Gabriel: "Existem cerca de 3.500.000 abortos feitos no Brasil. Se esse numero for desde o descobrimento do Brasil eu até acredito. Nós, cristão, devemos fazer o que? ignorar!!! Deixar que essas 3.500.000 mulheres morram nas mãos de carneiros oportunistas??? será que fechar os olhos para a realidade é o ideal?"

Gabriel: "É muita desinformação criticar o PSDB como se o PT fosse melhor. Por mais esquerdista que o Serra seja ele ao menos tem um pingão de consciência e bom senso na cabeça. Já a Dilma é guerrilheira, assaltante, semi-letrada e mentirosa compulsiva, como votar em alguém assim? Por isso, mesmo a contragosto, vou de Serra."

Arlindo: "Enza Me desculpe, meu irmão (a), mas católico voce não é!!! Petista que faz campanha contra Serra, para beneficiar que? Dilma? Vá plantar batatas!!!"

Daniel: "Advertir é uma coisa, condenar é outra. Lembra!!!, perdoar 7 vez 7. OK, to indo aí na sua casa estuprar e assaltar sua filha. Como assaltos e estupros são frequentes, não podemos fingir que não existem! E vamos fazer o que com os coitadinhos que estupram e assaltam? PERDOAR SETENTA VEZES SETE, CLARO!"

Enza: "Primeiramente DE 4 QUEM COSTUMA FICAR É A TUA MÃE Imbecil, leia direito. Não sou a favor do aborto, mas detesto o SERRA. De católico VOCE não tem nada, aliás, sua anta, isso aqui não é uma comunidade católica, quem precisa aprender a ler é voce, analfabeto. De resto, tu é ignorante e merece ser governado pelo SERRA!!!!!!!"

Regina "Elizabeth Essa Enza, diz ser católica, MENTIRA! ela como todo bosta, não assume sua verdadeira crença. Já viram suas comunidades? ela é espírita. Tudo bem, mas, pq não assumir? não tem nada de mais mostrar sua fé! Mas querer enganar e mentir é que é o problema. Mostra que não é uma pessoa confiável. Eu chutava ela daqui!"

Luiz Claudio: "Para Enza Enza, você já viu fotos dos bebês despedaçados no aborto? A mãe que mata o filho deve morrer mesmo, não merece viver, todas deveriam morrer."

Henrique: "Somos catolicos, não analfabetos" Católico eu sou mesmo, coisa que você não é. Agora, analfabeto(a), disso temos certeza de que você é. Vai procurar o que fazer, vai..."

André: "Não houve tempo perdido. O aborto não foi e não será aprovado no Brasil. Criamos uma militância, conscientizamos boa parte da população e nossos gritos chegaram até Roma! Quem perdeu foram vós."

No fio 9, a participante Enza é o pivô da discussão. Ao discordar publicamente da opinião predominante do grupo, que é abertamente contrário ao aborto e favorável ao candidato José Serra, Enza suscita uma série de contra-argumentos. Primeiro, ela comenta o vídeo do YouTube postado por Carlos Alberto, que traz imagens de Serra discursando "rumo à vitória". Ela diz que "chega a dar enjôo ver/ouvir esse cara (Serra) falando". Em seguida, em outra postagem, ela explica, com argumentos racionais, porque é a favor da descriminalização do aborto. Ela diz que os cristãos não deveriam ignorar os cerca de 3,5 milhões de abortos feitos no Brasil por "carniceiros oportunistas". Ela se diz contra o aborto, mas não "cega ou burra". Gabriel, então, mostra que também não é um defensor ferrenho de Serra ao dizer que não se deve criticar o PSDB "como se o PT fosse melhor", mas que, "mesmo a contragosto" votará no candidato do PSDB.

Ao longo do fio, a discussão vai ficando mais passional, mais acirrada e menos respeitosa. Arlindo acusa Enza de não ser católica e, em tom agressivo, diz "vá plantar batatas". Enza aparentemente é agredida por outro participante, que teve a postagem retirada pelo moderador. A resposta de Enza a essa agressão é "de 4 quem costuma ficar é a tua mãe. Imbecil, leia direito". A participante Regina Elizabeth demonstra que fez uma pesquisa online com o nome de Enza e postou na discussão ser "mentira" que ela é católica, mas sim espírita. "Querer enganar e mentir é que é o problema. Mostra que não é uma pessoa confiável. Eu chutava ela daqui", postou Regina Elizabeth. A atitude obteve repercussão positiva no grupo, como pôde ser verificado nas postagens seguintes, de Luiz Claudio e Henrique, que também agrediram Enza em suas falas.

Por fim, o participante André pondera que o movimento anti-aborto na internet reverberou na discussão sobre a questão do aborto no Brasil e fora dele. Ele aponta a criação de uma "militância" que trabalharia para "conscientizar" a população de que o aborto deve ser proibido. "Nossos gritos chegaram até Roma", comemorou André. Esta postagem demonstra claramente que o objetivo do grupo não é debater a questão, mas

sim convencer o maior número de pessoas possível de que o aborto é um mal a ser combatido.

Neste fio, uma voz que defende a descriminalização do aborto consegue gerar uma conversação cívica, de acordo com os critérios de Gastil, antes de deixar a discussão. Enza fez afirmações, deu respostas aos pontos de vista alheios, refutou argumentos com base na razão. Ela e os demais participantes permaneceram no tópico central do grupo, a questão do aborto, sem se desviarem para assuntos periféricos, como ocorreu em outros fios, o que atende ao critério de coerência. O momento deliberativo, no entanto, foi interrompido pelo início das agressões, que culminaram na saída de Enza da discussão. Há ataques, afirmações veementes do próprio ponto de vista, tentativas explícitas e retóricas de convencimento e de destituição da validade do argumento alheio. O próprio título do fio remete a um jogo, onde o importante é ganhar ou perder, sem importar muito os meios ou artifícios que levem à vitória. Em um jogo (como é o processo eleitoral) muitas vezes é o “vale tudo” que define as estratégias. Não há respeito, consideração da posição alheia ou reconhecimento do parceiro como digno de ser visto como interlocutor. O uso do plural “nós” (católicos) em oposição a eles (inimigos, favoráveis ao aborto) mostra claramente que se trata de um ataque discursivo e não de um processo deliberativo. Tanto é que, a partir da saída de Enza da discussão, os participantes passam a conversar sobre mobilização em torno de uma causa. O fio, portanto, não atende aos requisitos deliberativos estabelecidos por Stromer-Galley.

Fio 10: O Brasil se declarou a favor do aborto

Neto: "que tem fome não sabe votar!"

Bruce: "A maioria dos brasileiros não estão nem aí para nada a não ser para a esmola que recebem do governo".

Regina Elizabeth: "O povo brasileiro, merece a ditadura militar! Não sabem votar!"

André: "Desde quando o PSDB é contra o aborto?"

Ana Paula Aquino: "O importante é continuar nossa luta contra essa crueldade, o Brasil não deu atenção correta para esse crime muito mais que hediondo. lutemos contra essa maldade."

No fio 10, o último criado dentro do período analisado por esta pesquisa, o grupo constata a derrota de José Serra. O participante Neto tenta justificar a vitória de Dilma dizendo que "quem tem fome não sabe votar". Bruce e Regina Elizabeth, dois dos participantes mais frequentes da comunidade, concordam com Neto. No fio, no entanto, aparece novamente a voz de André, que questiona se realmente o PSDB é contra o aborto. Por fim, Ana Paula Aquino demonstra que a discussão não termina com a eleição presidencial e propõe uma ação coletiva contínua de "luta".

Para se chegar à mobilização de um grupo é preciso saber se há realmente um interesse comum, que só é detectado concretamente por meio da discussão. Além disso, a conversação cívica desenvolvida ao longo deste e outros fios analisados podem ter colaborado para o aperfeiçoamento da argumentação dos integrantes da comunidade "Aborto Não!" para discutir com outros grupos. Consideramos, portanto, que neste fio não atende aos critérios de deliberação estabelecidos por Stromer-Galley, mas sim os da conversação cívica adotados por Gastil. A conversação, neste fio, é voltada para o associativismo, tratado com maior profundidade no capítulo 2, e para a exploração do Orkut como espaço capaz de reunir e agregar pessoas, tanto as que têm interesses privados comuns como as que desejam se engajar em debates intensos com o objetivo de amplificar e/ou resolver problemas que afetam a coletividade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assim como a árvore está virtualmente presente na semente (LÉVY, 1996, p.15), o potencial democrático está virtualmente presente na internet. Esse potencial é tão evidente que, desde seu surgimento, em 1969, centenas de autores das áreas de ciências políticas e comunicação no Brasil e no mundo se debruçam sobre comunidades online na tentativa de analisar, a partir da pesquisa empírica, os efeitos das redes sociais no fortalecimento da democracia. Com objetivo semelhante, escolhemos voltar nosso olhar para a comunidade "Aborto Não!", do Orkut, durante o segundo turno das eleições presidenciais de 2010. Investigamos se e quando a conversação sobre um tema complexo como o aborto – que envolve aspectos políticos, religiosos, morais e legais –, pode dar origem a momentos deliberativos. Concluímos que sim, que é possível ver emergir momentos deliberativos em meio à conversação cívica em uma rede social na internet. É crucial, no entanto, ressaltar as barreiras colocadas à deliberação, bem como observar o alcance potencial de repercussão do conteúdo produzido pelo grupo escolhido. Para chegar a este resultado, revisamos conceitos, criamos uma metodologia e analisamos qualitativamente o conteúdo discursivo da comunidade.

Partimos dos conceitos de conversação cívica, deliberação política, esfera pública e esfera pública online, aprofundados no capítulo 1 desta pesquisa. Entendemos a conversação cívica como uma oportunidade de o indivíduo se engajar no debate de um problema coletivo, seja em âmbito privado ou público, sem ter de incluir-se em uma estrutura formal de deliberação política. É na conversação cívica – que pode ocasionalmente surgir em qualquer esquina, a qualquer momento –, que o indivíduo se informa, dá densidade às suas opiniões e coloca em prática a justificação e validação de seus argumentos, processo fundamental para a deliberação.

Habermas (1997) aponta a existência de dois tipos de deliberação política, a realizada entre cidadãos comuns na esfera pública informal, e a estabelecida com regras por representantes legais na esfera pública formal. Uma não exclui a outra, segundo Habermas. Ao contrário, os modelos se complementam. Como afirma Bohman (2009), "é na possibilidade do diálogo que a deliberação se torna pública e as decisões são legitimadas".

Sob luz do quadro teórico habermasiano, portanto, nos voltamos para a internet, onde as condições ideais necessárias para o estabelecimento de uma esfera pública são praticamente as mesmas: reciprocidade, publicidade, igualdade e reflexividade. A internet, no entanto, traz a este quadro novos componentes que realizam mudanças estruturais na esfera pública. Como defende Benkler (2006), além de aumentar a liberdade e a autonomia do indivíduo, que não depende mais da grande mídia para ver sua opinião expressada, a internet promove mudanças culturais na participação política e no engajamento cívico. Por isso, Benkler, Bohman, e outros autores, como Dalhberg (2001) e Dean (2003), propõem uma ampliação do conceito habermasiano de esfera pública, em que critérios como necessidade do embate face a face fossem flexibilizados.

Um dos mais significativos espaços de conversação na internet são as chamadas redes sociais, abordadas com mais profundidade no capítulo 2 desta pesquisa. Adotamos os conceitos de rede social sugeridos por Recuero (2009) e Primo (2010), em que uma rede social é definida por uma estrutura "onde não é possível isolar os atores sociais e nem suas conexões" e onde há "agrupamentos cujas interações recorrentes entre os participantes os reúnem".

Como frisa Silveira (2009), as redes podem gerar "debates intensos" e, ao mesmo tempo, "acirrar os extremismos". Ele ressalta, contudo, que não há pesquisa empírica que comprove a tendência dos indivíduos, uma vez online, de se agregarem em grupos extremistas. Maia (2007) afirma que o potencial da conversação cívica nas redes sociais, como o Orkut, está nas formas de organização, engajamento, articulação e associação entre atores da sociedade civil. Mesmo em grupos que são considerados em uma observação inicial como homogêneos, ou seja, formados por pessoas que pensam de maneira parecida, há de se considerar e dar maior relevância à pluralidade de argumentos que circulam nos espaços virtuais.

A comunidade "Aborto Não!", do Orkut, poderia ser considerada homogênea em uma primeira leitura. A partir do posicionamento comum contra o aborto, no entanto, o grupo se revelou bastante heterogêneo. Cada indivíduo expressou por meio de seus comentários sua própria formação moral, religiosa e cívica, o que ocorre geralmente no contexto privado. Em diversos momentos, o grupo sentiu a necessidade de se reunir para colocar em pauta temas relacionados direta ou indiretamente ao posicionamento

coletivo colocado de antemão. Diversos tópicos localizados na órbita do assunto principal foram criados na comunidade online. Neles, os participantes puderam discutir publicamente, utilizando argumentos plurais e divergentes.

Algumas barreiras, no entanto, atravancaram o processo deliberativo no grupo. Tais barreiras coincidem com os apontamentos de Maia (2006) sobre o avanço da esfera pública em direção ao espaço virtual interconectado. Elas são: moderação, anonimato, assimetrias, ausência da busca pela tomada de decisão e distanciamento do Estado. Acreditamos que essas barreiras podem atravancar, mas não impossibilitar a formação de uma esfera pública virtual interconectada. Nosso posicionamento, portanto, leva em consideração os argumentos colocados pelos autores Dean (2003), Buchstein (1997) e Papacharissi (2002), que refutam o conceito de esfera pública virtual, mas vai de acordo com os autores Lévy (2002), Castells (2001) e Silveira (2000), que admitem e adotam o conceito.

No caso do grupo "Aborto Não!", além dos obstáculos citados por Maia (2006), foi preciso entender as barreiras intrínsecas ao assunto. Para isso, no capítulo 3 abordamos o aborto como uma questão complexa, que envolve aspectos morais, legais e religiosos, e que torna evidentes emoções e valores que nem sempre são utilizados de forma a contribuir para o debate. No grupo, contudo, indivíduos "organizam experiências em narrativas publicamente compreensíveis" (Maia, 2006) e foram capazes, assim, de divulgar sua questão e chamar a atenção da sociedade, da grande mídia e, em especial, das campanhas de José Serra e Dilma Rousseff, candidatos à Presidência da República que disputaram o segundo turno. O assunto foi destaque nas campanhas presidenciais, apesar de a criação e aprovação de novas leis caberem aos representantes do Legislativo.

Embora o Brasil seja um Estado laico, sua legislação sofre forte influência das igrejas católica e evangélica. A discussão sobre a descriminalização do aborto passa, portanto, pelo atrito entre a legislação teoricamente laica e a validação moral e religiosa da lei por parte da sociedade. Como diz Pinho (2008), parte da discussão sobre o aborto no Brasil é moralmente constituída, mas tomada sob argumentos jurídicos e políticos, especialmente no que diz respeito ao início da vida e sua interrupção.

Mesmo antes das eleições, que ocorreram em outubro de 2010, um estudo da Universidade de Brasília, em parceria com o Instituto de Bioética, chamou a atenção da grande mídia ao estimar que uma em cada cinco mulheres de até 40 anos já fez um aborto clandestino no País. A coordenadora do estudo, Débora Diniz, considera que o aborto tornou-se moeda de troca das igrejas por votos na disputa presidencial. Para ela, essa troca não definiu as eleições, mas configurou uma ameaça à democracia, uma vez que o tema em si não foi discutido, mas sim se a religião deve regular a reprodução feminina. No Brasil, a lei autoriza o aborto somente em casos de estupro ou risco de morte para a mãe. Caso contrário, prevê prisão de até três anos, uma das leis mais proibitivas do mundo. Diversos estudos, como os de Schneider (1997), Ferree (2002) e Pinho (2008) observaram o aborto como tema de debates em espaços midiáticos na Alemanha, Estados Unidos e no Brasil, respectivamente. Estas pesquisas nos auxiliaram na criação de uma nova metodologia para análise das conversações do grupo "Aborto Não!".

A metodologia descrita no capítulo 4 é baseada nos princípios normativos adotados por Dahlberg (2002), Stromer-Galley (2005), Graham (2008), Gastil (2008), Kies (2010), além de Maia (2002) e Marques (2010 a e b). Especialmente, adotamos os critérios que diferenciam deliberação de conversação cívica propostos por Gastil e os critérios que definem a deliberação online estabelecidos por Stromer-Galley. Analisamos qualitativamente o conteúdo publicado no grupo "Aborto Não!" a partir da seleção de 10 fios de conversação recortados de um universo de 1.494 posts. Dentre estes, nosso universo se articulou em torno de 380 mensagens postadas entre 4 de outubro e 4 de novembro.

Observamos que em apenas 4 fios houve momentos considerados deliberativos, segundo os critérios de Gastil. Nestes 4 fios, todos os princípios normativos estabelecidos por Stromer-Galley (argumentos racionais e narrativas, referências a fontes externas, ausência de ataques pessoais, confronto de opiniões, coerência, reciprocidade e reflexividade) foram atendidos em algum momento, com exceção do critério de igualdade, prejudicado pela atuação do moderador do grupo.

A presença de um moderador em um debate online é um dos elementos mais controversos a serem abordados quando se trata de avaliar a arquitetura de espaços de

debate na internet. No caso do Orkut, que é um espaço pouco propício à concretização de princípios deliberativos, a presença da moderação pode se converter em um obstáculo para a livre expressão de ideias.

De forma geral, autores como Dahlberg (2001) afirmam que a moderação pode aprimorar a conversação e auxiliar as pessoas a ficarem atentas ao que realmente importa em um debate, assegurando o cumprimento de regras de civismo e respeito aos interlocutores. Essa afirmação do papel positivo do moderador ocorre porque, segundo Gastil (2008) e Graham (2008), a livre expressão de ideias sem algum tipo de regulação torna-se somente “barulho”, colocando o risco da prevalência da opinião daquele que fala mais alto, ou, no caso da deliberação online, daquele que é o participante mais frequente e loquaz. Assim, a questão não é a mediação ou a moderação em si (visto que ela é necessária para assegurar uma efetiva conversação), mas a qualidade da moderação feita. Portanto, há sérias controvérsias a respeito do papel real que um moderador desempenha em uma discussão: afinal, ele é um moderador, um facilitador ou um censor?

Quando a moderação não é flexível, ou seja, quando o moderador é imposto ao grupo e também quando ele exclui ou insere mensagens sem o prévio acordo dos participantes, a moderação tende a trazer sérios constrangimentos à livre expressão de ideias. Em nossas análises dos fios, contudo, verificamos que a presença do moderador não impede as pessoas de dizerem o que pensam. Elas inclusive antecipam a possibilidade de terem seus argumentos apagados, prevendo seus movimentos. Há, assim, uma reflexividade estratégica que é alimentada pela presença do moderador. Os participantes têm de antecipar seus lances discursivos no “jogo” antevendo os próximos movimentos do moderador.

Acreditamos que a presença da racionalidade estratégica na discussão não inviabiliza seu caráter deliberativo, pois num primeiro momento o diálogo não é interrompido e os participantes não deixam de interagir ou de postar seus comentários mesmo sob o constrangimento do moderador. Segundo Scott Wright (2009), é preciso distinguir entre uma censura legítima e ilegítima:

A censura legítima poderia ser definida como aquela que ocorre quando as mensagens são deletadas porque não cumprem regras específicas e abertas de debate e que foram discutidas e aceitas entre uma grande

parte dos participantes. A censura ilegítima ocorre quando as regras são restritivas ou são ignoradas pelo moderador. Para evitar julgamentos de valor, a análise, neste caso, deve avaliar se as regras foram ou não desobedecidas (2009, p.235).

O moderador do grupo "Aborto Não!", portanto, executa uma censura legítima, pois obedece a critérios previamente construídos e acordados pelo grupo. Tal postura é bem diferente da censura praticada por Estados totalitários. Ao longo dos dois anos em que esta pesquisa foi realizada (entre janeiro de 2009 e fevereiro de 2011), alguns exemplos de tentativa de censura ilegítima das redes sociais na internet correram o mundo por meio das próprias redes sociais.

No Egito, um ano e meio depois da morte de Neda, um levante popular tomou as ruas do Cairo em janeiro de 2011²⁹. Horas antes do início de uma nova jornada de protestos contra o regime do presidente Hosni Mubarak, o acesso dos egípcios a redes sociais como Facebook e Twitter, amplamente usadas na organização dos protestos, já tinha sido bloqueado. Dias depois, foram interrompidos o acesso à internet e telefonia do país. O governo egípcio nega qualquer envolvimento com as falhas nos serviços.

No Brasil, assim como em grande parte dos países democráticos de cultura ocidental, como os Estados Unidos, o governo não desempenha uma censura online opressiva como a que observamos em países totalitários. Ao mesmo tempo, governo e sociedade parecem estar longe de operacionalizar o uso eficaz da internet em prol do fortalecimento da democracia, por meio do incentivo à participação popular e da transparência dos governos. Como diz Galloway (2010):

A vacina contra a cocaína é uma imagem perfeita para nós. Nós ainda temos desejos, mas não conseguimos sentir os efeitos da droga. Nós temos uma libertação do desejo e da liberdade individual, a libertação de abertura. Nunca o desejo e a expressão afetiva foram tão livres. Nós temos tantos desejos – de democracia, de comida e bebida, de petróleo, de conectividade. Mas, ao mesmo tempo, somos incapazes de perceber os prazeres dessas promessas utópicas. Nossas redes são armas. Nossas webs são também as nossas próprias armadilhas. A interatividade é penosa. A transparência vem com o custo de se fecharem todas as coisas. Essa é a condição do cidadão digital hoje. É nossa tarefa, portanto, não festejar o heroísmo da rede, mas, em vez disso, oferecer uma reconstrução crítica do código, de forma a que o próprio aparelho seja reformulado como um instrumento de prática, e não como um instrumento de gestão, como permanece hoje. (2010, p. 97)

²⁹ Fonte: Portal iG <http://ultimosegundo.ig.com.br/revoltamundoarabe/p1237979924012.html>

As discussões ocorridas no grupo "Aborto Não!" são exemplo do distanciamento entre o debate que ocorre nas redes sociais e a estrutura formal do Estado. Ainda assim, a questão do aborto encontrou, na internet, espaço para reverberar. Na análise dos fios de conversação, pudemos observar nos links postados pelos participantes que o assunto não se restringe a um grupo, ou a uma rede social. Vídeos do YouTube postados na comunidade também se transformaram em espaço de conversação cívica sobre a questão do aborto na área reservada para comentários. Reportagens publicadas na versão online de grandes jornais brasileiros também foram reproduzidas e debatidas ao longo dos fios. Cenas da própria campanha eleitoral foram publicadas nos tópicos e geraram outros novos tópicos na comunidade. É importante ressaltar que foi impossível constatar metodologicamente – e este não era o objetivo da pesquisa – se esses links foram acessados pelos participantes ou se outros participantes, expectadores, acompanharam as discussões sem se manifestar, mas refletiram sobre o assunto.

Esse grupo, no entanto, é apenas mais um entre muitos outros sobre a mesma questão no Orkut. E o Orkut é uma rede social entre muitas outras no Brasil. E as redes sociais são uma ferramenta entre tantas outras ferramentas de conversação cívica na internet. Essa discussão em torno da questão do aborto, que ganhou as ruas e envolveu parcela da sociedade, ocorreu ao largo dos ambientes formais da política, mas não passou despercebida pelas equipes responsáveis pelo marketing das campanhas presidenciais. O assunto logo passou a fazer parte das inserções publicitárias no rádio e na televisão dos dois candidatos, que adotaram um discurso a favor da vida e pouco claro quanto à descriminalização da prática, fomentando ainda mais o debate.

Ainda que um único grupo online não consiga de fato gerar em sua plenitude uma deliberação, atendendo a todos os requisitos simultaneamente, o fato de ele estar inserido em um contexto mais amplo na internet faz com que ele contribua para a geração de uma esfera pública virtual, uma vez que a internet permite o entrelaçamento, ou o enredamento de grupos e redes. Redes, mesmo quando formadas por grupos aparentemente homogêneos, como no caso do "Aborto Não!", só existem pela necessidade de se comunicar (Galloway, 2010). E esta carência surge a partir de situações em que é preciso conversar sobre problemas de interesse coletivo. Como afirma Mansbridge (1999), a conversação, com maior ou menor grau de formalidade, é crucial para a política baseada nos ideais deliberativos. Para ela, “a conversação

cotidiana entre os cidadãos, sobre problemas que o público deve discutir, prepara caminho para as decisões governamentais formais e para as decisões coletivas” (1999, p. 212). Exemplo disso é o último fio analisado, em que se propõe uma "luta", ou seja, uma ação coletiva contínua contra a descriminalização do aborto. E a proposta aparentemente prosperou.

Em fevereiro de 2011, a comunidade "Aborto Não!" tinha mais de 120 mil membros, quatro mil pessoas a mais do que em novembro de 2010. Para efeito de comparação, a comunidade "Aborto não deveria ser crime" – observada em abril, quando tinha 27 mil membros – estagnou em 3 mil participantes desde novembro de 2010 até fevereiro de 2011. A comunidade "Aborto Não!" continua sendo a maior do Orkut sobre o assunto e seus membros seguem criando diariamente novos tópicos de discussão. Os últimos criados antes da conclusão desta pesquisa foram postado em 5 de fevereiro de 2011 sob os títulos "A nefasta lei do filho único" e "A vida na concepção, abordagem jurídica".

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARROS, Manoel. 1999. Poemas concebidos sem pecado. Rio de Janeiro: Record.

BENKLER, Yochai. 2006. *The Wealth of Networks: How Social Production Transforms Markets and Freedom*.

BENHABIB, Seyla. 2009. Rumo a um modelo deliberativo de legitimidade democrática. In: MARQUES, Angela Cristina Salgueiro. (Org.). *A Deliberação Pública e suas dimensões sociais, políticas e comunicativas: textos fundamentais*. 1 ed. Belo Horizonte: Autêntica.

BOHMAN, James. 2009. *O que é a deliberação pública? Uma abordagem dialógica*. In: MARQUES, Angela Cristina Salgueiro. (Org.). *A Deliberação Pública e suas dimensões sociais, políticas e comunicativas: textos fundamentais*. 1 ed. Belo Horizonte: Autêntica.

BOHMAN, J., 2004, *Expanding dialogue: the internet, the public sphere and prospects for transnational democracy*, *Sociological Review*, p. 131-155.

BRAGA, Sérgio; CHAIA, Vera. Apresentação: uma amostra das novas possibilidades de pesquisa sobre as relações entre as NTICS e a política. *Rev. Sociol. Polit.*, Curitiba, v. 17, n. 34, Oct. 2009.

BUCHSTEIN, Hubertus. *Bytes that Bite: The Internet and Deliberative Democracy*, *Constellations*, 4 (2), 1997, p. 248-263.

CALHOUN, Craig (ed.), *Habermas and the Public Sphere*, MIT. Press, 1992.

CASTELLS, Manuel. *A Galáxia da Internet: reflexões sobre a Internet, os negócios e a sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

CASTELLS, Manuel. *Sociedade em Rede. A era da informação: economia, sociedade e cultura*. Vol. 1. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

COHEN, J. 2009. Deliberação e Legitimidade Democrática. In: MARQUES, Angela Cristina Salgueiro. (Org.). *A Deliberação Pública e suas dimensões sociais, políticas e comunicativas: textos fundamentais*. 1 ed. Belo Horizonte: Autêntica.

CONOVER, Pamela; SEARING, Donald. *Studying 'Everyday Political Talk' in the Deliberative System*. *Acta Politica*, v. 40, 2005, pp. 269-283.

DAHLBERG, Lincoln. 2000. *The Internet and the Public Sphere: A critical Analysis of the Possibility on Online Discourse Enhancing Deliberative Democracy*. PhD, department of Sociology, Massey University.

DAHLBERG, Lincoln. 2001. *The habermasian public sphere encounters cyber-reality*. Disponível em <http://www.javnost-the-public.org/article/pdf/2001/3/7/> , acesso em 13/09/10.

DAHLBERG, Lincoln. 2002. *Net-Public Sphere Research: Beyond the 'First Phase'*. Euricom Colloquium: Eletronic Networks and Democracy. Nijmegen, The Netherlands: 14.

DAHLGREN, P., 2005, *The Internet, Public Spheres, and Political Communication: dispersion and deliberation*, *Political Communication*, n.22, pp.147-162.

DEAN, Jodi, 2003. *Why the Net is not a Public Sphere*. *Constellations*, 10 (1), p. 95-112.

ELEY, G., 1992. *Nations, Publics, and Political Cultures: Placing Habermas in the Nineteenth Century* in CALHOUN, Craig (ed.), *Habermas and the Public Sphere*, MIT. Press.

FERREE, Myra Marx, GAMSON, William A., GERHARDS, Jurgen, e RUCHT, Dieter. 2002. *Shaping Abortion Discourse: Democracy and the Public Sphere in Germany and the United States*. Cambridge (UK)/New York: Cambridge University Press.

GALLOWAY, Alexander R. Qual o potencial de uma rede? In *Cidadania e Redes Digitais*. Org. SILVEIRA, Sérgio Amadeu. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil : Maracá- Educação e Tecnologias, 2010, p.85-97.

GARCÊZ, R. L. O. . Conversação política no Orkut: Embates discursivos sobre cultura e identidade surda. In: II Congresso da Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política, 2007, Belo Horizonte-MG. Anais do II Congresso da Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política, 2007.

GARCÊZ, Regiane; MAIA, Rousiley. “Lutas por reconhecimento dos surdos na internet: efeitos políticos do testemunho”, *Sociologia & Política*, v.17, n.34, 2009, pp.85-101.

GASTIL, John, 2008. *Political Communication and Deliberation*. London: Sage.

GIMMLER, A. *Deliberative Democracy, the Public Sphere and the Internet*. *Philosophy & Social Criticism*, 27 (4), 2001, p.21–39.

GOMES, Wilson. Internet e Participação política em Sociedades Democráticas. Disponível em <HTTP://www.gepicc.ufba.br/enlepicc/pdf/wilsongomes.pdf> , acesso em 20/07/10.

GOMES, Wilson. “A ética do discurso e a comunicação mediada e editada pelos mass media”. In: HERRERO, F. e NIQUET, M. (eds.). *Ética do discurso: novos desenvolvimentos e aplicações*. São Paulo: Loyola, 2002, p.339-359.

GOMES. Opinião pública na internet: uma abordagem ética das questões relativas à censura e liberdade de expressão na comunicação em rede. Apresentado no X Encontro Anual da Compós, Brasília, 2001.

GRAHAM, Todd. 2008. *Needles in a Haystack: A new approach for identifying and assessing political talk in non-political discussion forums*. *Javnost the Public* Vol 15, n. 2, pp. 17-36.

HABERMAS, J. *The Theory of communicative action: vol.II Lifeworld and system: a critique of functionalism reason*. Boston: Beacon Press, 1987.

HABERMAS, Jurgen. *Further Reflections on the Public Sphere*. In: CALHOUN, Craig (ed.). *Habermas and the Public Sphere*, 1992, pp.421-461.

HABERMAS, J. 2006. *Political communication in media society: does democracy still enjoy an epistemic dimension? The impact of normative theory on empirical research*. *Communication Theory*, v.16, pp. 411-426. Traduzido do inglês por Angela Cristina Salgueiro Marques, 2008, *Revista Líbero*, Ano XI, nº 21, p.9-21.

HABERMAS, J. O papel da sociedade civil e da esfera pública política. In: *Direito e Democracia: entre facticidade e validade, volume II*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997, pp. 57-121.

HABERMAS, Jurgen. *Discourse Ethics: Notes on a Program of Philosophical Justification*. In: BENHABIB, S. & DALLMAYR, Fred (eds.). *The Communicative Ethics Controversy*. Cambridge: MIT Press, 1995, pp.60-110.

JANSSEN, Davy e KIES, Raphaël. *Online forums and deliberative democracy: hypotheses, variables and methodologies*. *Acta Política*, v.40, 2005, pp.317-335.

KIES, *Promises and limits of web-deliberation*. New York: Palgrave Macmillan, 2010.

KIM, Joohan; WYATT, Robert; KATZ, Elihu. *News, Talk, Opinion, Participation: the part played by conversation in deliberative democracy*. *Political Communication*, 1999, v.16, pp.361-385.

KIM, J. & KIM, E. J. (2008). *Theorizing Dialogic Deliberation: Everyday Political Talk as Communicative Action and Dialogue*. *Communication Theory*, 18, 51-70.

LÉVY, Pierre. *Cibercultura*. São Paulo: Editora 34, 2002.

LÉVY, Pierre. *O que é virtual*. São Paulo: Editora 34, 1996.

MAIA, Rousiley. 2008. *Democracia e a Internet como Esfera Pública Virtual: aproximação às Condições da Deliberação*. In: GOMES, W. e MAIA, R. *Comunicação e Democracia – Problemas e Perspectivas*. São Paulo: Paulus, 2008, pp. 277-292.

MAIA, Rousiley. *Redes cívicas e internet: efeitos democráticos do associativismo*, *Logos*, n.27, 2007, p.43-62.

MAIA, R. C. M. Redes Cívicas e Internet: Do ambiente informativo denso às condições da deliberação. In: José Eisemberg; Marcos Cepik. (Org.). *Internet e Política: Teoria e prática da democracia eletrônica*. 1 ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

MAIA, R. C. M. . Esfera pública e os media na trajetória de pensamento de Jungen Habermas. In: Marques, Ângela et al. *Esfera pública, redes e jornalismo*. Rio de Janeiro: E-papers, 2009, v. 1, p. 48-69.

MANSBRIDGE, Jane. *Everyday Talk in Deliberative System*. In: MACEDO, Stephen (ed.). *Deliberative Politics: essays on democracy and disagreement*. Oxford: Oxford University Press, 1999.

MARQUES, A. C. S. (Org.). *A Deliberação Pública e suas dimensões sociais, políticas e comunicativas: textos fundamentais*. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

MARQUES, Angela. A argumentação na esfera pública: em busca da articulação discursiva e do entendimento entre autores plurais. In *Esfera Pública, redes e jornalismo*. Rio de Janeiro: E-papers, 2009.

MARQUES, A. C. S. . A deliberação onlline como uma das dimensões políticas da comunicação mediada por computador: reflexões teórico-metodológicas. In: XXXIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação - Intercom, 2010, Caxias do Sul. *Anais do XXXIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação - Intercom*. São Paulo : Intercom e UCS, 2010a. p. 1-15.

MARQUES, A. C. S. A conversação informal na internet: condições interacionais e contribuições para uma análise qualitativa. In: José Luiz Braga; Maria Immacolata Vassalo de Lopes; Luiz Cláudio Martino. (Org.). *Pesquisa empírica em comunicação*. São Paulo: Paulus, 2010b, p. 315-340.

MARQUES, A. C. S. . Os meios de comunicação na esfera pública: novas perspectivas para as articulações entre diferentes arenas e atores. *Líbero (FACASPER)*, v. 21, p. 23-36, 2008.

MARQUES, A. C. S. ; MAIA, R. A conversação sobre temas políticos em contextos comunicativos do cotidiano. *Politica & Sociedade*, v. 7, p. 143-175, 2008.

MARQUES, Francisco Paulo Jamil Almeida. Debates políticos na internet: a perspectiva da conversação civil. *Opin. Publica* [online]. 2006, vol.12, n.1 , pp. 164-187.

PAPACHARISSI, Zizi (2002). *The virtual sphere: The internet as a public sphere*, *New media & society*, 4 (1), p. 9–27.

PINHO, Andrea Azevedo. 2008. Os debates sobre o aborto na mídia brasileira: dos enquadramentos midiáticos à construção de uma democracia plural.

RECUERO, Raquel. Redes sociais na internet. Porto Alegre: Sulina, 2009. Coleção Cibercultura.

SBARAI, Rafael. A definição da participação do cidadão nos modelos colaborativos jornalísticos na web. Texto apresentado no III Simpósio Nacional ABCiber – ocorrido entre os dias 16, 17 e 18 de Novembro de 2009 - ESPM/SP.

SCHUDSON, Michael. 1992. *Was There Ever a Public Sphere? If So, When? Reflections on the American Case*. In: CALHOUN, Craig (ed.), *Habermas and the Public Sphere*, MIT. Press.

SCHUDSON, 2001. Por que a conversação não é a alma da democracia?, *FAMECOS*, Vol. 1, No 14, p.19-31.

SCHNEIDER, Steven. 1997. *Expanding the public sphere through computer-mediated communication: political discussion about abortion in a usenet newsgroup*. Doctor of Philosophy in Political Science at the Massachusetts Institute of Technology.

SILVEIRA, Sergio Amadeu. 2009. Esfera pública interconectada, blogosfera e redes sociais. In *Esfera pública, redes e jornalismo*. Rio de Janeiro: E-papers. PP. 70-88.

SILVEIRA, Sérgio Amadeu. O novo desafio da democracia na sociedade da informação. *Anuário de Jornalismo*, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 30-40, 2000.

SMITH, Adam. *Riqueza das nações*, São Paulo. Editora Momento Atual, 2003.

STROMER-GALLEY, Jennifer. *Decoding deliberation online*. Artigo apresentado na II Conferência sobre Deliberação Online, Maio 2005, Palo Alto, Califórnia.

STROMER-GALLEY, J., 2002, *New voices in the public sphere*, *The public*, v.9, n.2.

SUSTEIN. Cass R.; HASTIE, Reid, *Four Failures of Deliberating Groups* (2008). U of Chicago Law & Economics, Olin Working Paper No. 401; U of Chicago, Public Law Working Paper No. 215. Available at SSRN: <http://ssrn.com/abstract=1121400>.

WILHELM, Anthony. “*Virtual sounding boards: how deliberative is online political discussion?*” In: *Democracy in the digital age: challenges to political life in cyberspace*. New York: Routledge, 2000, pp.86-104.

WRIGHT, Scott. “The role of moderator: problems and possibilities for government-run online discussion forums”. In: DAVIES, Todd; GANGADHARAN, Seeta (eds.). *Online deliberation: design, research, and practice*. Stanford: CSLI Publications, 2009, p.233-242.

YOUNG, Iris M. “*Activist Challenges to Deliberative Democracy*”. In: FISHKIN, James & LASLETT, Peter. *Debating Deliberative Democracy*. Oxford: Blackwell, 2003, pp. 102-120.